

RINETE EMILIANA ALVES DE SOUZA

**INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E
POLÍTICAS PÚBLICAS DO LITORAL AO SERTÃO**

Orientadora. Prof.^a Dra. Maria Eduarda Margarido Pires

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2017

RINETE EMILIANA ALVES DE SOUZA

**INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E
POLÍTICAS PÚBLICAS DO LITORAL AO SERTÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Ciências da Educação, da Escola Superior de Educação Almeida Garrett em cumprimento das exigências para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Escolar.

Orientadora: professora Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientadora: Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2017

RINETE EMILIANA ALVES DE SOUZA

INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS DO LITORAL AO SERTÃO

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação Almeida Garrett para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Aprovado em _____.

Prof.^a Dr.^a Anabela Baptista da Silva – Presidente

Prof.^a Dr.^a Helena Pereira – Arguente

Prof.^a Dra. Maria Eduarda Margarido Pires – Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida – Coorientadora

**Lisboa
2017**

"A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos". (Paulo Freire).

Dedicatória

Dedico ao meu Deus, por ser ininterruptamente atuante em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente em todos os momentos do meu dia, sobretudo na hora da angústia.

Aos meus familiares, pais Juvanês Terto de Souza e Bernadete Alves de Souza, avós (em memória) em especial a Liberalina Alves de Souza, exemplo de vida, humildade e de amor ao próximo. Eles ofertaram a minha base educacional e me fazem acreditar nos meus sonhos; aos meus irmãos (Ana, Morga e Emilio), pela força e coragem durante toda esta longa caminhada; Enfim, ao meu filho João Carlos de Souza Alves que transformou a minha vida com muitos desafios, mas nos fazem crescer juntos, mamãe te ama incondicionalmente, para sempre meu bebê!

AGRADECIMENTOS

Obrigada meu **Deus** por ter me dado saúde, força, coragem e iluminado a minha mente para superar sobrevivências durante o período de elaboração deste trabalho principalmente as dificuldades no momento. Houve ocasiões em que pensei que não seria capaz de ultrapassar todos esses desafios que tive e estou a enfrentar, mas sempre que as forças me faltavam senti o teu acolhimento Senhor, tua presença do meu lado, pois, sem a sua proteção não teria sido capaz de chegar a este ponto. Sou grata ao Senhor, Nosso Pai Misericordioso, que nunca nos desampara e nos ama sempre.

À **Professora Doutora Maria Eduarda Margarido Pires**, orientadora deste trabalho, pelo apoio, ensinamentos e profissionalismo.

À **Professora Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida**, que me coorientou, acreditou na minha capacidade, quanto eu não tinha mais expectativa de conseguir finalizar essa etapa da minha vida estudantil; sempre compartilhando saber e motivação a cada instante; Os seus ensinamentos foram além das expectativas da competência docente, chegando a transcender a missão de um verdadeiro professor mestre. Por isso, e por sua dedicação, disponibilidade, acompanhamento, hospedagem, receptividade, paciência; toda minha eterna admiração, respeito, gratidão e carinho!

Ao **estatístico Alexandre Henrique** por ter contribuído na análise de dados quantitativos através dos softwares EPI INFO e SPSS.

Aos **demais professores da ESEAG, direção e administração** deste curso de mestrado pelas suas contribuições e por agregarem novos conhecimentos na área de Educação, como pela oportunidade de fazer o curso.

A **todos os professores** por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

A **todos os meus amigos, colegas, companheiros de turma desta caminhada** acadêmica que fizeram parte da minha formação e que poderão continuar presentes em minha vida.

A minha **diretora/chefia imediata do setor que trabalho Vanessa Diniz**, pela compreensão, apoio e por acreditar no meu esforço, possibilitando a realização deste curso não ofertado pelo setor do trabalho, a minha eterna gratidão.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Finalmente, a **todos os meus familiares**, em especial **meus pais Juvanês Tertto de Souza e Bernadete Alves de Souza**, meus **irmãos (Ana, Morga e Emilio)**, por acreditarem, rezarem, incentivarem e torcerem por mim e pelo meu sucesso; sou grata particular a Morgana Kelly Alves de Souza, que quão grande vem sendo seus esforços para colaborar com a realização da conclusão deste meu trabalho de pesquisa, nesse momento mais difícil de minha trajetória, não aceitando que eu desistisse deste sonho. E, ao meu filho João Carlos de Souza Alves, amor incondicional que existi na minha vida, e me mostra que a vida tem que seguir.

RESUMO

O presente trabalho “Interiorização da violência escolar e políticas públicas do litoral ao sertão”, tem como foco analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em duas cidades de Pernambuco, uma no litoral e outra no sertão – Recife e Solidão respectivamente. Foram eleitas as categorias Políticas Públicas, e Escola, Violência Escolar e Cultura da Escola, no sentido de dar aporte teórico à pesquisa empírica. Ainda nesta esteira, analisa-se a definição e classificação dos tipos de violência, verificando se os conflitos são positivos, ruins ou negativos para a sociedade, e, ainda, esclarece, se é mito ou realidade o fenômeno do aumento da violência escolar, em decorrência da ausência da declaração tácita dos deveres das crianças e adolescentes inexistentes no corpo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O presente trabalho ainda pontua as Políticas Públicas existentes em nosso ordenamento jurídico, os aspectos envolvidos na Cultura Escolar e os responsáveis pelo dever de assegurar às crianças e aos adolescentes o acesso, a permanência, o sucesso do processo educacional (de maneira indiscriminada e universal), como também assegurar a implantação, execução e alcance dos objetivos dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP’s, da comunidade escolar.

Palavras Chave: violência escolar; políticas públicas; ECA; Cultura da Escola

ABSTRACT

The present work called *Interiorization of school violence and public policies from the coast to the hinterland* aims to analyze the interference of public policies in the scope of prevention and repression of violence in high schools of two cities of Pernambuco state: one located in the coast and the other in the outback (*sertão*). The cities are Recife and Solidão, respectively. For this research, the categories “public policies and school”, “school violence” and “school culture” were chosen with the purpose of giving a theoretical contribution to the empirical research. In this scope, I analyzed the definition and classification of types of violence, verifying if the conflicts are positive, bad or negative for the society. Secondly, it seeks to clarify whether the phenomenon of increased school violence is a myth or a reality due to the lack of a tacit declaration of the duties of children and adolescents that do not exist in the body of the Child and Adolescent Statute, CAS. This work also points out the existing public policies in the legal system, the aspects involved in the school culture and those responsible for the duty to ensure children and adolescents access, permanence and success of the educational process in an indiscriminate and universal manner. This work also seeks to study how the implementation and achievement of the objectives of the Pedagogical Political Projects (PPPs) of the school community are ensured.

Keywords: schoolviolence; publicpolicy; ECA; schoolculture

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ED	Excertos de Depoimentos
EREM	Escolas de Referência em Ensino Médio
FD	Formação Discursiva
GPCA	Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Ministério Público
PE	Pernambuco
PPP	Projeto Político Pedagógico
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SPSS	Statistical Packt for the Social Science
WWW	World Wide Web

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS E ESCOLA	18
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	29
CAPÍTULO III – CULTURA DA ESCOLA	38
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA.....	48
4.1. OBJETIVOS.....	48
4.1.1. Objetivo Geral:.....	48
4.1.2. Objetivos Específicos:.....	49
4.1.3. Avaliar se os alunos têm conhecimento que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis;	49
4.2. TIPO DE ESTUDO	49
4.3. LOCUS DA PESQUISA	50
4.4. SUJEITOS DA PESQUISA	53
4.5. INSTRUMENTOS DA PESQUISA	54
4.5.1. Análise Documental	55
4.5.2. Entrevistas	56
4.5.3. Técnica Questionário.....	57
4.6. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	59
4.6.1. Statistical Package For The Social Sciences – SPSS	59
4.6.2. Análise do Discurso – AD.....	59
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
5.1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA ANÁLISE QUANTITATIVA.....	61
5.1.1. Resultados	61
5.1.2. Metodologia	61
5.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA ANÁLISE QUALITATIVA.....	72
5.2.1. Identificação pessoal e profissional dos professores, educadores de apoio e diretores	73
5.2.2. Formação Discursiva (FD) – Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência.....	75

5.2.3. Formação Discursiva (FD) – O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e as Ações Pedagógicas dos Docentes	77
5.2.4. Formação Discursiva (FD) – Ações Pedagógicas da Escola.....	80
5.2.5. Formação Discursiva (FD) – Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
BIBLIOGRAFIA	90
LIVROS.....	Erro! Marcador não definido.
LEGISLAÇÃO	95
WEBLIOGRAFIA.....	96
ANEXO I.....	II
ANEXO II	XL
ANEXO III	CXXIII
APÊNDICE I.....	CLI
APÊNDICE II.....	CLII
APÊNDICE III	CLVII
APÊNDICE IV	CLIX
APÊNDICE V	CLXI
APÊNDICE VI	CLXIII

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos Professores, Educadores de Apoio e Diretores	57
QUADRO 2. Descrição das variáveis do questionário adaptado aplicado aos discentes	58
QUADRO 3. Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos professores, educadores de apoio e diretores da escola pública da pesquisa.	74
QUADRO 4. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência”. .	76
QUADRO 5. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e as Ações Pedagógicas dos Docentes”.	78
QUADRO 6. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Ações Pedagógicas da Escola”.	80
QUADRO 7. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar”.....	82

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1. Distribuição da amostra.	54
Tabela 2. Distribuição do perfil pessoal dos alunos segundo a escola avaliada.	62
Tabela 3. Distribuição das características dos atos de violência praticada na escola, segundo a escola avaliada.	63
Tabela 4. Distribuição dos tipos de violência presenciada e sofrida pelo aluno, segundo a escola avaliada.	64
Tabela 5. Distribuição dos procedimentos adotados quando o aluno pratica violência escolar, segundo a escola avaliada.	65
Tabela 6. Distribuição das atividades educacionais acerca da violência escolar desenvolvidas pela escola e participadas pelos alunos, segundo o a escola avaliada.	67
Tabela 7. Percepção dos alunos acerca da identificação dos tipos de violência e a influencia na segurança escolar, segundo o tipo de escola avaliada.	69
Tabela 8. Violência sofrida por agressão de servidor/empregado da escola, segundo o tipo de escola avaliada.	70
Tabela 9. Pratica de violência contra servidor/empregado da escola, segundo o local de escola avaliada.	71
Tabela 10. Conhecimento dos alunos acerca do professor mediador e o ECA, segundo o tipo de escola avaliada.	72

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a violência praticada por alunos na faixa abaixo de 18 anos, no âmbito escolar tem sido um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira. De acordo com Debarbieux (2006, p. 13), a violência “tornou-se um desafio educativo e social à escala planetária, um desafio ao mesmo tempo científico, político e pragmático”. Costa (1994, apud Sarmento, Paixão e Nunes, 2009, p 17) aponta que

“Um dos principais fatores que contribuem para isto é o processo cada vez mais acelerado de mercantilização no mundo globalizado e o consumo das relações humanas, culminando no individualismo, na delinquência e no cinismo”.

Para Sarmento, Paixão e Nunes (2009) este contexto gera um processo que

acelera de forma intensa a exclusão, a desigualdade e a violência em todo o mundo. Esta condição humana contribui, de fato, para a manifestação de novas formas de violência, atingindo principalmente aqueles que estão mais suscetíveis por viverem a ‘infância de seu processo formativo’: as crianças e adolescentes” (p. 17).

Salientando, que o conflito existe desde os nossos antepassados, e em todos os contextos, inclusive na escola. Segundo Lima (2007, p. 13) “os conflitos são partes de um processo de evolução social”, sendo assim, a base para o desenvolvimento humano, a fundamentação das mudanças para uma sociedade moderna e pelos avanços técnicos científicos, inclusive são responsáveis pelos progressos nos relacionamentos interpessoais.

Assim, é necessário refletir a violência em sua complexidade. Segundo Abramovay, Cunha e Calaf (2009) existem três diferentes tipos de violência: a física, psicológica e social, aquelas próprias das estruturas da sociedade: o desemprego, a miséria, a fome, a exclusão social, estas são as violências que a sociedade pratica contra o povo que a constituem. Como também a mediação e o mediador.

Logo, considerando à complexidade da temática em estudo, o presente trabalho tem como questão de partida saber qual a interferência das políticas públicas educacionais para o combate a violência escolar no âmbito da prevenção e repressão da infração de adolescentes, do ensino médio.

A presente pesquisa busca responder alguns questionamentos: 1) Qual é o índice de violência em cada uma das escolas estudadas e em que faixa etária ocorre com mais frequência? 2) Quais são os tipos de infração perpetrada, bem como, das medidas

aplicadas ao infrator, aos pais ou responsáveis?3) Quais são as práticas educativas efetivadas pelas escolas para prevenção e repressão a violência?4) Os alunos tem conhecimento que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis? e 5) Qual é a relação entre os níveis e os tipos de violência, a reação da escola a violência, e a política pública do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Nesse cotejo, para o aprofundamento do estudo destacamos os autores: Debarbieux (2006), Sarmiento, Paixão e Nunes (2009), Waiselfisz (2011& 2013), Abramovay, Cunha e Calaf (2009& 2010), Azevedo (2004), Ball (2002), Abramovay (2002), Cubas, Ruotti & Alves (2007), Debarbieux & Blaya (2002), Eyng, Gisi & Ens (2009), Fante (2004), Freire (1996), Luck (2011) e Nascimento (2009).

Para Waiselfisz (2011, p. 6), “conhecer – ou reconhecer – os problemas e sua magnitude é um passo imprescindível para agir no sentido de equacioná-lo. E estamos falando aqui de um dos direitos humanos fundamentais: o direito à vida, sem o qual nenhum dos outros direitos tem o mínimo sentido ou significação”. Ressalte-se, ainda, que a vida é o bem jurídico mais importante do nosso ordenamento jurídico.

Contudo, o presente trabalho não tem o condão de esgotar o assunto, e sim trazer a baila algumas reflexões sobre a aplicação das políticas públicas educacionais e a violência escolar, comparando a situação das escolas em estudo, segundo as variáveis sociais que as caracterizam.

Ainda se fez necessário pesquisar e selecionar dissertações e teses, para elaboração do estado da arte sobre tema pertinente ao projeto, dentro desse contexto, e na produção de linhas de pesquisas, em forma de teses e dissertações, entre outras, destacam-se:

Nascimento (2009), “Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar”, o estudo situa-se no debate sobre violências nas escolas a partir de uma abordagem sociocultural da psicologia social e do desenvolvimento.

Silva (2001), “Violência e a escola: produções discursivas de pais e alunos da comunidade do Coque”, entre outros pontos faz referência a vinculação entre a violência e a pobreza na década de 80. Tal associação possibilitou a construção de vários estereótipos em relação aos sujeitos provenientes de camada popular, que passaram a ser percebidos como uma classe social da qual provinham criminosos, pessoas ignorantes, etc.

Avila (2013), versa acerca da questão “As medidas socioeducativas em meio aberto e a relação com a judicialização das violências nas escolas na cidade de porto alegre”, e a pesquisa se propôs analisar como as medidas socioeducativas em meio aberto vêm enfrentando a questão das violências nas escolas que se judicializam, visando contribuir para a garantia de direitos de adolescentes em conflito com a lei.

Moraes (2015), “Violências e comunicações de não violências no espaço escolar”, trata da importância do tema da violência que se manifestam no espaço escolar: violência na escola; violência contra a escola e violência da escola. A dissertação traz elementos sobre as estratégias de enfrentamento das violências no espaço escolar pelo viés de comunicações não violentas.

Costa (2012), “Mediação de conflitos escolares e justiça restaurativa”, traz no seu trabalho de pesquisa que foi investigada a viabilidade e a eficiência da mediação de conflitos com métodos de justiça restaurativa como alternativa de prevenção da violência escolar, segundo a perspectiva do Programa Sistema de Proteção Escolar, implantado pela Secretaria de Estado da Educação nas escolas da rede estadual de São Paulo.

E, por fim, Santos (2010), “Violência na escola– um estudo sobre conflitos”, visa analisar a relação entre conflito e violência e as potencialidades da escola em criar uma cultura que tenha como base o diálogo e a aprendizagem. A pesquisa envolve os conceitos de violência, conflitos, cultura, não-violência, ação comunicativa e processos culturais presentes nas escolas de educação básica, sendo acultura uma categoria importante apresentada para o processo de análise e para o aprofundamento e compreensão dos processos de violência na escola.

Perante essas investigações, nosso recorte de pesquisa é voltado para o estudo da interiorização da violência escolar, com base no enfoque do professor e do aluno. Assim nossa questão de partida se volta para o questionamento: qual a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão). Para tanto, trabalhamos a partir de uma discussão entre os teóricos de tais categorias, procurando assim entender o nível de discussão acerca dessa temática.

Sendo eleitas três categorias teóricas que se voltam para políticas públicas e escola, violência escolar e cultura da escola. Esta dissertação foi organizada com uma introdução, e, está dividida em cinco capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, “Políticas Públicas e Escola”, aborda entre outras questões a definição, características e como insurge; destacando a sua materialização e forma que se dá por meio dos programas governamentais.

No segundo capítulo, “Violência Escolar”, tece acerca da sua contextualização histórica e conceito. Frisando as suas categorias, classificação, origem, concepção, formas de prevenção e repressão, tipos de violência, formas de manifestação, e, normas que definirão as regras específicas para contenção dos índices dos atos de indisciplina e infracionais ocorridos nas escolas e praticados pelos alunos.

No terceiro capítulo, “Cultura da Escola”, faz-se referência a visão histórica, origem, significado, tipos de abordagens, formas de reprodução, caracterização, fatores, entre outras elucidações, a diferença de cultura como “variável independente e externa” e da “variável dependente e interna”, como também, observação das relações, normas e práticas vivenciadas nas organizações escolares para assegurar uma melhor compreensão acerca dessa temática.

No quarto capítulo, “Metodologia”, apresentamos o desenvolvimento da pesquisa e a caracterização do caminho metodológico, abordando os pontos como: objetivos, tipo de estudo, locus e os sujeitos da pesquisa, bem como os instrumentos utilizados para coleta e a análise dos dados, com base nos autores, nas leituras e nas teorias que dão suporte científico à pesquisa em tela.

No quinto e último capítulo, “Apresentação e Discussão dos Resultados”, aborda a apresentação e discussão dos resultados obtidos, usamos como aporte metodológico a análise do discurso, que aponta para um perfil qualitativo da pesquisa, e de maneira quantitativa o Software Aplicativo SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) que permite organizar e resumir conjuntos de dados.

Por fim, expusemos as nossas considerações finais, de forma a frisar os pontos expressivos da aludida pesquisa, destacando as principais idéias desenvolvidas em torno da interiorização da violência escolar e políticas públicas do litoral ao sertão. Ressaltando que as informações coletadas nortearão o público leitor quanto as possíveis soluções para a operacionalização das variáveis dos referidos casos reais ou soluções gerais. De forma a subsidiar a população, em especial a escolar, na ação de intervenção preventiva e resolutiva de conflitos educacionais.

CAPÍTULO I –POLÍTICAS PÚBLICAS E ESCOLA

As Políticas Públicas constituem a materialização da intervenção e/ou regulação do Estado na sociedade, razão pela qual elas podem ser definidas como o ‘Estado em ação’. Mas, para que sejam definidas e implementadas é fundamental a participação da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais, (Botler, 2013).

Sendo que para Ball (2002, p. 5) “as tecnologias políticas envolvem a distribuição calculada de técnicas e artefatos para organizar forças e capacidades humanas em redes operacionais e funcionais de poder”. São por meio destas técnicas e práticas éticas e governamentais que são problematizadas e trabalhadas as capacidades, a conduta, o estatuto e deveres dos indivíduos, (Dean, 1995, *apud*, Ball 2002).

Na legislação brasileira a Constituição Federal de 1988, já prevê algumas das reivindicações da sociedade civil, as políticas educacionais têm como característica a democratização da Educação, mas é só na década de 90 que surgem as políticas de “educação para todos”, porque antes desse período só entrava nos graus mais elevados de ensino, uma pequena parte da população, então, essa década é marcada pelas formas mais flexíveis de planejamento e de gestão, e as propostas de descentralização administrativas são voltadas para a gestão das políticas públicas que passam a ganhar força, (Machado & Carvalho, 2013).

Logo, visando promover a segurança e o bem estar social com a utilização da solução pacífica das controvérsias, assegurada no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

E, considerando que os termos do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Bem como, que a Escola busca promover uma educação de qualidade e garantir a segurança no ambiente escolar, pois, estes são uns dos direitos sociais preconizados no art. 6º, da Constituição Federal de 1988, pois “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, nos termo do art. 205, da Constituição Federal de 1988.

Asseveramos, que de entre os direitos sociais, a educação é um dos maiores mecanismos utilizados no processo de desenvolvimento que contribui para a constituição dos objetivos fundamentais, expressos no art. 3º, da Constituição Federal de 1988, quais sejam, “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Vale salientar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, prevê que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios, entre eles, destacamos o do inciso VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; Sendo preconizado na Lei Nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu art. 14, *caput*, incisos I-II, que: “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Logo, é notória a obrigatoriedade da participação da comunidade escolar na construção, desenvolvimento e avaliações do projeto político pedagógico – PPP, em especial no que tange à formulação e implementação, previstas no art.12, incisos I e VII, da Lei Nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, “*in verbis*”:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (grifo nosso).

Ainda, analisando as normas do nosso ordenamento jurídico verificamos que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”, nos termos do art. 23, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

Compete a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a organização da educação nacional, nos termos da Lei Nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), assim, destacamos, as seguintes obrigações para os referidos Entes da Federação, que conforme o art. 8º, *caput*, organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino:

Art. 8º, § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais; [...].

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

[...]

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

[...]

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

[...]

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

Sardagna (2006) destaca, entre outros, que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, são também exemplos de ações do Estado em que a questão educacional é abordada neste mesmo sentido, promover a equidade. Nesse sentido, a ação pela qual o Estado administra os conflitos entre diferentes grupos sociais é a política pública que a propõe, tendo como finalidade

o equilíbrio formal entre suas demandas, procurando manter e reproduzir o modelo hegemônico de sociedade.

Segundo Azevedo (2004), este é um elemento chave para compreender-se o sentido que cada política pública assume na solução de determinado problema, pois as políticas públicas emergem de uma necessidade, problema social ou de uma questão socialmente problematizada. Nesta perspectiva, sintetiza Botler (2013), que as políticas públicas: é o Estado em ação, sendo que a sua materialização e forma se dá por meio dos programas governamentais; elas surgem das demandas provenientes de grupos organizados da sociedade e visam à solução por meio da ação governo; e instituem programas e projetos que buscam a solução de determinado problema, conforme o projeto maior.

A luz das Políticas Públicas Educacionais, lançamos a seguir os principais pontos *das disposições preliminares, da política de atendimento e das medidas de proteção*, consecutivamente, da Lei Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para reflexão sobre a temática:

Das disposições preliminares

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

[...]

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

Da Política de Atendimento

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a

participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Da Fiscalização das Entidades

Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Das Medidas de Proteção

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

§ 12. Terão acesso ao cadastro o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento.

Ainda, buscando complementar a política da Lei Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esclarecemos que a Lei Nº 12.594/2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. A referida lei explica o significado do SINASE, no art. 1º, § 1º, “*in verbis*”:

Art. 1º, §1º, Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Botler (2013), enfoca que na medida em que a política educacional é uma política pública, são essas mesmas características que nelas vamos encontrar ao procuramos focalizá-las e/ou analisá-las. Para Ball (2002, p. 19) “as tecnologias políticas do mercado, gestão e performatividade não deixam espaço para um ser ético autônomo ou coletivo. Estas tecnologias têm potencialmente profundas consequências para a natureza do ensinar e do aprender”.

Para Patto (1999), foi no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932 que cominou à escola um papel de vanguarda na instituição de sociedades de classes justas, encontrou ressonância entre educadores brasileiros e marcou sua presença nesta verdadeira carta de princípios da educação brasileira. Na nova educação a sua finalidade é ampliada além dos limites das classes, e, assume a sua função social com uma feição mais humana. O referido Manifesto tinha como critério único legítimo de diferenciação do nível de escolaridade atingido por duas pessoas de origem social diversa o das

diferenças individuais. E no plano de reconstrução educacional o princípio estruturante era a continuidade e a articulação do ensino, em seus diversos graus, o que fazia sentido para àquela época, contudo, esta estrutura de ensino secundário não foi implantada, isso, não significa o alcance dos objetivos, caso entrasse em vigor.

Ainda de acordo com a ideia do autor, a interfusão das classes sociais no sistema educacional teria sido possível apenas nos países desenvolvidos, entre outros fatos, pelas bolsas de estudo. Ele defendia a possibilidade de igualdade de oportunidades, a avaliação das aptidões individuais e a política meritocrática para a definição da carreira escolar de cada educando. Para ele é sobre a base do sistema fundamental, que formam verdadeiras, autênticas elites selecionadas, proporcionando aos mais capazes as maiores oportunidades de desenvolvimento. Ressalte-se que na década de trinta as reformas operadas no sistema educacional levaram em conta a continuidade do ensino em seus diversos graus, pois a finalidade era acabar com o ensino profissionalizante que não dava acesso ao ensino superior, e de uma escola secundária de caráter intelectualista, quanto ao fato de continuar com o ensino universitário.

A escola é parte do governo, isolada do povo e a ele estranha. “O orgulho dos cidadãos pode ser encorajado atribuindo-se a grupos de pais alguma responsabilidade pela conservação dos campos de recreio e das salas de aula.” (Patto, 1999, p. 137). Então, para ele a escola pública existente não podia ser bem sucedida, visto que, não atendia às necessidades básicas de seu público, seus interesses devido à falta de apoio dos pais, e capacidades. Enfim, o sistema de ensino primário ausente de terminalidade e profissionalizante estava condenado para os países de crianças pertencentes às classes desfavoráveis, porque estas não teriam grandes aspirações educacionais e tampouco possibilidades financeiras que permitissem continuar os estudos.

As Políticas Públicas em geral afetam a todos as pessoas, independente da escolaridade, sexo, religião, raça ou nível de renda. Salientando que no século XVIII e XIX, o Estado tinha como seu principal objetivo a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Mas, mesmo assim, as responsabilidades do Estado se diversificaram, devido o aprofundamento e expansão da democracia. Razão pela qual, é comum nos dias de hoje, se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Portanto, é necessário que ele elabore ações e atue diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente. Então, o Estado visando atingir os resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, se utilizou das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma: “[...] Políticas Públicas

são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]” (Lopes, Amaral e Caldas, 2008, p. 5). Outra definição, ainda nessa perspectiva é que:

“as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população.

Para Lopes, Amaral e Caldas (2008), os dirigentes públicos por meio de grupos organizados recebem as demandas da sociedade, por meio da Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral. Frisando que as sociedades contemporâneas se caracterizam por sua diversidade, tanto em termos de idade, religião, etnia, língua, renda, profissão, como de ideias, valores, interesses e aspirações. No entanto, existem limitações ou escassez dos recursos para atender a todas as demandas apresentadas pela sociedade e seus diversos grupos (a SCO). Razão esta que dá causa a disputa, pois a variedade dos desejos de diversos indivíduos não podem ser realizados de uma só vez, como os bens e serviços públicos tanto sonhado pela população. Por isso, os indivíduos que têm os mesmos objetivos tendem a se unir, formando grupos, para aumentar as possibilidades de êxito na competição. Assim, verificasse que os conflitos e as disputas na sociedade não são algo necessariamente ruim ou negativo, e sim que servem como estímulos a mudanças e melhorias na sociedade, se ocorrerem dentro dos limites da lei e desde que não coloquem em risco as instituições.

Logo, ainda nesse diapasão, Lopes, Amaral e Caldas (2008), citam que o interesse público é formado a partir da atuação dos diversos grupos e reflete as demandas e expectativas dessa classe, que podem também ser as da sociedade. No desenvolvimento desse processo, os grupos apresentação suas reivindicações visando obter apoio de outros grupos, e nesse ínterim, se deparam com outros ideais contrários,

e essas posições divergentes causam o sofrimento dos grupos opostos. Então, o interesse público se forma, por meio da disputa de todos os grupos da Sociedade Civil Organizada (SCO).

Ainda, quanto aos aspectos jurídicos, é importante trazer à baila as considerações acerca do princípio da dignidade da pessoa humana, preceituado no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, e diante do novo paradigma na seara da infância e juventude, as crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos, e não mais propriedade ou objeto da família, e tampouco do Estado, logo, fazem jus à proteção integral, como previsto no nosso ordenamento jurídico. Frisando que nesse contexto a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe, à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Assim, destaca-se que é direito de todos e dever do Estado, com a colaboração da sociedade, promover o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na tentativa de obter o pleno desenvolvimento da pessoa, arts. 6º e 205(estabelecido neste), da Constituição Federal do Brasil de 1988. Tendo como base que educação é parte integrante dos direitos fundamentais, ela torna-se elemento indispensável para o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana, assim sendo, o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso do processo educacional deve ser assegurado às crianças e aos adolescentes de maneira indiscriminada e universal. (Albino e Terêncio, 2012).

Estes autores com base no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), alme que o direito ao respeito consiste, conforme o art. 17. “na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Reitera como princípio geral o previsto no art. 4º. direito à dignidade, sendo este definido no art. 18, como sendo o “dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Mas, existe um grande hiato entre essas definições e o que vem sendo posto no âmbito dos estabelecimentos de ensino, vez que, a prática é incompatível com as suas finalidades, dentre estas cita-se: atitudes

agressivas, intencionais e repetitivas que bem caracterizam o fenômeno do *bullying*. Nesse sentido, os autores fazem o seguinte questionamento e reflexão:

“Perguntam-se os profissionais da educação, assim como os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, o que fazer para combater esse mal. Invariavelmente, suas respostas precisam desembocar na classificação dos comportamentos agressivos dentro da esfera dos atos de indisciplina e/ou na dos atos infracionais, cuja distinção gera grandes mal-entendidos e favorece a adoção, inúmeras vezes, de medidas que contrariam a Lei 8.069/90. O ato infracional se distingue da infração disciplinar justamente porque, de um lado, a prática do primeiro se equipara ao crime ou à contravenção penal (art. 103, ECA) previstos no Código Penal ou nas leis penais esparsas, enquanto a caracterização da segunda, de outro, depende unicamente das normas e diretrizes fixadas pelo regimento escolar. Salienta-se que, no cotidiano escolar, duas atitudes diametralmente opostas têm sido adotadas em relação às situações que se enquadram no fenômeno descrito como *bullying*. Por um lado, observa-se excessiva permissividade por parte de professores e dirigentes das escolas, os quais tendem a tratar tais atos de violência como corriqueiros e sem maior importância – “brincadeiras próprias da infância”. D’outro vértice, há também atitudes de rigor excessivo quando se busca punição via boletim de ocorrência circunstanciada (na Delegacia de Polícia mais próxima) para atos que poderiam ser resolvidos tão-somente no âmbito escolar. Neste caso, uma atitude juvenil que deveria ser tratada como ato de indisciplina é direcionada para o campo do ato infracional, sendo, a partir deste ponto, todo o enfoque do problema voltado para o âmbito puramente punitivo, olvidando-se de que todos os envolvidos – sejam vítimas ou agressores – devem receber orientação e auxílio especializado, a fim de que as atitudes perpetradas não voltem a ocorrer. O que se questiona, no cenário apresentado, é se não seria por demais temerário delegar ao Judiciário, que possui força estatal, a intervenção na tentativa de resgatar conceitos elementares de vida em sociedade. A situação alerta para uma mudança de olhar, por parte dos operadores do Direito e da rede de proteção, que se torna imprescindível neste contexto, ensejando repensar não só os princípios básicos de Direito, mas também aqueles referentes à condição humana. Não deve ser olvidado que a relação estabelecida entre o adolescente, o ato infracional e/ou infração disciplinar e a escola merecem atenção especial, sendo ponto fundamental para o encaminhamento de políticas públicas voltadas à questão social e educacional, possibilitando, assim, uma atuação preventiva, direcionada para os problemas detectados. Entretanto, é importante que se diga que este não é o único viés do problema. Cumpre registrar que todo ato de *bullying* é um ato ilícito, causando lesão à dignidade da pessoa humana, estando todos (poder público e cidadãos) obrigados a respeitar este direito constitucional, sob pena de responsabilização nas esferas cível e criminal”. (2012, p. 13-14).

Nesse contexto, observa-se que no momento da história Brasileira existem duas normas específicas que preveem os procedimentos legais que devem ser aplicados às crianças e adolescentes infratores, quais sejam o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Na primeira temos estabelecidos todos os direitos e as medidas a serem tomadas quanto da existência de um fato que seja tipificado como infração de uma criança ou adolescente; já na segunda, podemos buscar as normas a serem seguidas pelas unidades de internação, visando aplicar o melhor processo de ressocialização dessas crianças e adolescentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os adolescentes infratores serão encaminhados a um juiz, e este após análise dos fatos produzirá despacho que mencionará a medida socioeducativa a ser cumprida, que poderá ser: advertência, reparação de dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional, entre outras, qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Enquanto o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE busca assegurar o devido processo legal, tanto de ressocialização do jovem infrator, quanto nas unidades de internação, pois o objetivo maior é evitar as falhas existentes nos processos realizados atualmente, em especial nas unidades de internação.

CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência é ampla e, atualmente é um dos assuntos mais polêmicos em todos os países, em especial no Brasil ela sempre está nas manchetes dos noticiários, mesmo assim, ainda percebe-se que existem dificuldades para definir o que se nomeia violência, por ser esta complexa e o conceito amplo, podendo variar de acordo com o contexto sociocultural. Ainda assim, para Waiselfisz (2011), podem ser delimitados alguns elementos consensuais sobre o tema, tais como, a noção de coerção ou força; o dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia.

Segundo Mello (2006, p. 483), violência é “violence que significa constrangimento moral ou agressão física infligida a alguém ou a seus bens”. Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, e, suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989 *apud* Waiselfisz, 2011, p. 10).

A violência hoje é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades escolares, pois a busca pela solução eficaz desse problema que afeta a todos no âmbito da prevenção e repressão tem sido complicada, por isso, é fundamental que os gestores junto com os demais membros da escola compreendam urgentemente as adversidades dos novos paradigmas educacionais inclusive da violência para contribuir com os projetos (curtos, médio e a longo prazo) da sociedade civil voltados para o combate a violência.

Para Abramovay (2002), a violência apresenta-se em 03 (três) dimensões: 1) nos casos que envolvem danos físicos que indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros; 2) um conjunto de restrições que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional; e, a 3) corresponde às incivildades e microviolências, que costumam serem as modalidades mais recorrentes de violência e comuns no cotidiano. Ainda de acordo com a autora (2002) a violência é definida como uma:

[...] intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outros ou de grupos e também contra si mesmo,

abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios, até a violência no trânsito disfarçada sob a denominação de 'acidentes', além das diversas formas de agressão sexual. Compreende igualmente todas as formas de violência verbal, simbólica e institucional.

Então, analisando os autores estudados verifica-se que a violência é um fenômeno social, dinâmico e mutável, assim ela pode assumir diversas formas, conforme a evolução da sociedade, o contexto sociocultural, entre outros fatores, logo, a violência muda de acordo com a cultura em que o sujeito está inserido. Devido à complexidade do tema são várias as concepções, mas existem muitos autores que arrazoam sobre a violência na escola e, todos falam da heterogeneidade e complexidade da violência, que causam diversos danos (físicos, psicológicos, materiais, morais) a todos na sociedade.

A violência na escola é tema antigo, embora esteja atualmente no foco das discussões mais recorrentes na sociedade, até porque, as formas como ela vêm aparecendo nas áreas escolares são contemporâneas, múltiplas sobre vários aspectos, como demonstrará o presente trabalho, contudo, é mister trazer a baila alguns esclarecimentos e definições quanto aos motivos que geram os conflitos, visando ajudar a escola a compreender o seu papel quanto gestor/líder de forma realizar o seu papel frente a sociedade e os seus objetivos principais, tais como: o da aprendizagem de conhecimentos, a interação e a socialização entre seus pares.

Segundo Jares (2002), os conflitos são intrínsecos a vida de todos, e atingem todos os recintos do ser humano durante a sua existência. E podem originar custos nos âmbitos sociais, econômicos etc. Neste sentido, Torrego (2003) também defende que os conflitos fazem parte da vida das pessoas e surgem por motivos diversos, além de entender que eles variam de intensidade, assumem diferentes aspectos, e, de acordo com o modo como são assumidos tanto podem gerar novos caminhos de entendimento e de desenvolvimento social e pessoal, como, pelo contrário, podem abrir vias de destruição e desconhecimento dos direitos e necessidades que, como seres humanos, todos temos.

Para Lima (2007) os conflitos surgem no momento de apresentar uma escolha entre situações incongruentes ou incompatíveis com os nossos interesses. É um fenômeno subjetivo, e muitas vezes inconsciente ou de difícil percepção. Costumeiramente resultam da concorrência de respostas incompatíveis (choque de motivos, informações desencontradas) que podem ocorrer em qualquer lugar, desde que exista um ser humano respirando e pensando.

Assim, para ele as causas que provocam um conflito poderão emanar de diferentes objetivos; conflitos de interesses; falta de comunicação; comunicação violenta; falta da verdade; a verdade dita de forma agressiva; disputa pela razão; insistência em ter razão; desejos não realizados; expectativas muito elevadas; falta de motivação; e, pressão pessoal.

No âmbito escolar Jares (2002) apresenta quatro categorias de causas de conflitos, em primeiro lugar, o fato de ser uma organização é susceptível de diferentes opções ideológicas e científicas, que podem entrar em choque; em segundo lugar, as práticas quotidianas – poder explícito ou oculto – pela especificidade da sua natureza organizativa: ambiguidade, diversidade de metas, celularismo (corporativismo), etc.; em terceiro lugar, estrutura da instituição – exemplo: a escassa autonomia das escolas e dos professores, a burocratização e a tendência gerencialista das direções – enfim, a “relação que se estabelece entre as escolas e as finalidades educativas das sociedades, através das políticas educativas e dos currículos estabelecidos” contribuem para a natureza conflituosa da escola (p.75); em quarto lugar, as causas relacionadas com a auto-estima, segurança-insegurança pessoal, deficiente comunicação, etc. E, ainda, por ser caixa de ressonância da conflituosidade social.

Em conclusão, para Grunspun (2000, p. 18) “os conflitos podem estar em nível interpessoal com disputas evidentes e objetivas, mas podem ser em nível intrapessoal em um dos participantes ou em ambos, em que a disputa deixa de ser objetiva, congruente e se torna inconsciente”.

Assim, demonstramos que a violência é gerada a partir de conflitos, que são “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento” (Chrispino, 2007, p. 15), sendo para este autor a diferença de interesses, de desejos e de aspirações, as causas que origina o conflito, e que não existe a noção estrita de erro e de acerto, mas de posições defendidas frente a outras, diferentes. No entanto, Charlot (2002) aduz que quando os conflitos não são enfrentados com o diálogo e o respeito, podem gerar diferentes formas de violência. Salientando que é recente a manifestação destas na escola.

São classificadas as violências sob duas formas: exógenas (violência na escola) e endógenas (violência da escola). E, há também a violência para com a escola, segundo Abramovay (2002), a violência contra o patrimônio, a dilapidação do espaço e do equipamento escolar, sem o furto de bens, surge como ato de reação social contra a escola; na visão de Charlot (2002) a violência escolar pode ser caracterizada como:

1. Violência na escola: ela se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada às atividades da instituição escolar, como quando sujeitos adentram a escola para acertar contas das disputas territoriais;
2. Violência à escola: esta é ligada às atividades da instituição, por exemplo, quando alunos depredam patrimônio, agridem professores. Entregam-se à violência que atinge a instituição e aqueles que a representam;
3. Violência da escola: é uma violência institucional, simbólica, a escola pode oprimir o aluno dependendo da maneira que o trata.

Portanto, a violência deve ser analisada a fundo, para compreendê-la no plano da teoria e para saber como acontece na prática. Vez, que é corriqueiro, pensar em violência como a violência da criminalidade, como também que nunca vamos sofrer violência ou causar dano a outro, por isso devemos ficar atentos, pois tanto podemos sofrer a violência como ser responsáveis/autores dela.

Segundo Vinha (2003), os educadores que possuem uma concepção tradicional sobre a educação, os conflitos sempre serão vistos como negativos, exigindo, portanto, rápida resolução e serão evitados ou serão resolvidos de forma rápida. Para tanto, são utilizados mecanismos para o controle rápido da situação: castigos, suspensões, por exemplo, não evidenciando a função do professor na mediação da resolução destes conflitos. Quando os problemas e dificuldades que surgem no espaço escolar não são enfrentados ou são resolvidos pela transferência da resolução para a família, ou ainda, são resolvidos com castigos e punições de diversas ordens, os profissionais da escola expõem seu despreparo e incompetência para lidar com os conflitos. O papel da escola é mais do que transmitir conteúdos, entre outros, é o de educar, inclusive sobre as interações humanas. Nesse contexto, os conflitos, inerentes às relações humanas, inclusive, na escola e na sala de aula são oportunidades valiosas para mediar conhecimento sobre como conviver em coletividade.

Ainda de acordo com o autor, ele relata que, diferentemente da concepção tradicional, o professor que possui uma visão construtivista compreende os conflitos como parte de qualquer relação e necessários para o desenvolvimento do aluno e demais pessoas inseridas naquele ambiente, como o próprio professor e demais alunos. É uma oportunidade que o professor tem de oportunizar ao aluno o enfrentamento dos conflitos da melhor maneira possível, buscando solucioná-los por meio de estratégias positivas, moralmente mais elaboradas e não a partir da violência.

No entanto, se a violência é construída, então ela pode ser desconstruída. A repressão é sempre um estado trágico de temporalidade para a vítima. Quando a violência espetacular ou criminosa acontece, já é tarde demais, e a repressão não passa de um efeito retardado. (Debarbieux & Blaya, 2002).

Assim, esclarecemos que a violência escolar acontece entre a comunidade escolar e é considerada como todos os fatos que ocorrem no ambiente da escola, atos de agressões e violências individuais ou coletivos.

Vários são os tipos de violência escolar, bem como as formas de manifestação, então para buscar os meios alternativos de soluções primeiramente os membros da comunidade escolar devem conhecer bem o tema e o contexto sócio cultural que a escola está inserida.

No ambiente escolar, as violências podem se evidenciar de diversas maneiras seja por meio de agressões físicas (empurrões, bater, chutes, espancar, cutucões, socos, pontapés, esbarrões, ferir, beliscar, atirar objetos contra as vítimas, etc.) ou verbais (insultar, colocar apelidos, xingar, ofender, gozações, piadas ofensivas, caçoar, deboches, ameaças, etc.), constrangimentos sociais (humilhação, ridicularização, exclusão, isolamento, descaso, etc.) e simbólicos (preconceitos, aterrorizar, desigualdades, discriminação, relações de poder, currículos hegemônicos, monoculturais e etnocêntricos) ou material contra o patrimônio e equipamentos da escola (pichação, depredação, vandalismo, roubo, furto ou destruição, etc.). Estas, embora não sejam dirigidas diretamente contra a pessoa, afetam os sujeitos na esfera individual e social. (Eyng, 2009).

Atualmente, apesar da variedade dos tipos de violência escolar, um dos fenômenos que tem sido foco de estudo por diversos autores é o *bullying*, que é como se fosse uma intimidação, em outras línguas: acoso e ameaça em espanhol, mal-tratos entre pares em português, harcelement quotidien em francês, uma intimidação, um assédio cotidiano (Fante, 2004). Segundo Cubas (2007), a palavra *bullying* nos Estados Unidos, muitas vezes é substituída pelas palavras victimization (vitimização) e peer rejection (rejeição pelos colegas), usadas para indicar ações negativas entre pessoas iguais. Na França, comumente se usa o termo “violência moral”, enquanto no Brasil pesquisa desenvolvida pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) tem usado o termo “comportamento agressivo entre estudantes”.

Considerando os apontamentos supracitados concernentes ao *bullying* é importante fazer uma reflexão da história do conto das cegonhas de 1838, que permitir desenhar o perfil da vítima, que não permanece passiva diante das agressões sofridas e desejam, no mínimo, reparação pelos danos sofridos.

A história é de uma família de cegonhas a mãe cegonha, o pai cegonha e seus quatro filhotes. A mamãe cuida dos filhotes no ninho, e o pai se encarrega de protegê-los. Os filhotes passam a ser alvos de um grupo de garotos que zombam deles, com a cantarolar da música:

Oh, cegonha, cegonhinha,	Um será enforcado,
Voa para tua casinha!	O outro trancafiado,
Tua mulher está sozinha.	O terceiro queimado.
De quatro filhos taludos	O quarto bem sei que triste fim
Tem ela que cuidar.	terá... (Andersen, 1978: 194).

Diante desse fato os filhotes passam a demonstrarem medo e a questionar a mãe sobre a possibilidade de vingança e já começam a planejar. No primeiro momento a mãe tenta desiludi-los e foca ensinando-os a voar, entretanto a idéia de retaliação não sai da cabeça dos filhotes e a mãe acaba concordando, deixando-os realizar a vingança em troca de vê-los voar. Diante da exigência, as pequenas cegonhas se esforçam ao máximo para voar e ao final realizar o tão almejado desejo de vingança, o que conseguem.

Esse conto, não visa instigar a vingança e sim mostrar outras maneiras de superar os danos causados pelos agentes infratores, sejam eles as agressões físicas ou morais/verbais, materiais, entre outros. É necessário que a comunidade escolar construa uma cultura de paz, com base na solidariedade, na tolerância, no respeito a todos os direitos individuais e coletivos, que sustenta a liberdade de opinião, os princípios de pluralismo, que previna os conflitos, a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. De forma a resolver os tumultos/confusões/abusos por meio do diálogo, da mediação e da negociação, ações importantes para pacificação e solução dos conflitos e da violência.

De todo, excessivamente “[...] não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, (Freire, 1996, p. 15).

Segundo Albino e Terêncio (2012), diante do estudo de casos de *bullying*, evidenciaram que os atos infracionais: injúria, calúnia, difamação, ameaça, lesões corporais e racismo, são os mais praticados. Todavia, esses atos não são taxativos, únicos, ou seja, outros atos violentos podem acontecer de diversas maneiras de forma a identificar o referido fenômeno, como poderá ser visualizado no julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE ROUBO E POSTERIOR EXTORSÃO CONTINUADA. CREDIBILIDADE DA PALAVRA DA VÍTIMA. AFASTADA A CONTINUIDADE DELITIVA. SENTENÇA MANTIDA

1. A vítima, um garoto com apenas quatorze anos de idade, foi submetida ao que a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência denomina de *bullying*. Seu sofrimento começou a partir de uma tentativa frustrada de roubo, quando gritou por socorro e o réu se afastou, temendo a reação dos transeuntes. Desde então, passou a importuná-la no caminho da escola, exigindo-lhe dinheiro. As ameaças de morte a si e aos familiares levavam-na a entregar ao extorsionatário todo o dinheiro que ganhava dos pais, passando também a vender seus pertences a fim de atender a essas exigências. Diante do clima de terror que lhe infundia o algoz, desenvolveu grave distúrbio psicológico que prejudicaram seu desempenho escolar e a obrigaram a tratamento especializado, passando a ser medicada com psicotrópicos. (Apelação Criminal n. 2004091011545-4APR – DF, 13.10.2008).

Ainda, de acordo com os autores, o responsável pelo *bullying*, seu responsável legal e o estabelecimento de ensino, poderão ser responsabilizados pelo Poder Judiciário, ao pagamento de indenização por danos materiais, morais e estéticos, como prevê os dispositivos do Código Civil. Evocando os três elementos fundamentais da teoria da responsabilidade civil, quais sejam, a culpa, (só o fato lesivo intencional ou imputável ao agente deve autorizar a reparação); o dano, (lesão provocada ao patrimônio da vítima); e o nexo de causalidade entre o dano e o efetivo comportamento censurável do agente, (violação do direito alheio por ato omissivo ou comissivo do agente infrator). Assim, visando elucidar esses fatos, cita-se a decisão exarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, na qual os desembargadores, por unanimidade, condenaram a instituição de ensino a indenizar uma criança pelos abalos psicológicos decorrentes de violência escolar praticada por outros alunos, tendo em vista a ofensa ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, segue a ementa em resumo:

DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ABALOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR. *bullying*. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA. SENTENÇA REFORMADA. CONDENAÇÃO DO COLÉGIO.

VALOR MÓDICO ATENDENDO-SE ÀS PECULIARIDADES DO CASO. (Apelação Cível n. 2006.03.1.008331-2 – DF, j. 7/8/2008).

No mesmo sentido, para a prática do *cyberbullying*, “uma das modalidades mais nocivas do fenômeno em razão da rapidez com que se difunde o conteúdo eletrônico na Internet, tem sido alvo de análises e decisões judiciais”, Albino e Terêncio (2012, p. 15), cita o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. GRUPO DE RELACIONAMENTO. ORKUT. CRIAÇÃO DE COMUNIDADE E DE PERFIL FALSO. CONTEÚDO DIFAMATÓRIO. DEVER DO PROVEDOR DE CESSAR AS OFENSAS APÓS A CIENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO ILÍCITO. NEGLIGÊNCIA DA EMPRESA-RÉ CONFIGURADA. REPARAÇÃO CIVIL DEVIDA. MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. (Apelação Cível n. 1.0145.08.450392-2/001 – MG, 19.1.2009).

Para Albino e Terêncio (2012) a visão da maioria das pessoas de que o aumento dos atos de indisciplina e infracionais ocorridos nas escolas estão vinculados ao fato dos dispositivos do Estatuto da Criança e Adolescentes mencionar: apenas os direitos e não prever nenhum dever das crianças e adolescentes; não merece prosperar, porque é um modo de pensar ultrapassado, baseado em experiências vivenciadas ao longo da vida, no dia a dia do indivíduo, em observações do mundo, é um conhecimento ausente de métodos ou conclusões científicas, isto são os saberes empíricos, pois, no referido estatuto não só têm os direitos das crianças e adolescentes, por isso, essa visão deverá ser superada.

Então, para esses autores, primeiramente as unidades educacionais deverão elaborar de forma objetiva e democrática as normas que definirão as regras específicas para contenção dos índices dos atos de indisciplina e infracionais ocorridos nas escolas e praticados pelos alunos, além do mais, em ato paralelo deverá observá-las e cumpri-las, dando ciência à família da sua responsabilidade na participação direta da vida educacional dos filhos/alunos. Frisando que “É fundamental, contudo, a tentativa de mediação entre os envolvidos, e a real fiscalização dos dirigentes das escolas nos locais e horários predestinados à prática do fenômeno, anteriormente à judicialização do conflito”, (p. 16).

“D’outro vértice, os profissionais que atuam no sistema de garantias (Promotor de Justiça, Juiz de Direito, Advogado, Delegado de Polícia, entre outros) poderão tomar conhecimento da prática do *bullying* não só por meio do boletim de ocorrência circunstanciada, mas, sobretudo, por representação de membro do Conselho Tutelar e, até mesmo, por comunicação da direção da escola, desempenhando papel fundamental no reconhecimento da questão, porquanto, agindo preventivamente, evitarão as consequências do fenômeno, tais como abandono escolar e

lesões corporais, e também, a desaconselhável intervenção estatal em uma fase tão sensível do desenvolvimento humano”.

“E é na tentativa de sensibilizar para a necessidade de enfrentamento e resolução do problema em sua fase embrionária que se afirma que o Promotor de Justiça pode, mormente em cidades de pequeno e médio porte, ter desempenho fundamental no combate ao fenômeno por meio de participação em debates, palestras e campanhas desencadeadas não só nos ambientes escolares, mas em toda a comunidade”, (p. 16).

Nesse contexto, podemos visualizar com clareza a importância não só da participação da família e escola, como também do judiciário em especial do Ministério Público – MP, vez que, estamos diante de um contexto, que querelam os direitos sociais e individuais indisponíveis da infância e adolescência, cenário este que prevalece a participação desse público, assim essas circunstâncias requer atuação direta do MP na busca de assegurar a proteção dessas crianças e adolescentes, dos altos índices de violências, sejam elas vítimas ou causadoras da violação, porque é indispensável à defesa dos interesses da sociedade, isto é, faz parte da tradição do sistema processual brasileiro, essa intervenção do MP, tanto na qualidade de parte interessada, quanto na condição de fiscal da lei, também denominado de *custos legis*.

“Nesse sentido, imprescindível a atuação socialmente engajada dos membros do Ministério Público no sentido de coibir os excessos que tem ocorrido dentro de alguns estabelecimentos de ensino, mostrando que o “caminho do meio” ainda é o melhor a ser trilhado, deixando claro, entretanto, que não se quer evitar a responsabilização daquele que descumpriu o seu dever na sociedade educacional, mas que também, inúmeras vezes, é ali que os conflitos devem ser solucionados”.

“As estratégias de esclarecimento e de prevenção se afiguram, deste modo, em importantes alternativas a fim de evitar uma excessiva judicialização de conflitos escolares, frequentemente causados por ausência da devida intervenção da própria escola e da família, que falham no ensino das regras mais elementares de convivência social. Nesse vértice, em Santa Catarina, a Lei Estadual 14.651/09 autorizou a instituição do Programa de Combate ao *Bullying*, por meio de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do Estado”.

“O Ministério Público catarinense, por sua vez, com fulcro na referida legislação, e considerando a grande incidência do problema vivenciado em escolas – os quais repercutem diretamente nas Promotorias de Justiça do Estado –, idealizou a campanha “*Bullying*, isso não é brincadeira”, desenvolvendo folders, cartazes, gibis, marcadores de página e vídeos, no intuito de esclarecer crianças, adolescentes, pais, responsáveis, professores, diretores e sociedade em geral acerca da caracterização e das consequências do fenômeno, visando, assim, contribuir para o combate e a prevenção deste mal”. (Albino e Terêncio, 2012, p. 16 -17).

CAPÍTULO III – CULTURA DA ESCOLA

As práticas das escolas estão ligadas diretamente às culturas, segundo Moreira e Candau (2013), uma vez que, não é possível criar nenhuma experiência pedagógica “desculturizada”, se estiver presente a referência cultural. Nesse sentido, só com a identidade cultural de seus intérpretes é que a escola poderá construir a sua própria cultura, frisando que eles vêm de múltiplos segmentos sociais, culturais, econômicos, religiosos e étnicos, sendo estes considerados motivos que causam a transformação do ambiente escolar, de forma a emergir conflitos e desafiador no desenvolver o exercício de suas práticas educativas Moreira & Candau (2013) afirmam ainda que:

“[...] a escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir culturas, oferecer as novas gerações o que de mais significativo produziu culturalmente a humanidade”. (p. 160).

Para Julia (2001, p. 10) a cultura escolar advém de um conjunto de objetivos, práticas e normas que norteiam os métodos pedagógicos seguidos pelo professor na transferência do conhecimento, como também institui procedimentos formais, de todas as ações que norteiam a comunidade escolar, influenciando diretamente na sua forma de agir, de pensar e se comportar.

No contexto atual a violência da juventude, literalmente toma corpo, pois este fato está interligado a forma como o sujeito é produzido pela cultura de massa e também pela ausência de projetos sociais compartilhados, com esta produção ele pode encarar o outro apenas como objeto (Abramovay, 2010).

A cultura para Bruner (2001, p. 99), “é um modo de lidar com os problemas humanos: com as transações humanas de todo tipo, representadas em símbolos”. Na articulação da psicologia cultural com a educação, é sustentada a tese da educação interligada com a cultura, censurado o isolamento delas, como se fosse uma ilha, porque a educação faz parte do continente da cultura. É discutido a função da educação na cultura e o papel desempenhado pelos os alunos, educadores, pais e funcionários, bem como, o sistema de redistribuição de poder, status, hierarquias, e por fim, os benefícios adquiridos para os ocupantes de cada lugar e os recursos colocados à disposição para os representantes da educação.

Para Luck (2011, p. 144), “cultura é aquilo que é cultivado continuamente”. E tudo que é cultivado na escola no dia a dia equivale à sua cultura organizacional. Destacando que a participação dos pais na vida educacional dos filhos contribui diretamente para ampliar a

qualidade e quantidade da aprendizagem dos alunos que possuem em seu contexto de vida esse hábito, não sendo obstáculo a esse acompanhamento o fato da baixa escolaridade ou analfabetismo da família. Como diz o provérbio popular “é o olho do dono que engorda o boi”.

Nesse sentido, cultura, para Vygotsky, (*apud* Nascimento, 2009, p. 34) “é ao mesmo tempo processo e produto, criando e recriando a vida social dos homens. A cultura seria tanto produzida pelo homem quanto provocaria as suas relações sociais. Relações sociais que não ocorreriam de forma direta, mas mediatizadas pelos instrumentos, artefatos, produtos, signos e sistemas simbólicos que compõem e constroem a cultura”.

Assim, segundo Nascimento (2009), o desenvolvimento dos interesses têm como base a cultura e os condicionantes sócio históricos. A internalização ocorre por meio da linguagem, comunicação e nas interações pulsantes no contexto onde o adolescente está inserido. E, o processo de reflexão organiza e fornece explicações para o adolescente acerca dessas mudanças, dando margem ao desenvolvimento da autoconsciência.

Visando encontrar a definição acerca de cultura escolar Julia, (2001) busca primeiramente como base a compreensão que para estudar sobre essa cultura torna-se indispensável prévia análise acerca das situações conflituosas ou pacíficas existentes, para cada período histórico, considerando todo o conjunto de culturas atuais, como também a predominância da cultura religiosa, política ou popular.

Ainda é fundamental a observação das relações, normas e práticas vivenciadas nas organizações escolares para assegurar uma melhor compreensão acerca da cultura escolar. Nessa linha, Julia (2001) delinea cultura escolar tendo como base a visão histórica, ressaltando que possibilita a oportunidade da troca de conhecimentos na escola e aprofunda as formas de como se comportar e conviver. Nesse contexto o autor conceitua a cultura escolar como:

“A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (p. 9). [...] normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. (Julia, 2001, p. 10).

De acordo com Pol, Hlousková, Novotny e Zounek (2007), entendem que a cultura de escola é uma terminologia do mundo moderno que vem sendo muito citada nas relações escolares contemporâneas, especialmente no tocante ao processo de desenvolvimento do

espaço escolar com relação às modificações acontecidas. Tendo como ponto que a cultura de escola é um termo que abrange várias revelações da natureza humana, a cultura escolar envolve as várias áreas que as escolas atuam.

Leonor Torres (1997, p. 27), na linha de Smirch (1983) afirma que é indispensável fazer a diferença quanto ao entendimento de cultura como “variável independente e externa” e da “variável dependente e interna”. Assim, passa a explicar:

Quanto ao que concerne ao primeiro caso, à cultura organizacional é vista como o reflexo dos traços culturais da sociedade, isto é, as práticas organizacionais tendem a ser determinadas e niveladas pela cultura societal, assumindo na perspectiva de alguns autores, um decalque da cultura nacional” (Torres, 1997, p. 15). No segundo caso, “a cultura é construída no interior da organização, não se rejeitando, porém, a existência de influências do exterior na modelização dos seus contornos. Sendo algo que a organização tem e que dentro dela se desenvolve, a cultura tende a adquirir traços idiossincráticos, conferidores de uma identidade organizacional própria. Neste sentido, as relações entre a cultura societal e a cultura organizacional parecem ser menos intensas e, conseqüentemente, de mais difícil percepção o grau de influência que a primeira poderá exercer sobre a segunda.

Ainda nesse sentido, são apresentadas três tipos de abordagens, consideradas imprescindíveis para formação da concepção no que concerne a origem dos vários conceitos aplicados à temática em análise e a sua prática no ambiente escolar, quais sejam, a visão funcionalista, a dimensão estruturalista e por fim a interacionista, sendo estas definidas da seguinte forma: a visão funcionalista apóia-se na categoria de transmissora de uma cultura própria, levando valores e norma que educam por meio cultural os indivíduos no processo educativo; A dimensão estruturalista, tem o fundamento da sua base por meio de planejamentos pedagógicos, disciplinas, métodos e práticas de ensino-aprendizagem; E a abordagem interacionista, responsável pelo significado da cultura escolar como “a cultura organizacional da escola”(Barroso, 2012, p. 02).

Júlia (2001) faz críticas quanto à falta de mecanismos, aparelhos eficazes que sejam capazes de efetuarem a realização de apreciação histórica no que concernem as práticas e elementos que abarcam cultura escolar, tendo como ponto de retomada a partir dos anos setenta, vez que, foi nesse contexto que o estudo sociológico da população escolar deu anuência para olhar os desníveis considerando o desenvolvimento do processo educativo, procedimento este que proporcionou a diversos historiadores a olharem a escola como:

“apenas ‘o meio inventado pela burguesia para adestrar e normalizar o povo’, responsável, portanto, sob o manto de uma igualdade abstrata, que veicula, intactas, as desigualdades herdadas, pela reprodução das

heranças culturais e pela reposição do mundo tal qual ele é. Nos anos 80, que assistiram, em vários países, à comemoração das grandes leis que impuseram, no fim do século XIX, a obrigatoriedade escolar, essa mesma escola foi, pelo contrário, reabilitada como um triunfo ao mesmo tempo técnico e cívico, fruto da imposição segura de uma pedagogia normativa. Em um e outro caso, os autores realmente compartilham uma convicção idêntica: a de uma escola todo-poderosa, onde nada separa intenções de resultados (Julia, 2001, p. 11 e 12).

Em suma, nos anos setenta, a reprodução da cultura era dada de forma abstrata e as desigualdades permaneciam passando de geração a geração. Sendo marcada nos anos oitenta, a imposição da “obrigatoriedade escolar” e normas pedagógicas com a valorização do civismo e o tecnicismo. Assim, tudo isso demonstra que sempre houve os conflitos no ambiente escolar.

Ressaltando, conforme Torres (2005) que as atividades humanas em determinada área e contexto histórico estão diretamente interligadas com a cultura organizacional. No mesmo sentido, o autor ainda traz a baila a interdependência dos fatores externos e internos nos quais os indivíduos estão inseridos, evidenciando:

“Se o percurso de socialização dos diversos actores escolares é desenvolvidos, em primeira instância em contextos externos à escola como organização (família, grupos de amigos, organizações de caráter religioso, político, desportivo, lazer, recreativo-cultural, etc.), mesmo que num segundo momento o contexto escolar passe a assumir um grande protagonismo na vida dos actores (ora enquanto alunos, ora enquanto professores ou mesmo funcionários), é lícito pensarmos na coexistência de múltiplos valores, ideologias, crenças, enfim, de diferenciadas e contraditórias visões do mundo escolar, assimiladas pelos actores e accionadas em contexto escolar.” (Torres, 2005, p. 442).

Segundo Abramovay (2010), nas culturas da violência, a inventividade, o papel criador do inesperado quase inexistem. O que por vezes é produzido é o endurecimento da exclusão, e, a interferência nos nossos discursos e comportamentos da autonomização da violência e sua experimentação como potência estranha e misteriosa. Por isso, no dia a dia é comum à praticada involuntária de atos violentos, classificados de menor potencial ofensivo, passarem despercebidos. Porque foram banalizados pela cultura da violência.

Nesta perspectiva, ainda de acordo com o autor, a sociabilidade violenta pode ser caracterizada pelas estratégias utilizadas como instrumentos para a inclusão dos sujeitos na vida social, dado pelo processo de auto-afirmação.

Vários são os fatores dos entraves institucionais que convergem para enfraquecer as possibilidades de enfrentamento efetivo da violência homicida do país, impondo obstáculos e limites às ações nesse sentido, Waiselfisz (2013), classifica entre as principais a cultura da

violência: contrariando a visão amplamente difundida, principalmente nos meios ligados à Segurança Pública, de que a violência homicida do país se encontra imediatamente relacionada e explicada pelas estruturas do crime, e mais especificamente da droga, diversas evidências, sendo algumas delas bem recentes e oficiais, parecem apontar claramente em sentido contrário.

Ordinariamente, a violência caracteriza-se pela competição, pela pretensão de o sujeito perceber-se como o melhor e de funcionar como um predador do corpo do outro para o usufruto próprio. E, a exclusão social, a disseminação da violência, a ruptura de laços sociais aponta para a “desfiliação” de algumas categorias sociais, como a juventude (Abramovay, 2010).

Destarte, a cultura a qual pertencemos influencia diretamente no comportamento do sujeito, e conseqüentemente, é grande a probabilidade do nexos causal com os atos praticados nas agressões relatadas pelas vítimas da violência, em especial nas que sofrem *bullying* já que é o tema atual mais debatido pelos autores e sujeitos do contexto educacional.

Neste sentido, buscaremos esclarecer se as condutas/ações são de ordens sociais, familiares ou outro problema de distúrbio de ordem psicológica por parte do agressor. Logo, a presença da família ou responsáveis no cotidiano escolar é essencial para junto com os gestores asseverem a qualidade da educação, a prevenção aos atos violentos ou na recuperação do comportamento dos agressivos e do ambiente escolar.

Frisasse que a cultura, embora possua um caráter de estabilidade, ela é mutável, como um artefato social ela é dinâmica e mutável, predisposta a influências organizacionais, sejam elas internas ou externas (Luck, 2011).

Portanto, os gestores e líderes escolares devem estar sempre atualizados quanto às características e aos interesses da cultura educacional, para atuar nas necessidades dos alunos de forma preventiva (Luck, 2011). Por isso, a escola deve traçar metas de modo contextualizado com o cotidiano escolar para atingir os seus objetivos, em especial nos casos de prática de atos violentos, sempre dá primazia à realidade social e cultural do agressor ou da vítima, a fim de garantir a medida mais eficaz e eficiente ao caso.

No contexto da teoria da carência cultural: o preconceito disfarçado? As classes sociais atingidas tanto pela exploração econômica quanto pela dominação cultural, lutam pela igualdade. Destacando que um dos pontos que pode ser responsável pelos resultados negativos é a precariedade dos instrumentos de avaliação e do contexto das observações. A referida teoria atribui aos educadores uma visão preconceituosa das crianças, pobres e de suas famílias, de forma a impedi-los de olhar criticamente para a escola, a sociedade em que

habitam. Condenam o oprimido taxando-o de deficiente, e depois faz promessas impossíveis de igualdade de oportunidades por meio de programas de educação complementar que já em sua raiz são eivados de vícios insanáveis, pois tem como premissa que o seu público alvo é menos apto a aprendizagem escolar. Mas, mesmo diante dessa negativa tem um lado positivo, pois com esses programas nasce a esperança na justiça social, e graças à função de democratização atribuída a escola é que supostamente esse cenário será revertido, de forma a combater as diferenças ou deficiências culturais e psicológicas de que as classes “menos favorecidas” seriam mensageiras. Dessa forma, surge uma nova variante do conceito escola redentora: “será da que redimirá os pobres, curando-os de suas deficiências psicológicas e culturais consideradas as responsáveis pelo lugar que ocupam na estrutura social. Em síntese partem do senso comum e apenas o devolvem à sociedade revestido de maior credibilidade”. Patto (1999, p. 74).

Então, na teoria da carência cultural são identificados como pressupostos que poderiam contribuir para um baixo rendimento escolar: alta densidade habitacional, desejo prévio de trabalhar, a não participação dos pais nos eventos e reuniões escolares, mesmo quando convidados, falta de apoio ao desenvolvimento das atividades escolares dos filhos, predominância de alto índice de autoritarismo na criação, baixa interação verbal e não prática da leitura em casa. Sendo considerada que, encontrava-se no aluno a causa principal do fracasso escolar, e a escola apenas uma parcela pela a não adequação ao discente de baixa renda. (Campos, 1981; 1982, *apud* Patto, 1999).

Nesse cotejo, evidenciamos que na ocorrência da violência estão envolvidos aspectos culturais (sociais, políticos e econômicos) e individuais. Mas, é mister ressaltar que, tais fatores ainda devem ser analisados, problematizados e interpretados, por isso, não basta mencioná-los. (Antunes e Zuin, 2008). Para esses autores, há dois fatores, os individuais e os culturais, sendo que o primeiro identifica o desenvolvimento da personalidade nesse ambiente, e outro é referente à sociedade que limita o desenvolvimento em uma direção específica, bem como, às condições objetivas que incidem dessa violência de uma pessoa para com a outra. O *bullying*, não representa uma mera forma de violência, assim como é conceituado, há um fator determinante.

Na realidade o *bullying* assemelha-se a definição de preconceito, quando reflete acerca dos fatores sociais responsáveis pela criação dos grupos-alvo, como também para os indicativos da função psíquica quando considerados como agressores. Considerando a hipótese de semelhança entre o *bullying* e o preconceito como vem sendo colocado, este passa a noção para as pessoas de ser um acontecimento já conhecido a tempo, contudo, a ciência

pragmática atribuiu para essa nova nomenclatura, além de pensar que consegue ter o controle do *bullying* por meio de mera classificação e aconselhamentos. Então, para um a sociedade que fingi ser cosmopolita, essa assimilação é imediata, porque o que fere a moral burguesa, é a maneira e as implicações trazidas para o ambiente escolar, pois, os casos mais preocupantes são os suicídios e os ataques armados a esses ambientes que causam inclusive feridas e morte sem pessoas. Seguindo a linha dessa hipótese trata-se da existência do preconceito em sociedades e culturas provavelmente democráticas, todavia de fato são autoritárias.

É corriqueira a asseveração que o mundo no qual vivemos sofre constantes mudanças, determinada, entre outros aspectos, por inovações tecnológicas, pela dinâmica das intercomunicações, pelo acentuado nível de aspiração por melhoria continua de organizações, grupos sociais e pessoas, pelo espírito inquisidor e desbravador do ser humano. Então, essas mudanças são imprescindíveis para os processos e as organizações no âmbito da educação, de forma que as unidades escolares possam promover a formação e a aprendizagem de qualidade dos alunos, de modo a lhes permitir o enfrentamento às diversas situações conflitantes e aos obstáculos da sociedade contemporânea de forma competente, amoldadas e úteis às pretensões do cotidiano da comunidade, assim, a escola alcançará uma das suas finalidades educacionais, nesse processo de mudança para todos, (Luck, 2011).

Considerando, que já existe uma concepção geral da nossa sociedade de que a qualidade do ensino atual encontra-se em nível inferior em relação à necessidade da demanda ora apresentada pela comunidade escolar e sociedade em geral, os gestores educacionais estão sempre propondo mudanças nas políticas publicas educacionais dos sistemas de ensino que dirigem e nas orientações ao trabalho da escola. Sabemos da importância das mudanças, e que elas são necessárias, essa é alinha de cada governo novo, junto com a sua equipe de gestação nova. Todavia, na prática observa-se que nem sempre essas mudanças atingem os objetivos propostos nos projetos e programas de governo, conseqüentemente dificilmente os resultados positivos são alcançados. E, às vezes, acontece de inviabilizar o andamento do que estava dando certo, corroborando esta fala com o depoimento de um diretor de escola a respeito dessas ações governamentais. Estando condenadas ao fracasso as propostas que objetivam inovações e mudanças apresentadas pelos sistemas de ensino que ignoram e desconsideram o clima e a cultura organizacional da escola.

Como já foi demonstrado, há varias ações dos sistemas de ensino que são inofensivas, infrutíferas, servindo apenas para congelar procedimentos e atitudes reativos dos atores das escolas, vez que, as medidas utilizadas para tomar as decisões são sobre a escola e não coma escola, as medidas educacionais tomadas de formas isoladas, não considerando o

envolvimento da comunidade escolar e demais unidade de ensino no momento do processo de tomadas de decisões, sendo pré definidas e impostas para a escola, não só desconsidera os princípios da gestão democrática, que exige o envolvimento e descentralização da comunidade escolar na tomada de decisões, bem como as condições do clima e da cultura organizacional das escolas.

A falta de compreensão no processo de implantação e implementação nos estabelecimentos de ensino de novas metodologias, novos currículos, novas tecnologias, novas práticas de avaliação, por exemplo, têm demonstrado sua ineficácia, porque o mesmo não será incorporado automaticamente pelas unidades educacionais. Pois, as percepções formadas ao longo do tempo, e, as crenças, valores, hábitos, interesses, interpretações, significados, serão todos esses aspectos filtrados. Serão rejeitadas as propostas do sistema quando não encontrar uma semelhança ou conformidade entre elas e aqueles aspectos da escola. Sabendo que quanto mais antigos e arraigados forem esses aspectos, menores serão as chances de aceitação, de modo que aumentam a probabilidade de rejeição em afinidade ao que contraste e compare como o modo de ser e de fazer constituído na escola.

As propostas novas não têm autonomia de interpenetrar automaticamente o modo de ser e de fazer da escola e se constituem, no aludido caso, em conhecimentos puramente formais e levianos, em experiências vivenciadas sem espírito, sem comprometimento, sem determinação. Por analogia compara que essa iniciativa para tal implantação corresponderia, por exemplo, ao trabalho de derramar azeite em água, que mesmo após a mistura continuam afastados, apesar do esforço por agitarem-se ambos para se misturarem. Um ponto importante para elucidar quando ocorre à troca de equipes de gestores de sistemas de ensino, as equipes de gestores novas apreciam, analogicamente falando, o tipo de problema como sendo o tipo de azeite utilizado pela equipe anterior, e partindo dessa visão, resolvem mudar a quantidade, variedade ou tipo de azeite.

O fato de não ocorrer esse envolvimento, é natural o resultado da mobilização tácita e implícita, consciente ou inconsciente dos atores com relação à reação aos esforços externos. É conhecido que a cultura motiva estabilidade e proteção, assim, a tendência é promover reação a tudo que seja considerado ameaçador ao bem-estar comum, ao conforto conjunto, às práticas regulares. Dessa forma, a ausência de um processo de apropriação das novas ideias e sua interiorização na cultura organizacional escolar, faz com que os esforços realizados para sua mudança sejam perdidos, (Luck, 2011). Ainda nesse sentido:

“[...] o clima e a cultura organizacional da escola podem apresentar características negativas e contraproducentes no que concerne aos

fundamentos e objetivos educacionais, de tal maneira que estejam distantes da cultura educacional necessária para a formação e aprendizagem dos alunos. Em muitas circunstâncias, é possível reconhecer a existência de um fosso entre o real e o ideal”.

“[...] Há, porém, escolas que demonstram um clima e uma cultura organizacional de clara orientação educativa, caracterizada pelo entusiasmo conjunto no sentido de ajudar os alunos a aprenderem, por atuarem de maneira participativa na resolução de seus problemas e desafios diários, por superarem suas limitações de recursos, por se abrirem à comunidade e procurarem aprender e melhorar seus processos educacionais continuamente”. (p. 160-163, 165).

Nos desafios à educação os diversos atos de violência contra o outro e as características do preconceito, inicialmente produz espontaneamente um pouco de rejeição nos indivíduos. Lógico que, não há intenção de proteger essas atitudes agressivas, mas esses atos de rejeição e os da própria violência impensada merecem reflexão. Pois, não existe nenhuma dúvida que a educação é um caminho para a superação da violência que assola o contexto da comunidade escolar contemporânea, entretanto, ainda possui em seus costumes traços repressivos da cultura dos nossos antepassados (Antunes e Zuin, 2008).

Nesse diapasão, esses autores entendem que o enigma da violência escolar, é uma das questões mais importante e urgente para a comunidade educacional refletir, por ser a escola avaliada como o segundo recinto que mais os alunos convivem após o lar familiar, assim, deverá primar por programas que contribuam pelo progresso do alunado, de modo a desenvolver habilidades na gestão para o cumprimento de suas responsabilidades, em especial destaca-se a socialização das crianças, por ser uma grande tarefa a ser realizada.

Ao final, Antunes e Zuin (2008) salientam que “as práticas de violência nas escolas devem ser compreendidas por meio da análise social, das formas de organização e das forças objetivas da sociedade, e de como tais forças se materializam e se calcificam nos sujeitos que se desenvolvem neste meio” (p. 40). E, concluem que:

“Estudar a violência requer também este impulso crítico, tanto nas análises teóricas quanto na interpretação dos dados, de modo a mostrar suas múltiplas tensões e questionar o sentido social dos fenômenos singulares encontrados. Por meio desta análise, reveladora das construções sociológicas, políticas, econômicas, ideológicas, talvez se possa pensar numa outra forma de educação que não a regida pelos imperativos que impedem a emancipação ao forçar a repressão e a adaptação, uma outra forma de educação que não seja ela própria barbárie”. (p. 40).

Para a visão da gestão escolar, é de suma importância ter como parâmetro basilar que a sua responsabilidade enquanto gestor é fator preponderante na contribuição dos valores e nas

perspectivas educacionais proativas e empreendedoras de orientação da aprendizagem e formação dos alunos que as escolas devem assumir. Assim, cabe ao gestor dedicação aos seres humanos que compõem a comunidade escolar, aos processos administrativos e os que vão além dos muros do ambiente educacional, como os judiciais, bem como, conhecer e preservar a devida história do contexto da escola, isto é, "sua cultura e seu clima organizacional", Luck (2011, p. 166). Nesse sentido, frisa-se que, apesar da cultura ser considerada como conservadora e duradoura, também é mutável, ou seja, há sempre mudanças, porém, os agentes envolvidos não percebem as alterações que acontecem em seu entorno.

Ainda, segundo Luck (2011), realizar gestão escolar significa atuação em toda a escola, de modo a promover interação entre todos os elementos, sejam eles “estruturais e funcionais, ideais e reais, materiais e sociais”, (p. 168), pois por essa interação, fiquem ofertadas ambientes e experiências educacionais aos alunos, para que eles tenham chances de auferir uma formação mais perfeita e condigna com o contexto sócio cultural atual, de tal modo que aprendam a aprender, a fazer, a conviver e a ser, assim, com essa formação educacional promovida pelos responsáveis do sistema educacional, e, absorvida pelos alunos, dará condições de igualdade entre os cidadãos, de forma a enfrentar as dificuldades encontradas na trajetória de vida do indivíduo e, conseqüentemente a qualidade na superação dos desafios dessa sociedade em constantes transformações refletirá o sucesso do cidadão e de toda a população beneficiada direta ou indiretamente.

Não obstante, para esse autor, a escola tem como marco a diversidade, pluralidade e a complexidade, como também, a redução da gestão na aplicação formal de diretrizes, planos, normas e regulamentos, logo, não oferecem condições de sucesso além do operativo. Frisado que “fazer gestão supera de longe, por conseguinte, a simples aplicação de normas e regulamentos, a transferência de modelos formais prontos, na expectativa de que serão naturalmente recebidos e facilmente aplicados”, (p. 169). Enfim, ainda nesse sentido, o autor destaca a reflexão das temáticas: clima e acultura organizacional salientando que precisam de mais pesquisas, cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento dessas temáticas, face às constantes variações do mundo da globalização.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

É frequente, nessa comunidade de pesquisa, a aplicação das abordagens *fenomenológica-hermenêuticas*, onde o sujeito é o intérprete do objeto, e as pesquisas buscam desvendar ou decodificar subjetivamente os pressupostos implícitos nos textos, nos discursos e nas comunicações, em síntese no contexto sujeito-objeto o sujeito fica no centro da relação, enquanto o objeto é uma qualificação do processo de interpretação. Nas abordagens em análise, as investigações, praticam dentre outras, metodologias e técnicas de pesquisa como: questionário, entrevista, observação participante, narração, história de vida, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante e pesquisa-ação (Devechi e Trevisan, 2010).

A metodologia é o caminho pelo qual são realizados os estudos dos princípios e dos métodos de pesquisa, segundo Laville e Dione (1999), corroborando com o matemático e filósofo René Descartes, que há mais de três séculos, já escrevia a esse respeito:

“o método são regras precisas e fáceis, a partir da observação exatadas quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e, sem aí desperdiçar inutilmente as forças de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo do que se é capaz”, Descartes, *apud*, Laville e Dione (1999, p. 11).

Logo, visando atingir os objetivos da presente pesquisa é necessário dispor de métodos fáceis e que garantam ao pesquisador e aos leitores a credibilidade dos resultados alcançados. Nesse sentido para a realização do estudo das *políticas públicas e combate a violência na escola: ensino fundamental e médio* é mister uma reflexão sobre a natureza desta pesquisa e o modo como as políticas públicas são evidenciadas no cotidiano educacional, bem como, é essencial a reflexão sobre o método, suas variedades, suas práticas e seus efeitos, pois isso é em tese o que se denomina metodologia, a luz de Laville e Dione (1999).

Assim, este estudo terá como base a metodologia qualitativa e quantitativa, com uma abordagem interpretativa dos dados obtidos dos instrumentos de coleta: questionário objetivo e também um roteiro de entrevista semiestruturada específico para cada segmento da escola.

4.1.OBJETIVOS

4.1.1. Objetivo Geral:

Analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão).

4.1.2. Objetivos Específicos:

- a) Indicar o índice de violência em cada uma das escolas estudadas e em que faixa etária ocorre com mais frequência;
- b) Mapear os tipos de infração perpetrada, bem como, as medidas aplicadas ao infrator, aos pais ou responsáveis;
- c) Elencar as práticas educativas efetivadas pelas escolas para prevenção e repressão a violência;
- d) Avaliar se os alunos têm conhecimento que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis;
- e) Analisar a relação entre os níveis e os tipos de violência, a reação da escola a violência, e a política pública do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.2.TIPO DE ESTUDO

Segundo Gatti (2004), no Brasil, na área da pesquisa educacional, até meados do século passado predominavam os estudos de natureza quantitativa, batizados de tecnicistas ou, mais inadequadamente, positivistas. Já no contexto atual, são raros os estudos que empregam metodologias quantitativas, exceto as análises de dados de avaliações de rendimento escolar realizadas em alguns sistemas educacionais.

Assim, a presente pesquisa utilizará as abordagens qualiquanti, vez que, o enfoque desde trabalho no método da pesquisa qualitativa é de suma importância:

“trata-se de um modo de investigação surgido com o movimento de rejeição ao modelo positivista de produção do conhecimento, que se estende desde a fenomenologia, passando pela hermenêutica, à dialética em seus diferentes desdobramentos, tendo como objetivo principal apreender os fatores não considerados pelas pesquisas de ordem hipotético-dedutivas. [...] as pesquisas qualitativas surgem com a certificação dos limites das pesquisas quantitativas, especialmente no que se refere às ciências sociais e humanas.” (Devechi e Trevisan, pág. 148, 2010).

No desenvolvimento deste processo apresentará além da análise qualitativa a quantitativa, com enfoque na análise de processos e interpretação dos dados do fato que tenha conduta descrita como crime ou contravenção penal, ocorrido na área escolar, e praticado por adolescente.

Vale frisar, “que a quantificação em ciências humanas, representa uma ferramenta cultural de apoio ao esforço global de construção de conhecimento neste domínio, ferramenta esta que pode, em contextos específicos, prestar serviços de amplificação da observação de valor inegável”. (Falcão e Régnier, 2000, p. 241).

Por fim, “a informação que não pode ser diretamente ‘visualizada’ a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”, conforme as colocações de Falcão e Régnier (2000, p. 232), constitui a análise de dados quantitativos da pesquisa educacional deste trabalho.

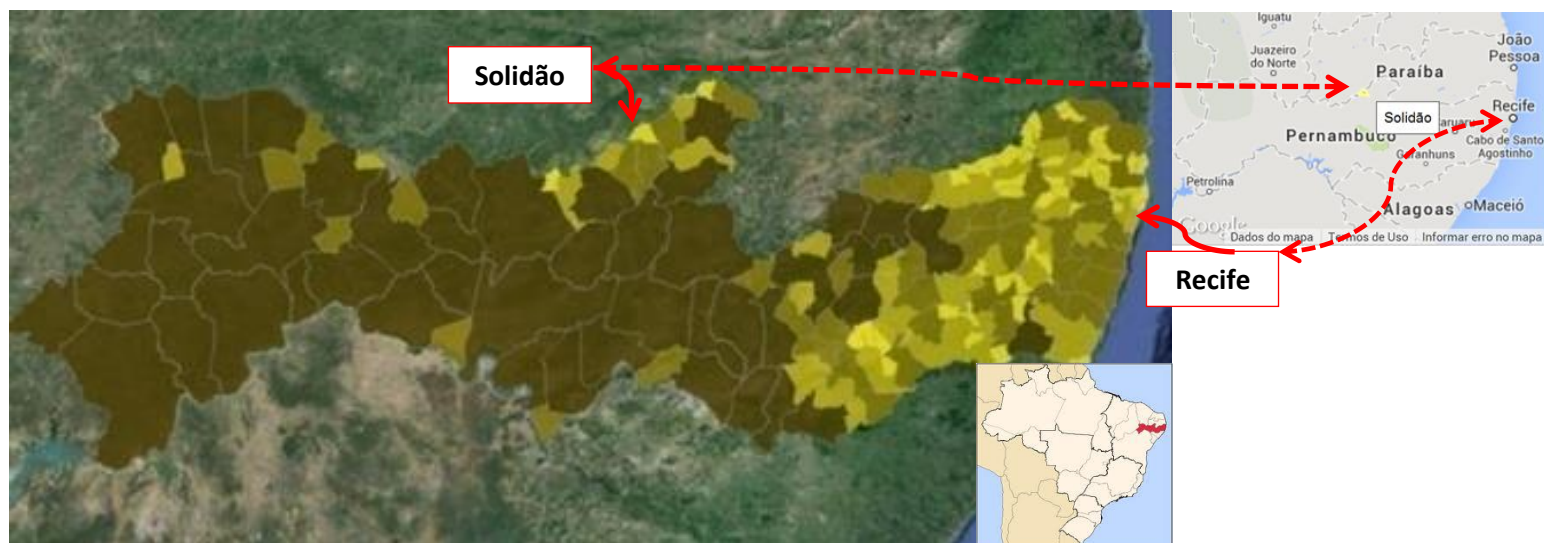
Diante do exposto, e considerando que o tema em estudo é atualmente um dos maiores desafios a ser superada pela sociedade e comunidade escolar, a adoção das abordagens de metodologia quantitativa e qualitativa priorizará o entendimento dos fenômenos e suas circunstâncias, nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

4.3.LOCUS DA PESQUISA

O fator principal para a escolha do lócus deste estudo são as diversas variáveis que a violência vêm apresentando no contexto sociocultural atual, pois é um problema social que está presente nas ações das escolas, independente da localização, seja no sul, sudeste, norte, nordeste, centro oeste do país, ou na região metropolitana, agreste, araripe, zona da mata, moxotó, sertão de Pernambuco.

Nos últimos anos várias obras de grandes autores, analisando os novos padrões da violência, vêm demonstrando a sua disseminação para o interior, a exemplo disso Waiselfisz (2013, p. 45), “até fins da década de 90 os pólos de crescimento da violência concentravam-se em umas poucas capitais e regiões metropolitanas, a partir da virada de século a tendência desses pólos foi migrar para o interior desses estados ou para outras áreas até então relativamente periféricas no quadro da violência nacional”.

Razão pela qual o estudo das políticas públicas e combate a violência na escola ocorrerá, salvo melhor juízo, em cidades do litoral e do sertão em PE. Assim, é fundamental entender essas variáveis na fase inicial, quais sejam, no ensino fundamental e médio, sendo que neste trabalho abordaremos as variantes do ensino médio. Segue abaixo o mapa das cidades elegidas de Recife (região Metropolitana) e Solidão (região do Sertão do Pajeú) por ser próximas das residências da pesquisadora:



Recife: encontra-se situado na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco, sua área territorial é de 218,435 km². Foi instituído como município em 05 de dezembro de 1823. O censo populacional realizado pelo IBGE em 2010 contabilizou 1.537.704 habitantes (1.599.513 estimada para 2013).

Solidão: encontra-se a 431km do Recife/PE, Capital, sua área territorial é de 138,399 km². Foi instituído como município em 20 de dezembro de 1963 (lei estadual nº 4.969/63). O censo populacional realizado pelo IBGE em 2010 contabilizou 5.744 habitantes (5.918 estimada para 2013).

Já a seleção das escolas, inicialmente foi devido ao livre acesso encontrado junto aos gestores das unidades escolares, pois durante o processo de visita as escolas, alguns obstáculos, posto por gestores/líderes educacionais, desviaram a pesquisadora para uma nova rota, concluindo-se pelas escolas estaduais em Recife a Escola de Referência em Ensino Médio Escola “A”, ensino EREM-Jornada Semi-integral, e em Solidão a Escola de Referência em Ensino Médio Escola “B”, ensino EREM-Jornada Semi-integral (a partir de 1º.01.2014), ainda existe fundamental II, como será demonstrado no parágrafo específico da escola.

Durante a qualificação das escolas observou-se pontos que coadunam com a linha de estudo em análise, como poderá ser verificado nas especificações a seguir das 02 (duas) escolas, fator este conclusivo para a definição das escolas elegidas.

A Escola de Referência em Ensino Médio Escola “A”, em 2014 contava com uma equipe de 34 profissionais entre gestão escolar/professores, sendo 01 Diretora, 01 Secretária, 01 Educadora de Apoio, 01 Chefe do Núcleo Sócio Educacional, 02 Apoios Administrativos Educacionais, 02 Bibliotecários, 26 professores (Efetivos 22 e Contratados 04, sendo 03 com

comprazo pré-determinado), para atender 500 pais aproximadamente, 553 alunos, em 14 turmas, do 1º ao 3º ano, do ensino médio.

As séries funcionam no turno semi-integral (manhã e tarde), 06 turmas do 1º ano com 227 alunos (1º ano “A” 42 alunos, 1º ano “B” 39 alunos, 1º ano “C” 40 alunos, 1º ano “D” 39 alunos, 1º ano “E” 32 alunos e 1º ano “F” 36 alunos), 05 turmas do 2º ano com 206 alunos, (2º ano “A” 36 alunos, 2º “B” 42 alunos, 2º ano “C” 45 alunos, 2º ano “D” 40 alunos e 2º ano “E” 43 alunos), e 03 turmas do 3º ano com 120 alunos (3º ano “A” 43 alunos, 3º “B” 41 alunos e 3º ano “C” 36 alunos).

DADOS DAS TURMAS DA ESCOLA DO RECIFE: 2014 Escola de Referência em Ensino Médio Escola “A”			
TURMAS	1º Ens. Médio Faixa etária: 14-17a	2º Ens. Médio Faixa etária: 15-19a	3º Ens. Médio Faixa etária: 16-20a
A	41	36	43
B	39	42	41
C	40	45	36
D	39	40	
E	32	43	
F	36		
SOMA	227	206	120
TOTAL			553

A Escola de Referência em Ensino Médio Escola “B”, em 2014 contava com uma equipe de 21 profissionais entre gestão escolar/professores, sendo 01 diretor, 01 Secretária, 01 Educadora de Apoio, 01 Técnica Educacional, 02 Assistentes Administrativos Educacionais, 15 professores (Efetivos 07 e Contratados 08), para atender 320 pais aproximadamente, 345 alunos, em 12 turmas, do 8º e 9º ano, ensino fundamental II, do 1º ao 3º ano, do ensino médio, EJA I e II e Travessia.

As séries funcionam no turno da tarde, 02 turmas do ensino fundamental II, com 68 alunos, uma turma do 8º ano com 38 alunos, e do 9º ano com 30 alunos; e nos turnos semi-integral, tarde e noite, 10 turmas do ensino médio, EJA e travessia, com 277 alunos, semi-integral 02 turmas do 1º ano com 74 alunos (1º ano “A” 35 alunos e 1º ano “B” 39 alunos), ainda no turno da tarde 04 turmas, duas do 2º ano com 80 alunos (2º ano “A” 42 alunos e 2º “B” 38 alunos), duas do 3º ano com 47 alunos (3º ano “A” 22 alunos e 3º “B” 25 alunos), turno da noite 04 turmas, uma do 3º “C” com 18 alunos, uma do EJA “I” com 17 alunos, uma do EJA “II” com 16 alunos, e uma do Travessia com 25 alunos.

DADOS DAS TURMAS DA ESCOLA DE SOLIDÃO: 2014							
Escola de Referência em Ensino Médio Escola “B”							
TURMAS	8º Ens. Funda II Faixa etária: 12- 22ª	9º Ens. Funda II Faixa etária: 13- 42ª	1º Ens. Médio Faixa etária: 14- 19ª	2º Ens. Médio Faixa etária: 15- 24a	3º Ens. Médio Faixa etária: 15- 34a	EJA Faixa etária: 16-42a	TRAV Faixa etária: 18-54a
A/I	38	30	35	42	22	17	25
B/II			39	38	25	16	
C					18		
SOMA	38	30	74	80	65	33	25
Funda II	68						
Médio			219				
EJA/Trav						58	
TOTAL						345	

4.4.SUJEITOS DA PESQUISA

Foi aplicada amostra estratificada, considerando 10 profissionais entre gestão escolar/professores num universo de 55 (34 mais 21) das duas escolas, que representa 18,2% deste universo, sendo 02 Diretores (um para cada escola), 02 Educadores de Apoio (um para cada escola) e 06 professores (três para cada escola), totalizando 05 profissionais para ambas as escolas, como informantes relevantes.

E, o questionário padronizado, também foi aplicado à mostra estratificada, de acordo com a tabela abaixo:

Amostra

Sendo o número de participantes determinado através da equação de cálculo de amostra para estudo de proporção em população finita, dada por:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2(N - 1) + z^2pq}$$

Em que

z = quartil da normal padrão (1,96, quando considerado um coeficiente de confiança de 95%);

p = proporção esperada de alunos que praticam a violência escolar (p = 0,5);

q = proporção esperada de alunos que não praticam a violência escolar (q = 1 – 0,5 = 0,5);

d = erro amostral (d = 0,05);

N = Número total de alunos matriculados nas duas escolas (N = 772).

Considerando um nível de confiança de 95%, o erro amostral de 5% e o número de crianças cadastradas igual a 772, tem-se que o tamanho amostral necessário é de 257 alunos. Considerando a perda de 10%, o número da amostra considerado será de 282. A coleta das observações será feita em duas etapas. Na primeira etapa será aplicado um plano amostral estratificado, por escola, proporcional ao número de alunos matriculados. Na segunda etapa será aplicado um plano amostral sistemático em que serão selecionados os alunos participantes da pesquisa até completar o número da amostra. O número de crianças necessárias para compor a amostra em cada escola é dado no quadro abaixo:

Tabela 1. Distribuição da amostra.

Série	População		Amostra	
	Recife	Solidão	Recife	Solidão
1º ano	227	74	83	27
2º ano	206	80	75	29
3º ano	120	65	44	24
Total	553	219	202	80

Sendo 282 alunos do ensino médio (202 mais 80) num universo de 772 (553 mais 219) das duas escolas. Pois, para saber a opinião da população sobre uma escolha de sociedade como a da preservação dos programas sociais, é necessário, evidentemente, interrogá-la, contudo não é forçoso inquirir toda a população sobre o teor da pesquisa, vez que uma amostra suficientemente grande, constituída com os cuidados requeridos para assegurar sua representatividade é suficiente para refletir os anseios da sociedade, (Laville & Dionne, 1999).

4.5. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Neste estudo os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois momentos para o da entrevista semi-estruturada e para a aplicação da técnica do questionário uniformizado, visando uma melhor discussão do conceito, das manifestações, das causas e consequências da violência escolar e ética, junto aos membros da comunidade escolar, assegurando bem o registro dos depoimentos, em especial no caso das entrevistas.

Portando, tendo como base que a entrevista semi-estruturada é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento, Laville & Dionne (1999).

Na investigação desta pesquisa foi utilizada como instrumentos de coleta de dados inicialmente à análise documental, e na sequência a entrevista semi-estruturada e a técnica do questionário uniformizado, estes tiveram como base a amostra estratificada e os dados foram

analisados pelos instrumentos do SPSS – Statistical Package for the Social Sciences e a análise do discurso, por serem os mecanismos que possibilitarão uma maior aproximação dos fatos históricos, considerados violentos, ocorridos na realidade em transformação, às opiniões da comunidade entrevistada e ao quantitativo dos sujeitos que responderão os questionários.

A análise documental nesta pesquisa tem como finalidade principal apontar os índices de violência em cada uma das escolas estudadas e a faixa etária que ocorre, por meio dos documentos existentes nas escolas em estudo, para Laville e Dione (1999), apesar dos exames do conjunto dos vínculos poderem tecer entre os diversos fatores considerados nesta pesquisa a permitir a entrada profundamente na complexidade do real; esse exame, não transmite a segurança, mesmo que enganador, que uma bela explicação causal, estrita e linear, oferece; Mas, da, uma imagem mais justa, que nutre diferentemente nossa compreensão da realidade.

Ressalte-se que a entrevista semi-estruturada, é essencial para a eficácia do presente estudo porque contempla questões abertas e pode ser aplicada verbalmente, onde o entrevistador poderá estabelecer-se uma previsão da ordem, além da possibilidade de solicitar ao entrevistado esclarecimentos sobre algumas questões que por ventura precisem de esclarecimentos, conforme Laville e Dione (1999).

E, o questionário uniformizado é essencial, pois além de ser instrumento de investigação, descreve as características e medias variáveis do grupo pesquisado, segundo Passos (2009).

Razões pelas quais, os instrumentos de pesquisa adotados são a análise documental, entrevista semi-estruturada e o questionário uniformizado.

4.5.1. Análise Documental

A pesquisa documental trata da documentação de fonte primária e que ainda não obteve um trato científico, ela aproxima-se da pesquisa bibliográfica que se refere a documentos que sofreram interferência de seus pesquisadores, isso é o que diferencia uma da outra, segundo Oliveira (2010).

Para Alves-mazzotti e Gewandsznajder (1998), a realização da análise documental tem como base o registro de documentos escritos, contemporâneo ou retrospectivo, cientificamente autênticos conservados em órgãos públicos e privado, que possa ser usados como fonte de informação.

Nessa pesquisa, as informações de fatos ocorridos são fundamentais, pois outras relações podem contribuir para a compreensão da situação pesquisada, a luz de Laville e Dione (1999), como também para a composição dos dados estatísticos.

Sendo assim, é mister a análise dos documentos escolares que centrar-se-á nos seguintes: regimento, projetos didáticos, planos de ação, histórico escolar, relatórios de reuniões pedagógicas e de pesquisas não publicadas, diários de classe, ofícios, registros áudio, vídeo e fotográficos, e demais documentação que registram os fatos e as circunstâncias de violência que eventualmente existam nas escolas.

4.5.2. Entrevistas

A entrevista semi-estruturada proporciona o repasse de informações e dispõe oportunidades para o narrador falar e consequentemente ser ouvido, Szymanski (2010), “esse instrumento tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados” (p. 10).

A pesquisa permanece um domínio em que a imaginação deve desempenhar um papel importante: não com o fim de “inventar a realidade”, mas para melhor abordá-la, pois a partir das grandes categorias de instrumentos descritos naquilo que precedeu, tudo se torna possível. Cabe ao pesquisador imaginar e ajustar a técnica, os instrumentos que lhe permitirão delimitar o objeto da pesquisa [...] para logo partilhá-la e contribuir assim para a construção dos saberes (Laville & Dionne, 1999, p. 191).

É por meio da entrevista semi-estruturada que será realizada a coleta de dados da problemática em estudo, junto aos 10 profissionais entre gestão escolar/professores num universo de 55 das duas escolas, (dado o anonimato), pois esse tipo de instrumento permite uma maior aproximação entre sujeito pesquisador e pesquisado, de forma que o entrevistador pode fazer intervenções necessárias no curso da entrevista na busca dos pensamentos, reflexões, opiniões mais próximas possíveis da realidade do sujeito entrevistado.

Para Richardson (1999) a descrição de uma situação em estudo consente ao pesquisador obter informações relevantes para a temática da pesquisa, procurando evidenciar os motivos, “em lugar de determinar a frequência”.

Assim, o entrevistador poderá se aproximar bem da realidade educacional, de tal modo, que terá mais propriedade para falar sobre a temática em estudo no contexto sociocultural da escola.

QUADRO 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos Professores, Educadores de Apoio e Diretores	
Q1	Identificação pessoal e profissional dos educadores de apoio e diretores (idade, gênero, qual a sua cor, formação e tempo, função e tempo, tempo de experiência docente e tempo de experiência no cargo)
Q2	Conhecimento acerca de Violência
Q3	Práticas educativas acerca de Violência Escolar
Q4	Políticas Públicas e Violência Escolar

4.5.3. Técnica Questionário

O questionário uniformizado permite que os sujeitos pesquisados vejam as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de repostas, de forma a facilitar com segurança para o pesquisador a compilação e a comparação das respostas escolhidas, bem como, garante recorrer ao aparelho estatístico no momento da análise dos dados coletados, como aduz Laville e Dionne (1999).

Logo, para a coleta dos dados desse estudo optou-se pelo questionário uniformizado, que será aplicado por meio de questões objetivas a 116 alunos do ensino médio num universo de 772 das duas escolas, que representa 15% deste universo, isto corresponde para cada escola: 83 alunos num universo de 553 - Escola “A” (Recife); e, 33 alunos num universo de 219 - Escola “B” (Solidão). Ressalte-se que será dado o anonimato.

QUADRO 2. Descrição das variáveis do questionário adaptado aplicado aos discentes	
Q1	Data e Hora
Q2	Idade, Gênero e Turno que estuda
Q3	Observa violências praticados por alunos
Q4	Quem mais pratica atos violentos e qual a faixa etária
Q5	Local que na maioria das vezes acontece essas violências na sua escola
Q6	Procedimentos adotados quando o aluno pratica violência (encaminhado no âmbito escolar; à direção promove; encaminhado/comunicado à autoridade competente do órgão; há punições aplicadas, quais).
Q7	A escola possui programas para conscientizar os alunos acerca da infração e medidas aplicadas ao infrator
Q8	Os tipos de violência que já presenciou/ocorrem e que mais preocupam
Q9	Sofreu algum tipo de violência praticada por aluno
Q10	Participou de algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre violência, promovido: na sua escola ou fora da escola
Q11	Identifica: os tipos de violência; a relação entre o ato de violência, infração, conduta; e as medidas aplicadas
Q12	Como se sente no ambiente escolar
Q13	Sofreu algum tipo de violência praticada por algum servidor/empregado da escola
Q14	Em caso afirmativo, assinale o que fez
Q15	Praticou ou pratica algum tipo de violência contra algum membro da comunidade escolar
Q16	Em caso afirmativo, receberam alguma punição
Q17	Ouviu falar do professor mediador
Q18	Na sua escola tem professor mediador
Q19	Acredita que os problemas de conflitos e violência na escola estão relacionados aos fatores culturais, familiares e sociais, associados ao despreparo de profissionais e instituições (em caso negativo, cite as causas da violência no ambiente educacional)
Q20	Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem conhecimento dessa lei

Fonte: Questionário aplicado (2015 e 2016).

4.6. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados a serem obtidos pela análise documental e técnica do questionário serão avaliados quantitativamente pelo *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* e os coletados pela entrevista serão analisados qualitativamente por meio da Análise do Discurso.

Uma vez que, os dados só podem ser utilizados para a construção dos saberes e posteriormente, chegar-se às conclusões, depois de preparados, seguindo Laville e Dionne (1999). Assim, conclui-se que a análise e a interpretação estão intrinsecamente interligadas.

4.6.1. Statistical Package For The Social Sciences – SPSS

Os dados a serem obtidos por meio da análise documental e da técnica do questionário serão avaliados com base na abordagem da análise quantitativa pautada pelo programa *Statistical Package For The Social Sciences – SPSS* por “permitir o processamento eletrônico e organização dos dados em tabelas” (Gil, 2010, p. 90).

Portanto, o mapeamento da análise documental e dos questionários uniformizados aplicados serão processados, armazenados e sistematizados no *software* do Microsoft Excel 2010, e posteriormente os dados serão analisados pelo programa *Statistical Package For The Social Sciences – SPSS*, que permitirá a elaboração de tabelas, gráficos e medidas que resumem as diversas variáveis apresentadas e descritas pelos sujeitos pesquisados, reunindo os elementos essenciais para a composição dos dados estatísticos da violência escolar, as características e aspectos mais relevantes dos questionários aplicados aos alunos sobre as políticas públicas e combate a violência na escola, permitindo assim, uma detida análise nos resultados.

4.6.2. Análise do Discurso – AD

Para os dados coletados nas entrevistas será utilizada a abordagem qualitativa pautada na Análise de Discurso, pois, este procedimento se volta para analisar os discursos que vão compor o corpus da pesquisa. Este será o recurso teórico metodológico para a análise dos dados, (Orlandi, 1999). Pois, “[...] fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação.” (p. 68).

Nesse diapasão, Fernandes (2005) também pauta a abordagem do tratamento dos dados qualitativos na Análise do Discurso (AD), contemplando sua complexidade na exterioridade e no contexto social, para descortinar o que se encontra entre a língua e a fala.

Portanto, é por meio dessa análise que o pesquisador poderá detectar como os sujeitos pesquisados e os seus sentidos se constituem, se posicionam na história, e como a cultura da violência e as políticas públicas atravessam e são atravessadas por esses sujeitos no contexto educacional.

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA ANÁLISE QUANTITATIVA

5.1.1. Resultados

Para análise dos dados foi construído um banco no programa EPI INFO, versão 3.5.2, o qual foi exportado para o software SPSS, versão 13, onde foi realizada a análise. Para avaliar o perfil pessoal dos alunos da escola do interior e da escola da capital foram calculadas as frequências percentuais e construídas as distribuições de frequência do sexo e período de estudo. Ainda, foram calculadas as estatísticas: mínimo, máximo, média e desvio padrão da idade para cada grupo de alunos avaliados. Também utilizou-se a distribuição de frequência para avaliar as características dos atos de violência praticada na escola, os tipos de violência presenciada e sofrida pelo aluno, os procedimentos adotados quando o aluno pratica violência escolar, as atividades educacionais acerca da violência escolar desenvolvidas pela escola e participadas pelos alunos, a percepção dos alunos acerca dos tipos de violência escolar, a influência da violência na segurança escolar, os tipos de violência sofrida por agressão de servidor/empregado da escola, a prática de violência contra servidor/empregado da escola e o conhecimento dos alunos acerca do professor mediador e o ECA. A comparação destes fatores entre os alunos da escola do interior e da capital foi feita pelo teste Qui-quadrado para homogeneidade. Nos casos em que as suposições do teste de homogeneidade não foram satisfeitas aplicou-se o teste Exato de Fisher. Todas as conclusões foram tiradas considerando o nível de significância de 5%.

5.1.2. Metodologia

Na tabela 2 temos a distribuição do perfil pessoal dos alunos segundo a escola avaliada. Verifica-se que a maioria dos alunos do interior e da capital é do sexo feminino (53,2% e 61,0%, respectivamente) e estuda no período diurno (53,2% e 61,0%, respectivamente). Ainda, a média de idade dos alunos do interior é de 16 anos com desvio padrão de 0,85 anos, enquanto que no grupo de alunos da capital a média é de 15,8 anos com desvio padrão de 0,82. Além de ser verificada semelhança no perfil dos alunos acerca do sexo e idade, o teste de comparação de distribuição não foi significativo (p -valor = 0,421 e 0,106, respectivamente), indicando que os alunos são homogêneos acerca destes fatores. Quanto ao

período de estudo, o teste de comparação de distribuição foi significativo ($p\text{-valor} < 0,001$) indicando que a distribuição do turno de estudo dos alunos do interior e da capital diferem.

Tabela 2. Distribuição do perfil pessoal dos alunos segundo a escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q22 – Sexo			
Masculino	36(46,8%)	16(39,0%)	0,421 ¹
Feminino	41(53,2%)	25(61,0%)	
Q21 – Idade			
Mínimo – Máximo	14 – 17	14 – 17	-
Média±Desvio padrão	16,0±0,85	15,8±0,82	-
Q23 - Período que estuda			
Manhã	0(0,0%)	16(39,0%)	<0,001 ¹
Tarde	36(46,8%)	0(0,0%)	
Diurno	41(53,2%)	25(61,0%)	

¹p-valor do teste de Homogeneidade (se $p\text{-valor} < 0,05$ a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).

Na tabela 3 temos a distribuição de frequência das características dos atos de violência praticada na escola, segundo o local da escola. Verifica-se que na escola do interior 57,1% dos alunos consideram que sempre/as vezes ocorrem atos de violência na escola enquanto que 80,5% dos alunos da capital afirmaram que sempre/as vezes esses atos são vivenciados dentro da escola. O teste de homogeneidade para este fator avaliado foi significativo ($p\text{-valor} = 0,006$), indicando que de fato a violência escolar ocorre de maneira bem superior na escola da capital.

Em relação ao sexo dos agressores, tanto na escola do interior como na escola da capital os atos de violência estão fortemente ligados aos alunos do sexo masculino (93,2% na escola do interior e 91,7% na escola da capital). O teste de homogeneidade não foi significativo ($p\text{-valor} = 0,715$), indicando que a distribuição do sexo dos alunos envolvidos em atos de violência escolar é semelhante no interior e na capital.

Quanto a idade, foi verificada maior prevalência de alunos de 14 a 16 anos envolvidos nos atos de violência escolar tanto no interior (65,3%) como na capital (87,8%). Mesmo sendo encontrada nos dois locais a maior prevalência de alunos com idade de 14 a 16 anos envolvidos com violência escolar, o teste de homogeneidade foi significativo ($p\text{-valor} = 0,009$), indicando que na capital o envolvimento de alunos novos é maior do que no interior.

Acerca do local onde ocorre a violência escolar, na escola do interior 87,6% dos casos de violência ocorre em partes publicas da escola (sala de aula, pátio e refeitório). Na escola da capital 100% dos casos de violência ocorreram nos ambientes públicos da escola. Ainda, verifica-se que na escola do interior 5,5% dos casos e violência ocorreram no caminho para escola ou em outro lugar enquanto que na escola da capital nenhum caso de violência foi vivenciada fora da escola. O teste homogeneidade foi significativo (p-valor = <0,001), indicando que o local onde ocorre a violência escolar difere entre as escolas do interior e da capital.

Tabela 3. Distribuição das características dos atos de violência praticada na escola, segundo a escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q3 - Há atos de violência na escola?			
Sempre	1(1,3%)	1(2,4%)	0,006 ²
Nunca	20(26,0%)	8(19,5%)	
Às vezes	43(55,8%)	32(78,1%)	
Um	13(16,9%)	0(0,0%)	
Q4 - Sexo dos agressores			
Masculino	69(93,2%)	33(91,7%)	0,715 ²
Feminino	5(6,8%)	3(8,3%)	
Q41 - Idade do agressor			
14 a 16 anos	47(65,3%)	36(87,8%)	0,009 ¹
17 a 21 anos	25(34,7%)	5(12,2%)	
Q5 - Local que mais ocorre violência na escola			
A sala de aula	49(67,1%)	19(51,4%)	<0,001 ²
Nos banheiros	5(6,8%)	0(0,0%)	
No pátio	15(20,5%)	16(43,2%)	
No refeitório	0(0,0%)	2(5,4%)	
No caminho da escola	3(4,1%)	0(0,0%)	
Em outro local	1(1,4%)	0(0,0%)	

¹p-valor do teste Qui-quadrado para Homogeneidade (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas). ²p-valor do teste Exato de Fisher.

Na tabela 4 temos a distribuição dos tipos de violências presenciadas e sofridas pelos alunos, segundo a escola avaliada. Verifica-se que o tipo de violência mais presenciada pelos alunos da escola do interior é a verbal (36,6%) seguida da física (35,8%) e constrangimento

simbólico (12,2%). Na escola da capital a violência mais presenciada é a verbal (29,8%) seguida da física (26,1%) e material contra o patrimônio (18,0%). Quanto às violências mais sofridas, tanto na escola do interior como na escola da capital a violência verbal é a mais vivenciada pelos alunos (48,6% para o interior e 27,3% para a capital).

Tabela 4. Distribuição dos tipos de violência presenciada e sofrida pelo aluno, segundo a escola avaliada.

Tipo de violência	Escola do interior		Escola da capital	
	Q8 – Presenciada	Q9 - Sofrida	Q8 - Presenciada	Q9 - Sofrida
Não	6(4,9%)	35(50,0%)	1(0,9%)	14(42,4%)
Física	44(35,8%)	0(0,0%)	29(26,1%)	3(9,1%)
Verbais	45(36,6%)	34(48,6%)	33(29,8%)	9(27,3%)
Constrangimento social	11(8,9%)	0(0,0%)	12(10,8%)	3(9,1%)
Constrangimento simbólico	15(12,2%)	1(1,4%)	16(14,4%)	4(12,1%)
Material contra o patrimônio	2(1,6%)	-	20(18,0%)	-

Na tabela 5 temos a distribuição dos procedimentos adotados quando o aluno pratica a violência escolar, segundo a escola avaliada. Verifica-se que a maioria dos alunos tanto da escola do interior como da escola da capital encaminham as violências escolares à direção da escola (87,7% para o interior e 75,7% para capital). Ainda, verifica-se que o teste de homogeneidade não foi significativo ($p\text{-valor} = 0,157$), indicando que o encaminhamento realizado nas duas escolas aos atos de violência escolar é semelhante nas duas escolas.

Em relação às promoções da direção para ações de violência, a maioria dos alunos da escola do interior e da capital afirmaram que frequentemente a direção faz a notificação por escrito os pais/responsáveis (72,4% e 84,2%, respectivamente). Ainda, verifica-se que 25,0% dos alunos da escola do interior afirmaram que é feita a instauração e autuação de procedimento disciplina enquanto que na escola da capital apenas 7,9% realizam tal procedimento. Além disso, 2,6% dos alunos do interior afirmou que é feita orientação, apoio e acompanhamento temporário do aluno após a ocorrência da violência escolar, enquanto que na escola da capital este procedimento foi citado por 7,9% dos alunos avaliados. O teste de homogeneidade foi significativo para o fator avaliado ($p\text{-valor} = 0,030$), indicando que os procedimentos adotados pela direção da escola do interior e da capital diante de uma atitude de violência escolar é semelhante.

Quanto ao encaminhamento/comunicado realizado após da violência escolar, verifica-se que a maioria dos alunos da escola do interior e da capital afirmaram que as ações de violência escolar são encaminhadas ao conselho tutelar (87,8% para o interior e 90,2% para a capital). O teste de homogeneidade não foi significativo para o fator encaminhamento, indicando que os procedimentos adotados pela escola do interior e da capital são semelhantes acerca do encaminhamento feito (p-valor = 0,882).

Acerca da aplicação de punição, a maioria dos alunos do interior e da capital afirmaram que quando ocorre alguma ação de violência escolar a punição é feita diretamente ao aluno (84,2% e 87,8%, respectivamente). Ainda, verifica-se que o teste de homogeneidade não foi significativo (p-valor = 0,447), indicando que a punição adotada pela escola do interior e da capital são semelhantes.

Tabela 5. Distribuição dos procedimentos adotados quando o aluno pratica violência escolar, segundo a escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q61 - Encaminhamento no âmbito escolar			
Ao professor	3(4,1%)	4(10,8%)	0,157 ¹
Ao educador de apoio	1(1,4%)	3(8,1%)	
À direção	64(87,7%)	28(75,7%)	
Aos pais/responsáveis	5(6,8%)	2(5,4%)	
Q62 - A direção promove			
Notificação por escrito aos pais/responsáveis	55(72,4%)	32(84,2%)	0,030 ¹
Instituição e atuação de procedimento disciplinar	19(25,0%)	3(7,9%)	
Orientação, apoio e acompanhamento temporário	2(2,6%)	3(7,9%)	
Q63 - Encaminhado/ comunicado			
Conselho tutelar	65(87,8%)	37(90,2%)	0,882 ¹
Delegacia de Polícia	8(10,8%)	3(7,3%)	
Ministério Público	1(1,4%)	1(2,4%)	
Q64 - Há punições aplicadas			
Não	8(10,5%)	5(12,2%)	0,447 ¹
Ao aluno	64(84,2%)	36(87,8%)	
Aos pais/responsáveis	4(5,3%)	0(0,0%)	

¹p-valor do teste Exato de Fisher (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).

Na tabela 6 temos a distribuição das atividades educacionais acerca da violência escolar desenvolvidas pela escola e participadas pelos alunos, segundo o local da escola avaliada. Verifica-se que a maioria dos alunos da escola do interior afirmaram que A escola possui programas de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração (48,6%). Ainda, 44,6% dos alunos da escola também afirmam que não há tal programa de orientação. Na escola da capital 28,2% dos alunos afirmaram que há o programa de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração e 56,4% dos alunos desta escola afirmaram que não há tal programa. O teste de homogeneidade não foi significativo ($p\text{-valor} = 0,072$), indicando que a opinião dos alunos do interior e da capital é semelhante acerca da existência de programa de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração.

Quanto a participação do aluno em algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre a violência escolar promovido pela escola, 86,8% dos alunos da escola do interior afirmou que já participou enquanto que na escola da capital apenas 36,6% afirmou tal participação. A maioria dos alunos da escola da capital informou que nunca houve tais eventos, cursos, seminários e/ou palestra na escola (39,0%). O teste de homogeneidade foi significativo para o fator avaliado ($p\text{-valor} < 0,001$), indicando que o contato dos alunos do interior e da capital com eventos sobre a violência escolar é diferente nos dois grupos avaliados.

Acerca da participação do aluno em algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre a violência escolar promovido fora da escola, 70,7% dos alunos da escola do interior afirmou que nunca houve tal atividades enquanto que na escola da capital a maioria dos alunos afirmou a participação nestes tipos de atividades (48,8%). O teste de homogeneidade não foi significativo para o fator avaliado ($p\text{-valor} = 0,006$), indicando que o contato dos alunos do interior e da capital com eventos sobre a violência escolar é diferente.

Tabela 6. Distribuição das atividades educacionais acerca da violência escolar desenvolvidas pela escola e participadas pelos alunos, segundo o a escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor ¹
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q7 – A escola possui programas de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração			
Nunca houve	5(6,8%)	6(15,4%)	0,072 ¹
Não	33(44,6%)	22(56,4%)	
Sim	36(48,6%)	11(28,2%)	
Q10 – Já participou de algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre violência promovido pela escola			
Sim	66(86,8%)	15(36,6%)	<0,001 ²
Nunca houve	5(6,6%)	16(39,0%)	
Houve mas não participei	5(6,6%)	10(24,4%)	
Q10 – Já participou de algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre violência promovido fora da escola			
Sim	16(21,3%)	20(48,8%)	0,006 ²
Nunca houve	53(70,7%)	17(41,5%)	
Houve mas não participei	6(8,0%)	4(9,8%)	

¹p-valor do teste Qui-quadrado para Homogeneidade (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).²p-valor do teste Exato de Fisher.

Na tabela 7 temos a percepção dos alunos acerca da identificação dos tipos de violência e a influência na segurança escolar, segundo o tipo de escola avaliada. verifica-se que a maioria dos alunos da escola do interior e da escola da capital afirmaram que são capazes de identificar quais os tipos de violência escolar (92,1% para a escola do interior e 97,5% para escola da capital). O teste de homogeneidade não foi significativo (p-valor = 0,419), indicando que a resposta dos alunos das duas escolas é idêntica.

Quanto as violências identificadas, no grupo de alunos da escola do interior a mais identificada foi a violência física (49,6%) enquanto que na escola da capital a mais identificada foi a violência verbal (49,4%). Mesmo sendo diferentes as violências mais citadas pelos alunos das duas escolas o teste de homogeneidade não foi significativo (p-valor =

0,733), indicando que as percepções dos alunos sobre as violências ocorridas na escola é semelhante.

Em relação a capacidade de identificar a relação entre o ato de violência infração, conduta descrita como crime ou contravenção penal, a maioria dos alunos das duas escola afirmaram que conseguem fazer tal identificação (63,1% para escola do interior e 52,8% para escola da capital). Ainda, verifica-se que o teste de homogeneidade não foi significativo (p -valor = 0,313), indicando que a percepção dos alunos das duas escolas são semelhantes.

Acerca da capacidade de identificar as medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis, a maioria dos alunos das duas escola afirmaram que conseguem fazer tal identificação (71,2% para escola do interior e 66,7% para escola da capital). Ainda, verifica-se que o teste de homogeneidade não foi significativo (p -valor = 0,633), indicando que a percepção dos alunos das duas escolas são semelhantes.

No sentimento vivido no ambiente escolar, a maioria dos alunos da escola do interior afirmou que mesmo havendo violência se sente seguro dentro da escola (80,0%) e tal percepção também foi descrita pela maioria dos alunos da escola da capital (66,7%). O teste de homogeneidade não foi significativo para este fator avaliado (p -valor = 0,153), indicando que a percepção dos alunos das duas escolas acerca do sentimento de segurança é semelhante.

Tabela 7. Percepção dos alunos acerca da identificação dos tipos de violência e a influencia na segurança escolar, segundo o tipo de escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q11 – Você é capaz de identificar quais tipos de violência			
Sim	70(92,1%)	39(97,5%)	0,419 ²
Não	6(7,9%)	1(2,5%)	
Quais os tipos de violência identificadas			
Física	62(49,6%)	32(43,8%)	0,733 ¹
Verbal	55(44,0%)	36(49,4%)	
Outras	8(6,4%)	5(6,8%)	
Q11 – Você é capaz de identificar a relação entre o ato de violência, infração, conduta descrita como crime ou contravenção penal			
Sim	41(63,1%)	19(52,8%)	0,313 ¹
Não sou capaz	24(36,9%)	17(47,2%)	
Q11 - Você é capaz de identificar as medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis			
Sim	47(71,2%)	24(66,7%)	0,633 ¹
Não sou capaz	19(28,8%)	12(33,3%)	
Q12. Como você se sente no ambiente escolar			
Seguro	60(80,0%)	26(66,7%)	0,153 ²
Inseguro	14(18,7%)	13(33,3%)	
Constrangido	1(1,3%)	0(0,0%)	

¹p-valor do teste Qui-quadrado para Homogeneidade (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).²p-valor do teste Exato de Fisher.

Na tabela 8 temos a distribuição das violências sofridas por agressão de servidores/empregados da escola. Verifica-se que a maioria dos alunos da escola do interior e da capital afirmaram que nunca sofreram violência por parte dos funcionários da escola (93,5% para a escola do interior e 92,3% para escola da capital). Ainda, a maioria dos alunos que sofreram alguma agressão na escola do interior, seja por parte de funcionários ou de alunos, afirmaram que não tomaram nenhuma providência após sofrer a violência (70,1%), enquanto que na escola da capital 64,2% dos alunos que receberam algum tipo de violência

escolar gritaram, chamaram o professor ou chamou alguém da direção. Ainda, observa-se que o teste de homogeneidade foi significativo apenas no fator atitude pós agressão (p-valor = 0,031), indicando que as reações dos alunos da escola do interior e da escola da capital após sofrer violência escolar difere significativamente.

Tabela 8. Violência sofrida por agressão de servidor/empregado da escola, segundo o tipo de escola avaliada.

Tipo de violência	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q13 – Você já sofreu algum tipo de violência praticada por algum servidor/ empregado da escola			
Não	72(93,5%)	36(92,3%)	0,591 ²
Verbais	1(1,3%)	2(5,1%)	
Constrangimento social	2(2,6%)	0(0,0%)	
Constrangimento simbólico	2(2,6%)	1(2,6%)	
Q14 – Qual atitude após a agressão			
Nada	21(70,0%)	5(35,8%)	0,031 ¹
Gritou/ Chamou o professor ou alguém da direção	9(30,0%)	9(64,2%)	

¹p-valor do teste Qui-quadrado para Homogeneidade (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).²p-valor do teste Exato de Fisher.

Na tabela 9 temos a percepção dos alunos acerca da prática de violência contra servidor/empregado da escola, segundo o local da escola avaliada. Verifica-se que a maioria dos alunos das duas escolas afirmaram que nunca praticaram ou pratica violência contra os servidores/funcionários da escola (88,3% para a escola do interior e 80,0% para a escola da capital) e quando são praticadas violências contra estes profissionais não são aplicadas punições para os alunos ou seus responsáveis (93,8% para a escola do interior e 80,0% para a escola da capital). O teste de homogeneidade não foi significativo para os fatores avaliados (p-valor = 0,469 e 0,182, respectivamente), indicando que a opinião dos alunos das duas escolas é semelhante.

Tabela 9. Prática de violência contra servidor/empregado da escola, segundo o local de escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q15 – Você já praticou ou pratica algum tipo de violência contra algum membro da comunidade escolar			
Não	68(88,3%)	32(80,0%)	0,469 ¹
Física	2(2,6%)	2(5,0%)	
Verbais	5(6,5%)	6(15,0%)	
Constrangimento social	1(1,3%)	0(0,0%)	
Constrangimento simbólico	1(1,3%)	0(0,0%)	
Q16 – Você ou seus responsáveis receberam alguma punição			
Sim	3(6,3%)	4(20,0%)	0,182 ¹
Não	45(93,8%)	16(80,0%)	

¹p-valor do teste Exato de Fisher (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas).

Na tabela 10 temos a distribuição do conhecimento dos alunos acerca do professor mediador e o ECA, segundo o tipo de escola avaliada. Verifica-se que a maioria dos alunos da escola do interior e da capital nunca ouviram falar do professor mediador (78,3% para escola do interior e 82,5% para o professor da capital), afirmaram que a escola não possui professor mediador (74,0% para a escola do interior e 69,4% para a escola da capital), acreditam que os problemas de conflitos e violência escolar estão relacionados aos fatores culturais, familiares, sociais e o despreparo dos profissionais e instituições (71,1% para a escola do interior e 73,2% para a escola da capital) e não tem conhecimento da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (53,3% para a escola do interior e 70,0% para a escola da capital). O teste de comparação de distribuição para os fatores avaliados não foi significativo (p-valor = 0,595; 0,502; 0,808 e 0,083, respectivamente), indicando que a opinião dos alunos da escola do interior e da capital acerca da questões avaliadas é semelhante.

Tabela 10. Conhecimento dos alunos acerca do professor mediador e o ECA, segundo o tipo de escola avaliada.

Fator avaliado	Tipo de escola		p-valor
	Escola do Interior	Escola da Capital	
Q17 – Já ouviu falar do professor mediador			
Não	54(78,3%)	33(82,5%)	0,595 ¹
Sim	15(21,7%)	7(17,5%)	
Q18 – Na sua escola tem professor mediador			
Sim	18(24,7%)	9(25,0%)	0,502 ²
Não	54(74,0%)	25(69,4%)	
Já existiu	1(1,3%)	2(5,6%)	
Q19 – Os problemas de conflitos e violência escolar estão relacionados aos fatores culturais, familiares, sociais e o despreparo dos profissionais e instituições			
Sim	54(71,1%)	30(73,2%)	0,808 ¹
Não	22(28,9%)	11(26,8%)	
Q20 –Você tem conhecimento da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990			
Sim	35(46,7%)	12(30,0%)	0,083 ¹
Não	40(53,3%)	28(70,0%)	

¹p-valor do teste Qui-quadrado para Homogeneidade (se p-valor < 0,05 a distribuição do fator avaliado difere entre as escolas). ²p-valor do teste Exato de Fisher.

5.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA ANÁLISE QUALITATIVA

Para a realização dessa pesquisa, as entrevistas foram realizadas por meio de prévio agendamento em conformidade com a disponibilidade da agenda de cada professor, educador de apoio e diretor/gestor participante. Foi utilizado um gravador como recurso, para registrar, reproduzir e armazenar os sons das falas dos entrevistados. Sendo estabelecida uma relação cordial com os entrevistados, como recomenda Szymansky (2010). Logo depois, foram efetuadas as transcrições das entrevistas para consolidar a análise dos discursos (Apêndice VI).

Os produtos dos discursos das dez entrevistas, deste trabalho, compõe as Formações Discursivas (FDs) da presente dissertação. A produção dos discursos foram agrupados em

quatro FDs, sendo: FD: Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência; FD: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Ações Pedagógicas dos Docentes; FD: Ações Pedagógicas da Escola; e, FD: Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar.

5.2.1. Identificação pessoal e profissional dos professores, educadores de apoio e diretores

As entrevistas foram realizadas com dez profissionais da educação, sendo seis professores, dois educadores de apoio e dois diretores/gestores de Escolas Públicas do Estado de Pernambuco acerca de suas percepções, conhecimento e aplicabilidade sobre a Interiorização da Violência Escolar e Políticas Públicas do Litoral ao Sertão.

E, considerando os dados obtidos, foi possível traçar um sucinto perfil desses profissionais entrevistados, agrupando pontos sobre idade, gênero, cor, formação e tempo, função e tempo, tempo de experiência docente, e, tempo de experiência no cargo.

Visando facilitar a apresentação dos resultados e garantir o anonimato dos entrevistados, considerando as orientações de Gibbs (2009), aplicaremos para representação a letra “P” aos Professores, a “E” aos Educadores de Apoio e a “D” aos Diretores/Gestores, seguida sempre de um número arábico, conforme a ordem das entrevistas. Segue demonstrativo (Quadro 03):

QUADRO 3. Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos professores, educadores de apoio e diretores da escola pública da pesquisa.

Professor, Educador de apoio e Diretor	Idade	Gênero	Cor	Formação e Tempo	Função e Tempo	Tempo de Experiência Docente	Tempo de Experiência no cargo
P1	47 anos	Masculino	Branca	História e Técnico em Saneamento 10 anos	Professor 10 anos	10 anos	---
P2	39 anos	Masculino	Branco	Pós-graduado, várias graduações: Filosofia, História, Direito, Pedagogia, Psicanálise 14 anos	Professor 14 anos	15 anos	---
P3	47 anos	Masculino	Pardo	Licenciado em Geografia e Bacharel em Geografia 24 anos	Professor 03 anos	23 anos	---
P4	33 anos	Feminino	Branca	Especialização em Literatura 10 anos	Professora 15 anos	15 anos	---
P5	38 anos	Feminino	Parda	Especialização em Língua Portuguesa 10 anos	Professora 18 anos	18 anos	---
P6	35 anos	Feminino	Branca	Matemática 15 anos	Professora 10 anos	10 anos	---
E1	56 anos	Feminino	Negra	Licenciada em Letras, especialização em Letras Língua Estrangeira e Portuguesa, e em Capacitação Pedagógica 20 anos	Coordenação Pedagógica 10 anos	20 anos	10 anos
E2	37 anos	Feminino	Branca	Letras, com Especialização em Coordenação Pedagógica 15 anos	Coordenação Pedagógica 08 anos	07 anos	08 anos
D1	38 anos	Feminino	Parda	Letras, Pós Graduação em Gestão Educacional 01 ano e 08 meses	Diretora 01 ano e 08 meses	01 ano e 08 meses	01 ano e 08 meses
D2	40 anos	Masculino	Pardo	Pós Graduação 11 anos	Diretor 02 anos	09 anos	02 anos e alguns meses

Fonte: Entrevista realizada (2015 e 2016).

Ao analisarmos a tabela acima, observamos que a maioria dos participantes da pesquisa é do gênero feminino, reforçando a feminização (Almeida, 1998) do magistério, em especial demonstrando que apesar de homens optarem por essa profissão as mulheres são predominantes na carreira educacional. De acordo com a história, em várias pesquisas predomina o gênero feminino no exercício do magistério por associar, ao rebaixamento salarial e à desvalorização docente, a exemplo de outras carreiras com predominância feminina: enfermagem, serviço social, emprego doméstico, entre outras (Vianna, 2013). Também nessa linha, o autor mostra que: [...] a profissão ainda é composta por maioria feminina, mas com o registro de algumas mudanças nessa composição. Se em 2004, 80% dos estudantes concluintes na área da Educação eram mulheres, uma década depois, em 2014, assistimos a uma queda desse percentual feminino para 63,8% concluintes (BRASIL, MEC/INEP, 2014).

Em relação às idades cronológicas dos entrevistados, variam entre 33 e 56 anos, o tempo de formação profissional (média 2 a 24 anos), tempo de função (média 2 a 18 anos) e tempo de experiência docente (10 a 23 anos) divergem entre si, possibilitando assim obtermos diversos depoimentos dos profissionais em fases diferentes (Huberman, 1992) de sua carreira profissional com relação as suas vivências e experiências, que se constroem ao longo da trajetória profissional, o desafio de educar na diversidade cultural de seus alunos.

Constata-se também que não há as mesmas características quanto à cor e gênero, sendo assim, analisamos que em nossa população entrevistada, esses índices são variáveis, e Pernambuco apresenta um cenário de Gestão Escolar heterogêneo e variável.

5.2.2. Formação Discursiva (FD) – Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência

Nesta formação discursiva as comunidades das escolas entrevistadas, foram questionadas a respeito da sua concepção sobre violência, o que as mesmas entendem por violência.

Os Excertos de Depoimentos (ED) de P1, P2, P3, P4, P5, P6, E1, E2, D1 e D2 podem ser identificados no Quadro 4. A sigla ED, doravante utilizada, representa fragmentos de depoimentos discursados que são analisados a partir dos contextos de sua produção.

QUADRO 4. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência”.

FD: Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência

Identificação do professor, educador de apoio e diretor	Excerto de Depoimentos (ED)
P1	“[...]toda forma de agressão que você faz com a outra pessoa tanto física mais a violência psicológicas, por exemplo, e outras formas até de violência que eu não saberia classifica agora[...]”.
P2	“Qualquer agressão física, [...]psicológica, [...]violência hoje em dia subtendesse como um ataque físico ou moral a pessoa”.
P3	“[...]é toda a forma de agressão, constrangimento, o que causa medo, o que pode causar vergonha, o que causa ameaça ou até a morte, algum dano”.
P4	“[...]são atos que agredem a moral das pessoas, agredem os físicos delas, agredem a moral. São agressões físicas, verbais que venha estabelecer atrito entre as pessoas”. “[...]as formas de violência que existe é mais ligada ao Bullying que são os alunos trocando apelidos, algumas farpas por conta de notas, questão sobre namoricos mais nada muito serio[...]”.
P5	“[...]Agressão física e psicológica[...]pode ser[...]no trânsito[...]familiar também tudo aquilo que agride a pessoa estado natural[...]”.
P6	“Qualquer atitude que degrada a imagem, o ego da pessoa seja física ou não[...]”.
E1	“[...]é quando você não só agride fisicamente, mais existe a violência psicológica, existe a violência verbal[...]”.
E2	“[...]é qualquer tipo de violação, seja violação física ou violação de direitos”.
D1	“Qualquer atitude que venha ferir a outra pessoa, qualquer atitude que venha ferir fisicamente, verbalmente[...]”.
D2	“É todo o ato que de forma prejudicial afete o outro, seja ele moral ou físico”.

Fonte: Entrevista realizada (2015 e 2016).

O sentido de violência é “violence que significa constrangimento moral ou agressão física infligida a alguém ou a seus bens” (Mello, 2006, p. 483). Para Michaud (1989, *apud* Waiselfisz, 2011, p. 10): há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danosa uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, e, suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Observando as comunidades escolares entrevistadas e analisando seus discursos, percebemos que todos perpassam por concepções semelhantes. Violência para eles é um parâmetro que abrange não só todas as formas de agressões, mas tudo que venha a afetar, constranger o outro ser. Nas palavras do P3, “é toda a forma de agressão, constrangimento, o

que causa medo, o que pode causar vergonha, o que causa ameaça ou até a morte, algum dano”, então, para que uma escola esteja pautada em uma solução eficaz desse problema de forma democrática é imprescindível à interação entre todos que a compõe, tais como, gestores, professores, alunos e comunidade escolar, principalmente na participação da execução dos projetos (curtos, médio e a longo prazo), fazendo com que a escola passe a ser participativa, bem como, que esteja preparada não só a ensinar, mas a aprender para ensinar.

Sob essa ótica, entende-se que o trabalho em conjunto adquire fundamental importância a partir dos confrontos de ideias e das trocas que daí se originam, assim como a prática reflexiva, (Alarcão, 2001) método este que estabelecem vínculos entre a teoria e a prática, de forma a prover ao professor, outras possibilidades afora aquelas que se constituíam por meio do fazer dirigido pelo senso comum.

Segundo Abramovay (2002), a violência apresenta-se em 03 (três) dimensões: 1) nos casos que envolvem danos físicos que indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros; 2) um conjunto de restrições que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional; e, a 3) corresponde às incivildades e microviolências, que costumam serem as modalidades mais recorrentes de violência e comuns no cotidiano. Ainda de acordo com a autora (2002) a violência é definida como uma:

[...] intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outros ou de grupos e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios, até a violência no trânsito disfarçada sob a denominação de ‘acidentes’, além das diversas formas de agressão sexual. Compreende igualmente todas as formas de violência verbal, simbólica e institucional.

Logo, ao observarmos os depoimentos, podemos concluir que a concepção das escolas entrevistadas é semelhante às correntes dos autores citados nesta pesquisa, como é possível perceber na fala do P5 “Agressão física e psicológica [...] pode ser [...] no trânsito [...] familiar também tudo aquilo que agride a pessoa estado natural”, bem como, na fala do E1 “é quando você não só agride fisicamente, mais existe a violência psicológica, existe a violência verbal”, e E2 “é qualquer tipo de violação, seja violação física ou violação de direitos”, entre as outras.

5.2.3. Formação Discursiva (FD) – O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e as Ações Pedagógicas dos Docentes

Nesta Formação Discursiva as escolas entrevistadas, foram questionadas a respeito da inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente nas ações pedagógicas dos docentes.

Os Excertos de Depoimentos (ED) de P1, P2, P3, P4, P5, P6, E1, E2, D1 e D2 podem ser identificados no Quadro 5.

QUADRO 5. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e as Ações Pedagógicas dos Docentes”.

FD: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Ações Pedagógicas dos Docentes	
Identificação do professor, educador de apoio e diretor	Excerto de Depoimentos (ED)
P1	“Dentro das disciplinas a gente trabalha [...]a questão do respeito à discussão de autoridade. Em DH [Direitos Humanos] é trabalhar especificamente alguns elementos”.
P2	“[...] palestras no início do ano com o pessoal do conselho tutelar e o pessoal da patrulha escolar e fora o trabalho cotidiano de cada professor [...]”. “Temos aqui uma cadeira específica [...] de direitos humanos, apesar de [...] ser trabalhado na sociologia ser trabalhado na filosofia [...]”.
P3	“[...]direitos humanos em algumas outras disciplinas é citado [...] se há dentro de um projeto [...]”.
P4	“[...]não há uma política pública certa voltada, eles sugerem que trabalhem esse assunto [...] em todas as disciplinas, mas não tem um encaminhamento pra isso, uma preparação [...]”.
P5	“[...]no início do ano a gente faz essa chamada, a gente leva esses direitos e os deveres[...]” “[...]são articuladas a partir do momento que a gente sente a necessidade[...]traça metas nesse projeto como já citei o Bullying[...]”.
P6	“[...]procura trazer algumas pessoas pra conversar na escola em algumas palestras[...]traz o conselho tutelar[...]”.
E1	“[...]a polícia militar a gente sabe que tem um projeto[...]e nós não temos isso aqui[...]”.
E2	“[...]projetos voltados pra essa prevenção[...]projetos interdisciplinar que envolve todas as disciplinas[...]”.
D1	“[...]assim que inicia o ano letivo[...]”.
D2	“As ações pedagógicas são sempre tomadas em conjunto[...]”.
	“[...]começa a trabalhar com o dialogo, com a conversa, inclusive [...] tem um componente curricular aqui de Direitos Humanos e Cidadania, que é o DHC”.
	“Em algumas disciplinas a gente favorece mais trabalhar esses temas[...]a gente não tem um programa, para isso a gente trabalhou dentro de sociologia, dentro de filosofia [...]”.
	“[...]tenta articula através das ações que a gente coloca no projeto político pedagógico [...]”.
	“[...]no início do ano é apresentado pra eles, o que eles têm direitos e os deveres[...]”.
	“[...]é colocado no PPP, com temas transversais, palestras, chamada de autoridades pra sempre se dar palestras e sempre deixar em evidencia todo esse assunto, que é o estatuto”.

Fonte: Entrevista realizada (2015 e 2016).

Em suma, é possível observar que as escolas entrevistadas, comungam de uma mesma realidade, quanto a forma de trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas ações pedagógicas dos docentes, pois tanto a escola “A”, quanto a “B” fazem explanações no início e durante o ano letivo, por meio de palestras, projetos, diálogos, conversas, sendo evidenciado esse trabalho em Direitos Humanos e Cidadania (DHC), bem como, em outras disciplinas.

Contudo, um ponto importante para salientar é a falta de profissionais com formação específica ou capacitados para um pleno desenvolvimento da temática em pesquisa, como fica claro na fala de P3 acima e outros entrevistados. O que inviabiliza a compatibilização da prática com a finalidade real quanto ao tema em estudo.

E, destacando que as políticas públicas: é o Estado em ação, sendo que a sua materialização e forma se dá por meio dos programas governamentais; elas surgem das demandas provenientes de grupos organizados da sociedade e visam à solução por meio da ação governo; e instituem programas e projetos que buscam a solução de determinado problema, conforme o projeto maior (Botler, 2013).

Prontamente, fica evidenciada a necessidade de atuação do Estado junto às instituições de ensino para realizar as mudanças, quanto às limitações ou escassez dos recursos de forma a atender todas as demandas apresentadas pelas comunidades escolares, em especial as entrevistadas. Inclusive mudanças no Projeto Político Pedagógico (PPP), vez que, é preciso ouvir para que haja uma junção de ideias e proporcione um crescimento completo.

Pois, segundo Albino e Terêncio (2012) é direito de todos e dever do Estado, com a colaboração da sociedade, promover o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na tentativa de obter o pleno desenvolvimento da pessoa, arts. 6º e 205(estabelecido neste), da Constituição Federal do Brasil de 1988. Tendo como base que educação é parte integrante dos direitos fundamentais, ela torna-se elemento indispensável para o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana, assim sendo, o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso do processo educacional deve ser assegurado às crianças e aos adolescentes de maneira indiscriminada e universal.

Logo, para assegurar a inviolabilidade aos direitos e deveres dos alunos, é imprescindível o conhecimento acerca do assunto em estudo, e neste caso é essencial lembrar-se da importância que a relação entre o adolescente, o ato infracional e/ou infração disciplinar e a escola é especial, pois para a canalização de políticas públicas voltadas à questão social e educacional consiste em questão fundamental, permitindo para os problemas encontrados uma atuação preventiva. No entanto, este não é o único viés do problema.

5.2.4. Formação Discursiva (FD) – Ações Pedagógicas da Escola

Para Abramovay (2010), no contexto atual a violência da juventude, literalmente toma corpo, pois este fato está interligado a forma como o sujeito é produzido pela cultura de massa e também pela ausência de projetos sociais compartilhados, com esta produção ele pode encarar o outro apenas como objeto.

Nesta próxima Formação Discursiva, as escolas entrevistadas foram questionadas a respeito das Ações Pedagógicas da Escola.

Os Excertos de Depoimentos (ED) de P1, P2, P3, P4, P5, P6, E1, E2, D1 e D2 podem ser identificados no Quadro 6.

QUADRO 6. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Ações Pedagógicas da Escola”.

FD: Ações Pedagógicas da Escola	
Identificação do professor, educador de apoio e diretor	Excerto de Depoimentos (ED)
P1	“[...]o aluno é chamado, acredito que ele passa logo pela coordenação pedagógica, e a direção e dependendo da infração[...]comunicação com os pais, à presença dos pais ou responsáveis[...]”. “[...]desde aquela suspensão específica[...]dos casos mais graves uma transferência[...]”.
P2	“[...]os professores [...] a coordenação pedagógica [...] coordenadora de disciplina que é uma psicóloga[...]a gestão[...]conselho tutelar [...] a família [...]”. “[...]não ocorre essas violências grandes, é comunicado aos pais[...]mais nada de punição, nada que mereça essa palavra”. “[...]patrulha escolar[...]”.
P3	“[...]essas violências aqui, não é comum [...] quando acontece a gente pensa numa ação pra tentar minimizar ou resolver aquela questão”. “[...]é chamado à coordenação [...]a direção [...] os pais [...] o conselho tutelar e[...]até a GPCA se fosse o caso”. “[...]castigo pedagógico [...] aluno iria afazer um trabalho, uma pesquisa [...] em consonância com os pais [...] e daria em sala de aula uma aula, um seminário, sobre o assunto para os seus colegas[...]”.
P4	“[...]na própria sala de aula [...] a direção [...] coordenadora [...] a educadora de apoio [...] os pais [...] o conselho tutelar [...] a polícia[...]”. “[...]o infrator ele fica responsável por nos ajudar em alguns projetos da escola[...]punição aos pais não temos é só uma chamada para que eles venham mais a escola[...]”.
P5	“[...]falar com o professor[...]leva a direção [...]até o conselho tutelar, a justiça, dependendo do caso”. “[...]transferir alunos pra outra sala[...]conversa com aos pais [...]”.
P6	“A direção [...] se for necessário chama os pais ou responsáveis [...] mais isso é uma coisa que não é da realidade da gente não”.

	“[...]ao aluno as medidas que a gente ver é chamar o responsável [...] e ele por se só tome as providencia com seu filho[...]”.
E1	“[...] coordenação [...] os pais [...] patrulha escolar[...]”. “[...]nunca teve essa historia de infrator [...]”. “[...]sempre conversa[...]através do dialogo”.
E2	“[...]primeiro passo é tentar resolver em sala de aula[...]direção[...]pai ou responsável[...]conselho tutelar[...]conselho da escola[...]”. “[...] um tipo de punição não existe porque a gente esta aqui pra educar, não pra punir[...] punição não tem como a gente aplicar, não é nosso papel também”.
D1	“[...]recorre tanto a patrulha escolar, quanto ao conselho tutelar[...]”. “[...]dentro do[...]nosso regimento[...]procura dar às punições (necessárias)[...]”.
D2	“É chamado à direção [...] conselho tutelar”. “[...]quando se tem sempre uma advertência ao próprio aluno, [...] se não consegui[...]é que a gente manda para fora[...]”. “[...]não temos quase casos de violência[...]”.

Fonte: Entrevista realizada (2015 e 2016).

De acordo com as colocações dos entrevistados e as correntes elencadas, especialmente no capítulo: Cultura da Escola, percebe-se que há divergência em relação ao fato que há um acréscimo quanto a violência da juventude no âmbito educacional, vez que, constam nas respostas das escolas “A” e “B” claramente em sentido contrário, variando entre os fatos de que não existe violência ou de quando existe, não é grave ou não é corriqueiro, nesse sentido são as falas de P2, P3, E1, D2, por exemplo.

Então, na busca de compreender essa divergência podemos considerar que de acordo com Abramovay (2010), no dia a dia é comum à praticada involuntária de atos violentos, classificados de menor potencial ofensivo, passarem despercebidos. Porque foram banalizados pela cultura da violência. Bem como, que a sociabilidade violenta pode ser caracterizada pelas estratégias utilizadas como instrumentos para a inclusão dos sujeitos na vida social, dado pelo processo de auto-afirmação.

Um dos pontos observados nos discursos dos entrevistados é que são comuns os procedimentos adotados ao aluno que pratica atos que vão de encontro com as normas, ou seja, ambas as escolas usam o fluxograma interno de forma hierárquica, partindo na maioria das vezes da sala de aula/professor até a sala da direção/diretor (professor, coordenação, educador de apoio, conselho escolar, patrulha escolar, direção), envolvendo a família e por fim os conselhos e órgãos judiciais (Conselho Tutelar, Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), e outros no âmbito do judiciário não explicitado), nessa ordem, sendo assim então, primeiro os instrumentos de dentro da escola e depois os externos. Ressaltando que a composição/estrutura do fluxograma varia de uma escola para outra. Isso é o que aponta

os excertos, exemplo, todos os “P” do 1 ao 6, entre outros entrevistados. Sendo também comum entre as escolas a utilização de trabalhos escolares como punição aos alunos, quando estes praticam atos que infringi as regras da escola, é notório nas falas de P3 e P4.

No que concernem as medidas aplicadas ao aluno que transgredir uma norma, há divergência nos discursos de ambas as escolas, no sentido de que não há punição para os alunos, como para E1 e E2, e para outros que há punição, exemplo D1 e D2, que vai da advertência, suspensão a transferência, entre outras como já citadas no final do parágrafo anterior.

Portanto, segundo Luck (2011) frisasse que a cultura, embora possua um caráter de estabilidade, ela é mutável, como um artefato social ela é dinâmica e mutável, predisposta a influências organizacionais, sejam elas internas ou externas.

5.2.5. Formação Discursiva (FD) – Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar

Nesta Formação Discursiva nossa finalidade foi compreender como a escola olha as causas da violência dentro do ambiente escolar. Sendo possível observar uma diversidade de causas nos depoimentos a respeito desta vertente. Como veremos a seguir nos Excertos de Depoimentos (ED) de P1, P2, P3, P4, P5, P6, E1, E2, D1 e D2 que podem ser identificados no Quadro 7.

QUADRO 7. Apresentação de ED dos professores, educadores de apoio e diretores, agrupados na FD “Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar”.

FD: Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar

Identificação do professor, educador de apoio e diretor	Excerto de Depoimentos (ED)
P1	“[...]pequenas provocações elas são como um estopim, o gatilho pra situações anteriores[...]estava envolvido com droga[...]ele não tem uma família [...]foram criadas pelos avos[...]pais separados[...]não tem um acompanhamento social da escola[...]é algo externo algo que vem de fora [...] a ausência do Estado[...]” “[...]público é muito específico, que dizer é diverso porque eles vêm de varias regiões[...]”
P2	“É que às vezes um não ver a opinião do outro, como uma opinião diferente, leva a opinião do outro como uma opinião errada [...]” “[...]às vezes o Bullying é mais por causa de caçoar um do outro, por conta de time, teu time não presta, aquela discussão, em fim uma coisa ou outra [...]”
P3	“[...]incentivos de outros colegas normalmente vêm de uma questão externa para dentro da escola[...]mais seria coisas que eles trazem e

	não acontece e desenvolve aqui dentro”.
P4	<p>“[...]eles querem aparecer, muitos deles não tem uma assistência em casa, uma família estruturada, e eles muitas vezes veem na forma de chamar a atenção uma forma de violência como o Bullying mesmo[...]”.</p> <p>“[...] nos temos pessoas que os pais se drogam e eles com certeza já viram, já se drogaram sabem como faz e chega a nossa escola[...]”.</p>
P5	<p>“Então, são brincadeiras de mau gosto, o Bullying, o apelido pode gerar brigas[...]também pode ser por conta dos namorados, namoricos, ciúmes essas coisas geralmente são os casos que mais acontece[...]”.</p> <p>“[...] falta de humildade e humanidade [...] racismo [...] falta de educação, a falta até da conversa da família [...]”.</p> <p>“[...]problema em casa na família [...] financeiro, às vezes dificuldade de sobrevivência em casa e a gente não conhece, não sabe [...]”.</p>
P6	“[...]a sociedade em se, o local que a pessoa vivi, a família, a estrutura da família[...]de não ter um poder aquisitivo melhor que o outro, aí já começa as piadinhas[...]”.
E1	<p>“[...]a falta de respeito [...]”.</p> <p>“[...]a questão da alta estima ela é fundamental”.</p>
E2	<p>“[...]é reflexo do que a gente ver na sociedade[...]você não ouvir o outro, você não deixar por menos, você não ser solidário[...]não haver dialogo, as pessoas serem muito influenciáveis pela mídia[...]não existe o respeito[...]”.</p> <p>“[...]drogas e outras coisas desse tipo[...]”.</p>
D1	<p>“Primeiro a falta de respeito [...] não respeitar as diferenças, a falta de conhecimento do outro[...]”.</p> <p>“[...]muitos tem dentro de casa, problemas com violência doméstica, violência contra a mulher, não sabe pedir ajuda[...]”.</p> <p>“[...] preconceito[...]o que falta é isso trabalhar o objetivo de vida pra jovens que estão por aí e envereda para o mundo do crime e trazer dificuldades pra nossas escolas e pra outros lugares”.</p>
D2	<p>“[...]a desestrutura familiar, agitação, stressacho[...]normalmente eles traz de fora para dentro da escola[...]”.</p> <p>“[...] mente vazia, casa do diabo[...]”.</p>

Fonte: Entrevista realizada (2015 e 2016).

Como já trazido à baila no primeiro parágrafo do item desta FD, é plausível confirmarmos que são várias as causas da violência, mesmo no ambiente escolar, sendo algumas externas. Ficando também evidenciada as seguintes 05 razões, em resumo: 1) falta de estrutura familiar (pais separados, problemas financeiros, local onde vivi, falta de diálogo, etc), destacada na fala de P1, P6, D1, D2 e outros; 2) na escola pequenas provocações, que são classificadas em sua grande maioria como motivo do *Bullying*, assim é como apreciam P1, P2, P4, P5, P6, E1, E2 e D1; 3) ausência do Estado, fica claro na fala de P1; 4) drogas, na visão de P1, P4 e E2; e, 5) racismo, para P5 e D1. Portanto, verificamos nas causas que provocam um conflito congruência com as correntes doutrinarias estudadas neste trabalho, senão vejamos:

Lima (2007) afirma que: poderão emanar de diferentes objetivos; conflitos de interesses; falta de comunicação; comunicação violenta; falta da verdade; a verdade dita de forma agressiva; disputa pela razão; insistência em ter razão; desejos não realizados; expectativas muito elevadas; falta de motivação; e, pressão pessoal.

Para Grunspun (2000, p. 18): “os conflitos podem estar em nível interpessoal com disputas evidentes e objetivas, mas podem ser em nível intrapessoal em um dos participantes ou em ambos, em que a disputa deixa de ser objetiva, congruente e se torna inconsciente”.

Destacando ainda que para Chrispino (2007, p. 15) são: “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”, e para Charlot (2002) ele aduz que quando os conflitos não são enfrentados com o diálogo e o respeito, podem gerar diferentes formas de violência.

Ainda, no aspecto das causas da violência, vale salientar a opinião das escolas quanto à ausência do Estado, em especial dentro das ações pedagógicas, no sentido de que é fundamental e necessário para um trabalhar eficaz e satisfatório assegurar profissionais com perfis de acompanhar também a vida social do aluno. Mesmo, diante da afirmação de alguns entrevistados, de que não há casos de violência na escola, na opinião de P6 e E1 especialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa os métodos utilizados nessa investigação foram o Quantitativo e Qualitativo. E a coleta dos dados realizada com professores, educadores de apoio, diretores e alunos de duas escolas públicas. Sendo as ferramentas de coleta desta pesquisa documental, o questionário objetivo porque aproxima-se da pesquisa quantitativa e a entrevista semiestruturada específico para cada segmento da escola, possibilitando que os entrevistados expusessem seus pensamentos sem rigidez.

E, de acordo com objetivo da pesquisa em análise, percebe-se que a reflexão acerca da interiorização da violência escolar e políticas públicas é um ponto importante para os questionamentos que envolvam a educação, uma vez que a violência é um tema polêmico e tem sido palco de muitas investigações no Brasil e no Mundo. A trajetória desta pesquisa iniciou-se com a inquietação para compreendermos o nível de conhecimento dos entrevistados acerca de violência, das práticas educativas acerca de violência escolar, e das políticas públicas e violência escolar as atitudes dos alunos, professores e gestão escolar diante desta temática. Nesse sentido, algumas conclusões poderão servir de ponto de partida para novos estudos e investigações pessoais e também de outros pesquisadores que se aventurarem pelo tema da Violência Escolar.

A partir da análise de dados dos questionários aplicados aos alunos, na distribuição do perfil pessoal dos alunos, constatou-se que a maioria dos alunos de ambas as escolas são do sexo feminino, estudam no período diurno, e a média de idade dos alunos do interior é de 16 anos e da capital de 15,8 anos, ou seja, verifica-se semelhança no perfil dos alunos acerca do sexo e idade.

Vale destacar que na análise dos questionários a maioria das respostas das tabelas de distribuição do fator avaliado e tipo de violência são semelhantes nas duas escolas, de 19 apenas 04 são diferentes, como veremos a seguir em algumas ênfases. Foram questionadas características dos atos de violência praticada na escola, do interior 57,1% dos alunos e da capital 80,5% consideram e afirmaram respectivamente que sempre/as vezes ocorrem atos de violência na escola, logo, a violência escolar ocorre de maneira bem superior na escola da capital. Verificada maior prevalência dos alunos do sexo masculino (93,2% na escola do interior e 91,7% na escola da capital), tendo os envolvidos nos atos de 14 a 16 anos tanto no interior (65,3%) como na capital (87,8%), indicando que na capital o envolvimento de alunos novos é maior do que no interior.

Na distribuição dos tipos de violência presenciada e sofrida pelo aluno, afere-se que às violências mais sofridas, em ambas as escolas é a violência verbal, é a mais vivenciada pelos alunos (48,6% para o interior e 27,3% para a capital). Os encaminhamentos realizados nas duas escolas quanto aos procedimentos adotados quando o aluno pratica violência escolar, também são semelhantes nas duas escolas: à direção da escola (87,7% para o interior e 75,7% para capital), os pais/responsáveis (72,4% e 84,2%, respectivamente), ao conselho tutelar (87,8% para o interior e 90,2% para a capital), a punição é feita diretamente ao aluno (84,2% e 87,8%, respectivamente).

Apesar de na distribuição das atividades educacionais acerca da violência escolar desenvolvidas pela escola e participadas pelos alunos, haver opinião semelhante para as escolas acerca da existência de programa de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração; é diferente nos dois grupos o contato dos alunos com eventos sobre a violência escolar, pois no promovido pela escola participaram, (86,8%) dos alunos do interior e da capital apenas (36,6%); já para o promovido fora da escola participaram, (21,3%) do interior e da capital a maioria dos alunos (48,8%).

Quanto à percepção dos alunos acerca da identificação dos tipos de violência e a influência na segurança escolar, verifica-se que a maioria são capazes de identificar: quais os tipos de violência escolar (92,1% para a escola do interior e 97,5% para escola da capital); a mais identificada, sendo a violência física (49,6%) no interior e a violência verbal (49,4%) na capital; a relação entre o ato de violência infração, conduta descrita como crime ou contravenção penal (63,1% para escola do interior e 52,8% para escola da capital); as medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis, (71,2% para escola do interior e 66,7% para escola da capital); e por fim, a maioria dos alunos afirmou que mesmo havendo violência se sente seguro dentro da escola (80,0%) do interior e (66,7%) da capital.

Na violência sofrida por agressão de servidor/empregado da escola, constata-se que na afirmação dos alunos de ambas as escolas, eles nunca sofreram violência por parte dos funcionários da escola (93,5% para a escola do interior e 92,3% para escola da capital).

À prática de violência contra servidor/empregado da escola, ficou evidenciado pela maioria dos alunos das duas escolas, que nunca praticaram ou pratica (88,3% para a escola do interior e 80,0% para a escola da capital), e quando são praticadas não são aplicadas punições para os alunos ou seus responsáveis (93,8% para a escola do interior e 80,0% para a escola da capital).

O conhecimento dos alunos acerca do professor mediador e o ECA, verifica-se que a maioria dos alunos das duas escolas nunca ouviram falar do professor mediador (78,3% para

escola do interior e 82,5% para o professor da capital); afirmaram que a escola não possui professor mediador (74,0% para a escola do interior e 69,4% para a escola da capital); acreditam que os problemas de conflitos e violência escolar estão relacionados aos fatores culturais, familiares, sociais e o despreparo dos profissionais e instituições (71,1% para a escola do interior e 73,2% para a escola da capital) e não tem conhecimento da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (53,3% para a escola do interior e 70,0% para a escola da capital).

Pôde-se constatar nas entrevistas da Formação Discursiva (FD) – Concepção da Comunidade Escolar sobre Violência, que a concepção das escolas entrevistadas é semelhante às correntes dos autores citados nesta pesquisa;

Ainda, através das entrevistas, verifica-se na (FD) – O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e as Ações Pedagógicas dos Docentes, que apesar de existir a cadeira de direitos humanos, há outras disciplinas, projetos, atividades que abordam a temática, contudo, nas outras disciplinas a preocupação é em cumprir o programa, razão pela qual às vezes os docentes não remetem a esse assunto, como também há depoimentos de que “não esta no planejamento, não é cobrado”, sendo trabalhado de acordo com a necessidade. Sendo importante, ainda destacar que não há “uma preparação ou uma capacitação dos professores”, como poderemos verificar nos depoimentos dos entrevistados, especificamente na fala do P3. Pois, a capacitação é de suma importância, até porque, ficou demonstrado, que não tem professor com formação específica para trabalhar esse tema, nesse sentido, poderemos comprovar nomeadamente nas falas de E2 e D2, logo, os docentes têm que primeiro estudar e aprender para depois ensinar, portanto, há que efetuar mudanças na estrutura do Estado, respeitando a inviolabilidade dos direitos e deveres dos adolescentes.

Durante as análises dos questionários e entrevistas, é notório que é necessária a capacitação dos profissionais para atuar de forma eficaz com as ações pedagógicas, referente ao tema desta pesquisa, em especial vale destacar que em nenhuma das análises (quantitativa e/ou qualitativa) foi mensurado o conhecimento acerca do procedimento legal que deve ser aplicado aos adolescentes infratores, por exemplo, o Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo – SINASE (buscar as normas a serem seguidas pelas unidades de internação, visando aplicar o melhor processo de ressocialização dessas crianças e adolescentes), apenas, de forma truncada, ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Vale frisar que nas entrevistas da (FD) – Ações Pedagógicas da Escola, é notória a importância de destacar a relevância da participação da família no cotidiano escolar, vez que, é essencial o apoio junto aos gestores para que assegure a qualidade da educação, a prevenção

aos atos violentos ou na recuperação do comportamento dos agressivos e do ambiente escolar; sendo essa linha predominante para a doutrina e as escolas entrevistadas.

Sendo evidenciada durante a análise das entrevistas da (FD) – Como a Escola Olhou as Causas da Violência no Ambiente Escolar, a variedade de motivos, ações que há e que poderão gerar violência, principalmente a ausência do Estado, pois é essencial assegurar profissionais com perfis suscetíveis de trabalhar a temática desde projeto com eficácia, bem como, acompanhar a vida social do aluno. Mesmo, diante da afirmação de alguns entrevistados, de que não há casos de violência na escola, na opinião de P6 e E1 especialmente.

Assim, percebe-se que as escolas em si não têm a contribuição necessária para educar o estudante de acordo os aspectos que são elencados nas normas brasileiras, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) com destaque para o ensino de “direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente”, na forma do art. 26, § 9, “tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado”. Então, insurge o papel constitucional da escola na garantia de prioridade da “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas”, com base no art. 4º, parágrafo único, alínea c, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante desse cenário e de que a autonomia prevista em lei definiu, então, outra conquista: a qualificação dos profissionais da educação, abrindo caminhos para a organização escolar promover a formação de seus profissionais no próprio espaço de atuação (Alarcão, 2001). A presente pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de novos estudos, pois fica claro que é fundamental a necessidade de novas políticas e investimentos que possam atender as diversas necessidades ora apresentadas no trabalho em estudo, em especial de acordo com Libâneo (2001) a formação continuada dos docentes, visando permitir o desenvolvimento da professoralidade, bem como, colaborar com os objetivos da gestão escolar, utilizando o processo de aprendizagem individual e coletivo.

Este autor, ainda, ressalta a necessidade em pensar acerca das concepções de formação com base nas práticas, de forma que a escola torne-se o centro das mudanças educacionais. Assim, é imprescindível que ocorra um desdobramento maior por parte dos entes públicos, coma finalidade de unificar o papel da escola às reais necessidades do mundo contemporâneo, em especial sobre com a violência escolar e suas políticas públicas, buscando atender de forma satisfatória as demandas dos adolescentes, possibilitando a eles maiores oportunidades de alcançar uma formação mais completar e condigna com o contexto sócio cultural atual, de

modo que seja absorvido pelos alunos a maneira que aprendam a aprender, a fazer, a conviver e a ser, assim, assegurando uma educação de qualidade, e consequentemente prevenção dos atos de violência, e/ou recuperação dos alunos com comportamento agressivos. Apesar de ser sinalizada em alguns pontos da pesquisa em comento, a ausência de violência nas escolas entrevistadas, em destaque na fala de P6 e E1 especialmente.

Vale destacar que este estudo deixou evidenciado que são diversas as causas da violência escolar, como poderá ser notado nas falas de P1, P2, P5, P6, D1, D2 e outros, sendo em sua grande maioria o motivo do *Bullying*, extraído dos depoimentos dos entrevistados, a exemplo, P1, P2, P4, P5, P6, E1, E2 e D1.E, que nos resultados da análise da presente pesquisa, apesar dos alunos serem a maioria do sexo feminino¹, os envolvidos nos atos são alunos do sexo masculino(93,2% na escola do interior e 91,7% na escola da capital)², com a média de idade de 14 a 16 anos³, para ambas as escolas.

Portanto concluímos, que considerando todo o exposto e os objetivos propostos, observou-se, que a violência escolar ocorre de maneira bem superior na escola da capital, (interior 57,1% e capital 80,5%)⁴, dados estes que corroboraram com o tema desta pesquisa, face a interiorização da violência. Razão pela qual, ratifica a necessidade de mais investimentos e de políticas públicas educacionais voltadas ao aperfeiçoamento dos professores, lembrando que para Antunes e Zuin (2008) a educação é um caminho para a superação da violência.

¹Tabela 1. Distribuição do perfil pessoal dos alunos segundo a escola avaliada

²Tabela 2. Distribuição das características dos atos de violência praticada na escola

³Tabela 2. Distribuição das características dos atos de violência praticada na escola

⁴Tabela 2. Distribuição das características dos atos de violência praticada na escola

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, M. (coord.); Cunha, A. L.; Calaf, P. P. (2002). *Violências nas escolas*/Miriam Abramovay et al. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME.
- Abramovay, M. (coord.); Cunha, A. L.; Calaf, P. P. (2009). *Revelando Tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 496 p.
- Abramovay, M. (coord.); Cunha, A. L.; Calaf, P. P. (2010). *Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, 314 p.
- Alarcão, I. (org.) (2001). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora, 82p.
- Almeida, J. S. de. (1998). *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP.
- Alves, M. A. & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira.
- Arango, H. G. (xxxxxx). *Bioestatística: teórica e computacional: com banco de dados reais em disco*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, xx-xx p.
- Azevedo, J. L. de. (2004). *A educação como política pública*. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Ball, S. J. (2002). *Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade*. Revista portuguesa de educação, v. 15, n. 002, Universidade do Minho Braga, Portugal, 3-23 p.
- Barroso, J. (2012). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Botler, A. H. (org). (2013). *Política e gestão educacional em redes públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Bruner, J. A. (2001). *Cultura da Educação*. Tradução: Marcos A G. Domingues. Porto Alegre: Artemed Editora.
- Cubas, V. de O.; Ruotti, C.; Alves, R. (2007). *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- Debarbieux, E. & Blaya, C. (Orgs.). (2002). *Violências nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO.
- Debarbieux, E. (2006). *Violência na escola: um desafio mundial*. Paris, Armand Colin, 296 p.
- Devechi, C. P. V. & Trevisan, A. L. (2010). *Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência?* Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 43, 201 p.
- Eyng, A. M.; Gisi, M. L.; Ens, R. T. (2009). *Violências nas escolas e representações sociais: um diálogo necessário no cotidiano escolar*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v 9, n. 28, p. 467-480, set./dez 2009.
- Falcão, J. T. da R.; Régnier, J. C. (2000). *Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 81, n. 198, 243 p.
- Fante, C. (2004). *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Editora Verus.
- Fernandes, D. (2005/2009). *Avaliação das aprendizagens em Portugal: investigação e teoria da actividade*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal - Sísifo / Revista de Ciências da Educação - n.º 9 - mai/ago 09 ISSN 1646-4990.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (2004). *Estudos quantitativos em educação*. Fundação Carlos Chagas, 30 p.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.

- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. - São Paulo/SP: Atlas.
- Grunspun, H. (2000). *Mediação Familiar: o mediador e a separação de casais com filhos*. São Paulo: LTR.
- Huberman, M.. (1992). *O ciclo de vida profissional dos professores*. In: Nóvoa, Antonio (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, p.31-61.
- Jares, X. R. (2002). *Educação e conflito: Guia de educação para a convivência*. Coleção práticas pedagógicas. Porto: Edições ASA, 249 p.
- Julia, D. (2001). *A cultura escolar como objeto historiográfico*. Tradução: Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1.
- Laville, C.; Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri). Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ. ISBN 978-85-7307-489-5.
- Libâneo, J. C. (2001). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 259p.
- Lima, J. C. (2007). *Meios Alternativos de Resolução de Disputas: conciliação, negociação, arbitragem e mediação*. Curitiba: Ampla, 174 p.
- Luck, H. (2011). *Gestão da cultura e do clima organizacional da escola*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Machado, L. B. & Carvalho, L. M. T. L. (org). (2013). *Gestão e política educacional: abordagens em diferentes contextos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 226 p.
- Mell, M. C. de. (2006). *Dicionário jurídico português-inglês – inglês-português/ portuguese-english – english-portuguese – law dictionary*. 8ª ed. Revista, atualizada e Ampliada. São Paulo: Método, 1038 p.
- Moreira, A. F. & Candau, V.M. (2013). *Multiculturalismo: Diferenças culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, A. M. T. do. (2009). *Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- Oliveira, M. M. de. (2010). *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Revista e ampliada – Petrópolis, RJ, Vozes, s. v.
- Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Passos, M. B. de A. (2009) – *Professores do ensino superior: práticas e desafios*. Porto Alegre: Mediação, 112 p. ISBN: 978-85-7706-041-2.
- Pol, M.; Hloušková, L.; Novotný, P.; Zounek, J. (2007). *Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais*. Revista Lusófona de Educação, 10, 63-79.
- Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: método e técnica*. São Paulo/SP: Atlas.
- Sardagna, H. V. (2006). *Educação para todos: uma política do mundo global*. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 2, p. 7-13.
- Sarmiento, H. B. de M.; Paixão, C. J.; Nunes, C. do S. C. (2009). *Violência e ética no cotidiano das escolas*. Belém, Unama, 96 p.
- Smirch, L. (1983). *Concepts of culture and organizational analysis*. Administrative Science Quarterly, n.28, p. 339-358.
- Szymanski, H.; Almeida, L. R. & Pradini, R. C. A. R. (2010). *A Entrevista na Educação: a pratica reflexiva*. 3ª ed Brasília/DF: Liber Livro Editora.
- Szymanski, H.; Almeida, L. R. & Pradini, R. C. A. R. (2010). *Perspectiva para a análise de entrevista*. A entrevista na Educação: a prática reflexiva. 3ª ed. Brasília/DF: Liber Livro Editora.
- Torrego Seijo, J. C. (2003). *Mediação de conflitos e/n instituições educativas*. Manual para a formação de mediadores. Porto: Edições ASA.
- Torres, L. (1997). *Cultura Organizacional Escolar. Representações dos professores numa escola portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Vinha, T. P. (2003). *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. 2003. 430f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Waiselfisz, J. J. (2011). *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. Brasília, Ministério da Justiça e Instituto Sangari, 164 p.

Waiselfisz, J. J.(2013). *Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude, e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 100 p.

LEGISLAÇÃO

Brasil.(1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Brasília, 169º da Independência e 102º da República. Publicado no DOU 16.7.1990 e retificado em 27.9.1990. Legislação Federal.

Brasil.(1996). *LDB – Lei das diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 175º da Independência e 108º da República. Publicado no DOU de 23.12.1996. Legislação Federal.

Brasil.(2012). *SINASE - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 191º da Independência e 124º da República. Publicado no DOU de 19.1.2012 retificado em 20.1.2012. Legislação Federal.

Brasil. (2013). *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*.

Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

WEBGRAFIA

- Charlot, B. (2002). *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Revista Sociologias, ano 4, n. 8, p 432- 443, jul./dez. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2013.
- Chripino, A. (2007). *Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf> >. Acesso em: 24 nov. 2013.
- Inep. (2014). *Resumo Técnico Censo Escolar*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2014.pdf.
- Torres, L.T. (2005). *Cultura organizacional no contexto escolar: o regresso a escola como desafio na reconstrução de um modelo teórico*. Ensaio: Aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro. v. 13,n.49.out-des. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362005000400003&script=sc> Acesso: 09 de junho de 2014.
- Vianna, C. P.. (2013) *A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente*. In: Yannoulas, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>. Acesso em 23 de junho de 2014

ANEXOS

ANEXO I



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

(Vide Decreto nº 3.860, de 2001)

(Vide Lei nº 10.870, de 2004)

(Vide Adin 3324-7, de 2005)

(Vide Lei nº 12.061, de 2009)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos

que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento) (Regulamento)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)

III - confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do **caput** deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016)

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o *caput*. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011).

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - linguagens e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - matemática e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - linguagens e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - matemática e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - ciências humanas e sociais aplicadas; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

V - formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

III – (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 2º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 4º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o conculinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - demonstração prática; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Da Educação Profissional e Tecnológica (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
(Regulamento)(Regulamento) (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

§ 1º. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006) (Renumerado do parágrafo único para § 1º pela Lei nº 13.184, de 2015)

§ 2º No caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, quando mais de um candidato preencher o critério inicial. (Incluído pela Lei nº 13.184, de 2015)

§ 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

§ 3º No caso de instituição privada, além das sanções previstas no § 1º, o processo de reavaliação poderá resultar também em redução de vagas autorizadas, suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos. (Incluído pela Medida Provisória nº 785, de 2017)

§ 4º É facultado ao Ministério da Educação, mediante procedimento específico e com a aquiescência da instituição de ensino, com vistas a resguardar o interesse dos estudantes, comutar as penalidades previstas nos § 1º e § 3º em outras medidas, desde que adequadas para a superação das deficiências e irregularidades constatadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 785, de 2017)

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a

publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente: (Redação dada pela lei nº 13.168, de 2015)

I - em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título “Grade e Corpo Docente”; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

b) a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação desta com a página específica prevista neste inciso; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta Lei; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

d) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

II - em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I; (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

III - em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público; (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

IV - deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido, observando o seguinte: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

b) a publicação deve ser feita até 1 (um) mês antes do início das aulas; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

V - deve conter as seguintes informações: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

b) a lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente. (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos,

aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento) (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

§ 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

II - ampliação e diminuição de vagas; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

III - elaboração da programação dos cursos; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

V - contratação e dispensa de professores; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

VI - planos de carreira docente. (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

§ 2º As doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e universidades. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

§ 3º No caso das universidades públicas, os recursos das doações devem ser dirigidos ao caixa único da instituição, com destinação garantida às unidades a serem beneficiadas. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e

aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. _O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no **caput** deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o **caput** serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017) (Vide Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 62-B. O acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 1º Terão direito de pleitear o acesso previsto no **caput** deste artigo os professores das redes públicas municipais, estaduais e federal que ingressaram por concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não sejam portadores de diploma de graduação. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 2º As instituições de ensino responsáveis pela oferta de cursos de pedagogia e outras licenciaturas definirão critérios adicionais de seleção sempre que ocorrerem aos certames interessados em número superior ao de vagas disponíveis para os respectivos cursos. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 3º Sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos em regulamento pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e

de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011)

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição

pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I - (revogado); (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º (Revogado). (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao

cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 87-A. (VETADO). (Incluído pela lei nº 12.796, de 2013)

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996*

ANEXO II



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vigência

(Vide Lei nº 13.431, de 2017) (Vigência)

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

(Vide Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

(Vide Lei nº 13.438, de 2017) (Vigência)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Título II

Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I

Do Direito à Vida e à Saúde

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§ 1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular

que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré-natal, e, posteriormente, no sexto e no décimo segundo anos de vida, com orientações sobre saúde bucal. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Capítulo II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - advertência. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Capítulo III

Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção I

Disposições Gerais

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do **caput** do art. 101 e dos incisos I a IV do **caput** do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 21. O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Seção II

Da Família Natural

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Seção III

Da Família Substituta

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as

implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 29. Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.

Art. 30. A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

Art. 32. Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

Subseção II

Da Guarda

Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

§ 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

§ 4º Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 3º A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 35. A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

Subseção III

Da Tutela

Art. 36. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 37. O tutor nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, conforme previsto no parágrafo único do art. 1.729 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato, observando o procedimento previsto nos arts. 165 a 170 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Na apreciação do pedido, serão observados os requisitos previstos nos arts. 28 e 29 desta Lei, somente sendo deferida a tutela à pessoa indicada na disposição de última vontade, se restar comprovado que a medida é vantajosa ao tutelando e que não existe outra pessoa em melhores condições de assumi-la. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 38. Aplica-se à destituição da tutela o disposto no art. 24.

Subseção IV

Da Adoção

Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.

§ 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º É vedada a adoção por procuração. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 40. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

§ 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

§ 2º É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária.

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

§ 4º Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Nos casos do § 4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme previsto no art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Art. 44. Enquanto não der conta de sua administração e saldar o seu alcance, não pode o tutor ou o curador adotar o pupilo ou o curatelado.

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º. Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

§ 1º O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 47. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

§ 1º A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

§ 2º O mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado.

§ 3º A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município de sua residência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões do registro. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º Caso a modificação de prenome seja requerida pelo adotante, é obrigatória a oitiva do adotando, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 42 desta Lei, caso em que terá força retroativa à data do óbito. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 8º O processo relativo à adoção assim como outros a ele relacionados serão mantidos em arquivo, admitindo-se seu armazenamento em microfilme ou por outros meios, garantida a sua conservação para consulta a qualquer tempo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 9º Terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. (Incluído pela Lei nº 12.955, de 2014)

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 49. A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfazer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

§ 3º A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Sempre que possível e recomendável, a preparação referida no § 3º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º Haverá cadastros distintos para pessoas ou casais residentes fora do País, que somente serão consultados na inexistência de postulantes nacionais habilitados nos cadastros mencionados no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º As autoridades estaduais e federais em matéria de adoção terão acesso integral aos cadastros, incumbindo-lhes a troca de informações e a cooperação mútua, para melhoria do sistema. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 8º A autoridade judiciária providenciará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a inscrição das crianças e adolescentes em condições de serem adotados que não tiveram colocação familiar na comarca de origem, e das pessoas ou casais que tiveram deferida sua habilitação à adoção nos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º deste artigo, sob pena de responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 9º Compete à Autoridade Central Estadual zelar pela manutenção e correta alimentação dos cadastros, com posterior comunicação à Autoridade Central Federal Brasileira. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 10. A adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º deste artigo, não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 11. Enquanto não localizada pessoa ou casal interessado em sua adoção, a criança ou o adolescente, sempre que possível e recomendável, será colocado sob guarda de família cadastrada em programa de acolhimento familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 12. A alimentação do cadastro e a convocação criteriosa dos postulantes à adoção serão fiscalizadas pelo Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - se tratar de pedido de adoção unilateral; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 14. Nas hipóteses previstas no § 13 deste artigo, o candidato deverá comprovar, no curso do procedimento, que preenche os requisitos necessários à adoção, conforme previsto nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira, após consulta aos cadastros mencionados no art. 50 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º A adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais Estaduais e Federal em matéria de adoção internacional. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 52. A adoção internacional observará o procedimento previsto nos arts. 165 a 170 desta Lei, com as seguintes adaptações: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - a pessoa ou casal estrangeiro, interessado em adotar criança ou adolescente brasileiro, deverá formular pedido de habilitação à adoção perante a Autoridade Central em matéria de adoção internacional no país de acolhida, assim entendido aquele onde está situada sua residência habitual; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - se a Autoridade Central do país de acolhida considerar que os solicitantes estão habilitados e aptos para adotar, emitirá um relatório que contenha informações sobre a identidade, a capacidade jurídica e adequação dos solicitantes para adotar, sua situação pessoal, familiar e médica, seu meio social, os motivos que os animam e sua aptidão para assumir uma adoção internacional; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - a Autoridade Central do país de acolhida enviará o relatório à Autoridade Central Estadual, com cópia para a Autoridade Central Federal Brasileira; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - o relatório será instruído com toda a documentação necessária, incluindo estudo psicossocial elaborado por equipe interprofissional habilitada e cópia autenticada da legislação pertinente, acompanhada da respectiva prova de vigência; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - os documentos em língua estrangeira serão devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e convenções internacionais, e acompanhados da respectiva tradução, por tradutor público juramentado; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - a Autoridade Central Estadual poderá fazer exigências e solicitar complementação sobre o estudo psicossocial do postulante estrangeiro à adoção, já realizado no país de acolhida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - verificada, após estudo realizado pela Autoridade Central Estadual, a compatibilidade da legislação estrangeira com a nacional, além do preenchimento por parte dos postulantes à medida dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao seu deferimento, tanto à luz do que dispõe esta Lei como da legislação do país de acolhida, será expedido laudo de habilitação à adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 1 (um) ano; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - de posse do laudo de habilitação, o interessado será autorizado a formalizar pedido de adoção perante o Juízo da Infância e da Juventude do local em que se encontra a criança ou adolescente, conforme indicação efetuada pela Autoridade Central Estadual. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Se a legislação do país de acolhida assim o autorizar, admite-se que os pedidos de habilitação à adoção internacional sejam intermediados por organismos credenciados. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Incumbe à Autoridade Central Federal Brasileira o credenciamento de organismos nacionais e estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, com posterior comunicação às Autoridades Centrais Estaduais e publicação nos órgãos oficiais de imprensa e em sítio próprio da internet. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Somente será admissível o credenciamento de organismos que: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - sejam oriundos de países que ratificaram a Convenção de Haia e estejam devidamente credenciados pela Autoridade Central do país onde estiverem sediados e no país de acolhida do adotando para atuar em adoção internacional no Brasil; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - satisfizerem as condições de integridade moral, competência profissional, experiência e responsabilidade exigidas pelos países respectivos e pela Autoridade Central Federal Brasileira; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - forem qualificados por seus padrões éticos e sua formação e experiência para atuar na área de adoção internacional; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - cumprirem os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e pelas normas estabelecidas pela Autoridade Central Federal Brasileira. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Os organismos credenciados deverão ainda: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - perseguir unicamente fins não lucrativos, nas condições e dentro dos limites fixados pelas autoridades competentes do país onde estiverem sediados, do país de acolhida e pela Autoridade Central Federal Brasileira; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - ser dirigidos e administrados por pessoas qualificadas e de reconhecida idoneidade moral, com comprovada formação ou experiência para atuar na área de adoção internacional, cadastradas pelo Departamento de Polícia Federal e aprovadas pela Autoridade Central Federal Brasileira, mediante publicação de portaria do órgão federal competente; (Incluída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - estar submetidos à supervisão das autoridades competentes do país onde estiverem sediados e no país de acolhida, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e situação financeira; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - apresentar à Autoridade Central Federal Brasileira, a cada ano, relatório geral das atividades desenvolvidas, bem como relatório de acompanhamento das adoções internacionais efetuadas no período, cuja cópia será encaminhada ao Departamento de Polícia Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - enviar relatório pós-adotivo semestral para a Autoridade Central Estadual, com cópia para a Autoridade Central Federal Brasileira, pelo período mínimo de 2 (dois) anos. O envio do relatório será mantido até a juntada de cópia autenticada do registro civil, estabelecendo a cidadania do país de acolhida para o adotado; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - tomar as medidas necessárias para garantir que os adotantes encaminhem à Autoridade Central Federal Brasileira cópia da certidão de registro de nascimento estrangeira e do certificado de nacionalidade tão logo lhes sejam concedidos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A não apresentação dos relatórios referidos no § 4º deste artigo pelo organismo credenciado poderá acarretar a suspensão de seu credenciamento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º O credenciamento de organismo nacional ou estrangeiro encarregado de intermediar pedidos de adoção internacional terá validade de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º A renovação do credenciamento poderá ser concedida mediante requerimento protocolado na Autoridade Central Federal Brasileira nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do respectivo prazo de validade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 8º Antes de transitada em julgado a decisão que concedeu a adoção internacional, não será permitida a saída do adotando do território nacional. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 9º Transitada em julgado a decisão, a autoridade judiciária determinará a expedição de alvará com autorização de viagem, bem como para obtenção de passaporte, constando, obrigatoriamente, as características da criança ou adolescente adotado, como idade, cor, sexo, eventuais sinais ou traços peculiares, assim como foto recente e a aposição da impressão digital do seu polegar direito, instruindo o documento com cópia autenticada da decisão e certidão de trânsito em julgado. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 10. A Autoridade Central Federal Brasileira poderá, a qualquer momento, solicitar informações sobre a situação das crianças e adolescentes adotados. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 11. A cobrança de valores por parte dos organismos credenciados, que sejam considerados abusivos pela Autoridade Central Federal Brasileira e que não estejam devidamente comprovados, é causa de seu descredenciamento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 12. Uma mesma pessoa ou seu cônjuge não podem ser representados por mais de uma entidade credenciada para atuar na cooperação em adoção internacional. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 13. A habilitação de postulante estrangeiro ou domiciliado fora do Brasil terá validade máxima de 1 (um) ano, podendo ser renovada. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 14. É vedado o contato direto de representantes de organismos de adoção, nacionais ou estrangeiros, com dirigentes de programas de acolhimento institucional ou familiar, assim como com crianças e adolescentes em condições de serem adotados, sem a devida autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 15. A Autoridade Central Federal Brasileira poderá limitar ou suspender a concessão de novos credenciamentos sempre que julgar necessário, mediante ato administrativo fundamentado. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 52-A. É vedado, sob pena de responsabilidade e descredenciamento, o repasse de recursos provenientes de organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Eventuais repasses somente poderão ser efetuados via Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e estarão sujeitos às deliberações do respectivo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 52-B. A adoção por brasileiro residente no exterior em país ratificante da Convenção de Haia, cujo processo de adoção tenha sido processado em conformidade com a legislação vigente no país de residência e atendido o disposto na Alínea “c” do Artigo 17 da referida Convenção, será automaticamente recepcionada com o reingresso no Brasil. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Caso não tenha sido atendido o disposto na Alínea “c” do Artigo 17 da Convenção de Haia, deverá a sentença ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º O pretendente brasileiro residente no exterior em país não ratificante da Convenção de Haia, uma vez reingressado no Brasil, deverá requerer a homologação da sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 52-C. Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida, a decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente será conhecida pela Autoridade Central Estadual que tiver processado o pedido de habilitação dos pais adotivos, que comunicará o fato à Autoridade Central Federal e determinará as providências necessárias à expedição do Certificado de Naturalização Provisório. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º A Autoridade Central Estadual, ouvido o Ministério Público, somente deixará de reconhecer os efeitos daquela decisão se restar demonstrado que a adoção é manifestamente contrária à ordem pública ou não atende ao interesse superior da criança ou do adolescente. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Na hipótese de não reconhecimento da adoção, prevista no § 1º deste artigo, o Ministério Público deverá imediatamente requerer o que for de direito para resguardar os interesses da criança ou do adolescente, comunicando-se as providências à Autoridade Central Estadual, que fará a comunicação à Autoridade Central Federal Brasileira e à Autoridade Central do país de origem. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 52-D. Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida e a adoção não tenha sido deferida no país de origem porque a sua legislação a delega ao país de acolhida, ou, ainda, na hipótese de, mesmo com decisão, a criança ou o adolescente ser oriundo de país que não tenha aderido à Convenção referida, o processo de adoção seguirá as regras da adoção nacional. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Capítulo V

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal)

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Título III

Da Prevenção

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 72. As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 73. A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta Lei.

Capítulo II

Da Prevenção Especial

Seção I

Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos

Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Parágrafo único. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

Art. 77. Os proprietários, diretores, gerentes e funcionários de empresas que explorem a venda ou aluguel de fitas de programação em vídeo cuidarão para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

Parágrafo único. As fitas a que alude este artigo deverão exhibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.

Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 80. Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

Seção II

Dos Produtos e Serviços

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - armas, munições e explosivos;

II - bebidas alcoólicas;

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

V - revistas e publicações a que alude o art. 78;

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

Seção III

Da Autorização para Viajar

Art. 83. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

§ 1º A autorização não será exigida quando:

a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

b) a criança estiver acompanhada:

1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Art. 85. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Parte Especial

Título I

Da Política de Atendimento

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

IX - formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

X - realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 89. A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Capítulo II

Das Entidades de Atendimento

Seção I

Disposições Gerais

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) —
igência

V - prestação de serviços à comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

VI - liberdade assistida; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

VII - semiliberdade; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

VIII - internação. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
Vigência

§ 3º Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - em se tratando de programas de acolhimento institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, conforme o caso. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

§ 1º Será negado o registro à entidade que: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

c) esteja irregularmente constituída;

d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

e) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis. (Incluída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

§ 1º O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, no máximo a cada 6 (seis) meses, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da reavaliação prevista no § 1º do art. 19 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Os entes federados, por intermédio dos Poderes Executivo e Judiciário, promoverão conjuntamente a permanente qualificação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, se necessário com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, estimularão o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes, em cumprimento ao disposto nos incisos I e VIII do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º O descumprimento das disposições desta Lei pelo dirigente de entidade que desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, civil e criminal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º Quando se tratar de criança de 0 (zero) a 3 (três) anos em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer razão não for isso

possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;

IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X - propiciar escolarização e profissionalização;

XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XIII - proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;

XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;

XVI - comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;

XVII - fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;

XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

§ 1º Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programas de acolhimento institucional e familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º No cumprimento das obrigações a que alude este artigo as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade.

Art. 94-A. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Seção II

Da Fiscalização das Entidades

Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Art. 96. Os planos de aplicação e as prestações de contas serão apresentados ao estado ou ao município, conforme a origem das dotações orçamentárias.

Art. 97. São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - às entidades governamentais:

a) advertência;

b) afastamento provisório de seus dirigentes;

c) afastamento definitivo de seus dirigentes;

d) fechamento de unidade ou interdição de programa.

II - às entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas;
- c) interdição de unidades ou suspensão de programa;
- d) cassação do registro.

§ 1º Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º As pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Título II

Das Medidas de Proteção

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Capítulo II

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 99. As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º Constarão do plano individual, dentre outros: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - os resultados da avaliação interdisciplinar; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 8º Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 9º Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 10. Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 30 (trinta) dias para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, salvo se entender necessária a realização de estudos complementares ou outras providências que entender indispensáveis ao ajuizamento da demanda. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 11. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família

substituta, em qualquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 12. Terão acesso ao cadastro o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 102. As medidas de proteção de que trata este Capítulo serão acompanhadas da regularização do registro civil. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária.

§ 2º Os registros e certidões necessários à regularização de que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.

§ 3º Caso ainda não definida a paternidade, será deflagrado procedimento específico destinado à sua averiguação, conforme previsto pela Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Nas hipóteses previstas no § 3º deste artigo, é dispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público se, após o não comparecimento ou a recusa do suposto pai em assumir a paternidade a ele atribuída, a criança for encaminhada para adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Título III

Da Prática de Ato Infracional

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Capítulo II

Dos Direitos Individuais

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

Capítulo III

Das Garantias Processuais

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III - defesa técnica por advogado;

IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Capítulo IV

Das Medidas Sócio-Educativas

Seção I

Disposições Gerais

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

Seção II

Da Advertência

Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Seção III

Da Obrigação de Reparar o Dano

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Seção IV

Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Seção V

Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Seção VI

Do Regime de Semi-liberdade

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Seção VII

Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III - avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V - ser tratado com respeito e dignidade;

VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI - receber escolarização e profissionalização;

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Capítulo V

Da Remissão

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

Título IV

Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor. (Incluído pela Lei nº 12.415, de 2011)

Título V

Do Conselho Tutelar

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no município.

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

- I - cobertura previdenciária; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)
- III - licença-maternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)
- IV - licença-paternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)
- V - gratificação natalina. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Capítulo II

Das Atribuições do Conselho

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Capítulo III

Da Competência

Art. 138. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147.

Capítulo IV

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 139. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

Capítulo V

Dos Impedimentos

Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

Título VI

Do Acesso à Justiça

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 141. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

§ 1º. A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.

§ 2º As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

Art. 142. Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

Parágrafo único. A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou

responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.

Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (Redação dada pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

Art. 144. A expedição de cópia ou certidão de atos a que se refere o artigo anterior somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

Capítulo II

Da Justiça da Infância e da Juventude

Seção I

Disposições Gerais

Art. 145. Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infra-estrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

Seção II

Do Juiz

Art. 146. A autoridade a que se refere esta Lei é o Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, na forma da lei de organização judiciária local.

Art. 147. A competência será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

§ 1º. Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

§ 3º Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede estadual da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo estado.

Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;

V - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

VI - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

VII - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:

a) conhecer de pedidos de guarda e tutela;

b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda; (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;

d) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar; (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;

f) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;

g) conhecer de ações de alimentos;

h) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.

Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) estádio, ginásio e campo desportivo;
- b) bailes ou promoções dançantes;
- c) boate ou congêneres;
- d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;
- e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

II - a participação de criança e adolescente em:

- a) espetáculos públicos e seus ensaios;
- b) certames de beleza.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:

- a) os princípios desta Lei;
- b) as peculiaridades locais;
- c) a existência de instalações adequadas;
- d) o tipo de freqüência habitual ao local;
- e) a adequação do ambiente a eventual participação ou freqüência de crianças e adolescentes;
- f) a natureza do espetáculo.

§ 2º As medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.

Seção III

Dos Serviços Auxiliares

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Capítulo III

Dos Procedimentos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente.

Parágrafo único. É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 154. Aplica-se às multas o disposto no art. 214.

Seção II

Da Perda e da Suspensão do Poder Familiar

(Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 155. O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 156. A petição inicial indicará:

I - a autoridade judiciária a que for dirigida;

II - o nome, o estado civil, a profissão e a residência do requerente e do requerido, dispensada a qualificação em se tratando de pedido formulado por representante do Ministério Público;

III - a exposição sumária do fato e o pedido;

IV - as provas que serão produzidas, oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos.

Art. 157. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 158. O requerido será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos.

§ 1º A citação será pessoal, salvo se esgotados todos os meios para sua realização.
(Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

§ 2º O requerido privado de liberdade deverá ser citado pessoalmente. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

Art. 159. Se o requerido não tiver possibilidade de constituir advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, poderá requerer, em cartório, que lhe seja nomeado dativo, ao qual incumbirá a apresentação de resposta, contando-se o prazo a partir da intimação do despacho de nomeação.

Parágrafo único. Na hipótese de requerido privado de liberdade, o oficial de justiça deverá perguntar, no momento da citação pessoal, se deseja que lhe seja nomeado defensor. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

Art. 160. Sendo necessário, a autoridade judiciária requisitará de qualquer repartição ou órgão público a apresentação de documento que interesse à causa, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público.

Art. 161. Não sendo contestado o pedido, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, salvo quando este for o requerente, decidindo em igual prazo.

§ 1º A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar, bem como a oitiva de testemunhas que comprovem a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar previstas nos arts. 1.637 e 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou no art. 24 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto à equipe profissional ou multidisciplinar referida no § 1º deste artigo, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, observado o disposto no § 6º do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Se o pedido importar em modificação de guarda, será obrigatória, desde que possível e razoável, a oitiva da criança ou adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º É obrigatória a oitiva dos pais sempre que esses forem identificados e estiverem em local conhecido. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Se o pai ou a mãe estiverem privados de liberdade, a autoridade judicial requisitará sua apresentação para a oitiva. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

Art. 162. Apresentada a resposta, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, salvo quando este for o requerente, designando, desde logo, audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A requerimento de qualquer das partes, do Ministério Público, ou de ofício, a autoridade judiciária poderá determinar a realização de estudo social ou, se possível, de perícia por equipe interprofissional.

§ 2º Na audiência, presentes as partes e o Ministério Público, serão ouvidas as testemunhas, colhendo-se oralmente o parecer técnico, salvo quando apresentado por escrito, manifestando-se sucessivamente o requerente, o requerido e o Ministério Público, pelo tempo de vinte minutos cada um, prorrogável por mais dez. A decisão será proferida na audiência, podendo a autoridade judiciária, excepcionalmente, designar data para sua leitura no prazo máximo de cinco dias.

Art. 163. O prazo máximo para conclusão do procedimento será de 120 (cento e vinte) dias. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. A sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar será averbada à margem do registro de nascimento da criança ou do adolescente. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Seção III

Da Destituição da Tutela

Art. 164. Na destituição da tutela, observar-se-á o procedimento para a remoção de tutor previsto na lei processual civil e, no que couber, o disposto na seção anterior.

Seção IV

Da Colocação em Família Substituta

Art. 165. São requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

I - qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;

II - indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;

III - qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;

IV - indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;

V - declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

Parágrafo único. Em se tratando de adoção, observar-se-ão também os requisitos específicos.

Art. 166. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Na hipótese de concordância dos pais, esses serão ouvidos pela autoridade judiciária e pelo representante do Ministério Público, tomando-se por termo as declarações. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º O consentimento dos titulares do poder familiar será colhido pela autoridade judiciária competente em audiência, presente o Ministério Público, garantida a livre manifestação de vontade e esgotados os esforços para manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º O consentimento é retratável até a data da publicação da sentença constitutiva da adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º O consentimento somente terá valor se for dado após o nascimento da criança. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º A família substituta receberá a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a serviço do Poder Judiciário, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 167. A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência.

Parágrafo único. Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante termo de responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 168. Apresentado o relatório social ou o laudo pericial, e ouvida, sempre que possível, a criança ou o adolescente, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

Art. 169. Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, será observado o procedimento contraditório previsto nas Seções II e III deste Capítulo. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. A perda ou a modificação da guarda poderá ser decretada nos mesmos autos do procedimento, observado o disposto no art. 35.

Art. 170. Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 32, e, quanto à adoção, o contido no art. 47.

Parágrafo único. A colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária à entidade por este responsável no prazo máximo de 5 (cinco) dias. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Seção V

Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente

Art. 171. O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

Parágrafo único. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

Art. 173. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá:

I - lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;

II - apreender o produto e os instrumentos da infração;

III - requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Parágrafo único. Nas demais hipóteses de flagrante, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.

Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente

permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

§ 1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo referido no parágrafo anterior.

Art. 176. Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

Art. 177. Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos.

Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

Art. 179. Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas.

Parágrafo único. Em caso de não apresentação, o representante do Ministério Público notificará os pais ou responsável para apresentação do adolescente, podendo requisitar o concurso das polícias civil e militar.

Art. 180. Adotadas as providências a que alude o artigo anterior, o representante do Ministério Público poderá:

I - promover o arquivamento dos autos;

II - conceder a remissão;

III - representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa.

Art. 181. Promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterá o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação.

§ 1º Homologado o arquivamento ou a remissão, a autoridade judiciária determinará, conforme o caso, o cumprimento da medida.

§ 2º Discordando, a autoridade judiciária fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento ou a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar.

Art. 182. Se, por qualquer razão, o representante do Ministério Público não promover o arquivamento ou conceder a remissão, oferecerá representação à autoridade judiciária, propondo a instauração de procedimento para aplicação da medida sócio-educativa que se afigurar a mais adequada.

§ 1º A representação será oferecida por petição, que conterá o breve resumo dos fatos e a classificação do ato infracional e, quando necessário, o rol de testemunhas, podendo ser deduzida oralmente, em sessão diária instalada pela autoridade judiciária.

§ 2º A representação independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade.

Art. 183. O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.

Art. 184. Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo.

§ 1º O adolescente e seus pais ou responsável serão cientificados do teor da representação, e notificados a comparecer à audiência, acompanhados de advogado.

§ 2º Se os pais ou responsável não forem localizados, a autoridade judiciária dará curador especial ao adolescente.

§ 3º Não sendo localizado o adolescente, a autoridade judiciária expedirá mandado de busca e apreensão, determinando o sobrestamento do feito, até a efetiva apresentação.

§ 4º Estando o adolescente internado, será requisitada a sua apresentação, sem prejuízo da notificação dos pais ou responsável.

Art. 185. A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

§ 1º Inexistindo na comarca entidade com as características definidas no art. 123, o adolescente deverá ser imediatamente transferido para a localidade mais próxima.

§ 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.

Art. 186. Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária procederá à oitiva dos mesmos, podendo solicitar opinião de profissional qualificado.

§ 1º Se a autoridade judiciária entender adequada a remissão, ouvirá o representante do Ministério Público, proferindo decisão.

§ 2º Sendo o fato grave, passível de aplicação de medida de internação ou colocação em regime de semi-liberdade, a autoridade judiciária, verificando que o adolescente não possui advogado constituído, nomeará defensor, designando, desde logo, audiência em continuação, podendo determinar a realização de diligências e estudo do caso.

§ 3º O advogado constituído ou o defensor nomeado, no prazo de três dias contado da audiência de apresentação, oferecerá defesa prévia e rol de testemunhas.

§ 4º Na audiência em continuação, ouvidas as testemunhas arroladas na representação e na defesa prévia, cumpridas as diligências e juntado o relatório da equipe interprofissional, será dada a palavra ao representante do Ministério Público e ao defensor, sucessivamente, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que em seguida proferirá decisão.

Art. 187. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva.

Art. 188. A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.

Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença:

I - estar provada a inexistência do fato;

II - não haver prova da existência do fato;

III - não constituir o fato ato infracional;

IV - não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade.

Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semi-liberdade será feita:

I - ao adolescente e ao seu defensor;

II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor.

§ 1º Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor.

§ 2º Recaindo a intimação na pessoa do adolescente, deverá este manifestar se deseja ou não recorrer da sentença.

Seção V-A

(Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente”

Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conerá a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 1º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – dados de conexão: informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dados cadastrais: informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.

§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelarà por seu sigilo. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Parágrafo único. Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-D. Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Parágrafo único. O procedimento sigiloso de que trata esta Seção será numerado e tombado em livro específico. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no **caput** deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Seção VI

Da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 191. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.

Parágrafo único. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

Art. 192. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 193. Apresentada ou não a resposta, e sendo necessário, a autoridade judiciária designará audiência de instrução e julgamento, intimando as partes.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão cinco dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento.

Seção VII

Da Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente

Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração, poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, certificando-se, em caso contrário, dos motivos do retardamento.

Art. 195. O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I - pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado na presença do requerido;

II - por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia do auto ou da representação ao requerido, ou a seu representante legal, lavrando certidão;

III - por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal;

IV - por edital, com prazo de trinta dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do requerido ou de seu representante legal.

Art. 196. Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária dará vista dos autos do Ministério Público, por cinco dias, decidindo em igual prazo.

Art. 197. Apresentada a defesa, a autoridade judiciária procederá na conformidade do artigo anterior, ou, sendo necessário, designará audiência de instrução e julgamento. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Colhida a prova oral, manifestar-se-ão sucessivamente o Ministério Público e o procurador do requerido, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que em seguida proferirá sentença.

Seção VIII
(Incluída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
Da Habilitação de Pretendentes à Adoção

Art. 197-A. Os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - qualificação completa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - dados familiares; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - comprovante de renda e domicílio; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - atestados de sanidade física e mental; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - certidão de antecedentes criminais; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - certidão negativa de distribuição cível. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 197-B. A autoridade judiciária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dará vista dos autos ao Ministério Público, que no prazo de 5 (cinco) dias poderá: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - apresentar quesitos a serem respondidos pela equipe interprofissional encarregada de elaborar o estudo técnico a que se refere o art. 197-C desta Lei; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - requerer a designação de audiência para oitiva dos postulantes em juízo e testemunhas; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - requerer a juntada de documentos complementares e a realização de outras diligências que entender necessárias. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 197-C. Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Sempre que possível e recomendável, a etapa obrigatória da preparação referida no § 1º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar ou institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 197-D. Certificada nos autos a conclusão da participação no programa referido no art. 197-C desta Lei, a autoridade judiciária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, decidirá acerca das diligências requeridas pelo Ministério Público e determinará a juntada do estudo psicossocial, designando, conforme o caso, audiência de instrução e julgamento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Caso não sejam requeridas diligências, ou sendo essas indeferidas, a autoridade judiciária determinará a juntada do estudo psicossocial, abrindo a seguir vista dos autos ao Ministério Público, por 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 197-E. Deferida a habilitação, o postulante será inscrito nos cadastros referidos no art. 50 desta Lei, sendo a sua convocação para a adoção feita de acordo com ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º A ordem cronológica das habilitações somente poderá deixar de ser observada pela autoridade judiciária nas hipóteses previstas no § 13 do art. 50 desta Lei, quando comprovado ser essa a melhor solução no interesse do adotando. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º A recusa sistemática na adoção das crianças ou adolescentes indicados importará na reavaliação da habilitação concedida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Capítulo IV

Dos Recursos

Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - os recursos serão interpostos independentemente de preparo;

II - em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor;

IV - (Revogado pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - (Revogado pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - (Revogado pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias;

VIII - mantida a decisão apelada ou agravada, o escrivão remeterá os autos ou o instrumento à superior instância dentro de vinte e quatro horas, independentemente de novo pedido do recorrente; se a reformar, a remessa dos autos dependerá de pedido expresso da parte interessada ou do Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da intimação.

Art. 199. Contra as decisões proferidas com base no art. 149 caberá recurso de apelação.

Art. 199-A. A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 199-B. A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 199-C. Os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 199-D. O relator deverá colocar o processo em mesa para julgamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da sua conclusão. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. O Ministério Público será intimado da data do julgamento e poderá na sessão, se entender necessário, apresentar oralmente seu parecer. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 199-E. O Ministério Público poderá requerer a instauração de procedimento para apuração de responsabilidades se constatar o descumprimento das providências e do prazo previstos nos artigos anteriores. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Capítulo V Do Ministério Público

Art. 200. As funções do Ministério Público previstas nesta Lei serão exercidas nos termos da respectiva lei orgânica.

Art. 201. Compete ao Ministério Público:

I - conceder a remissão como forma de exclusão do processo;

II - promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;

III - promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude; (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98;

V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal;

VI - instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;

VII - instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude;

VIII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

IX - impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

X - representar ao juízo visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível;

XI - inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

XII - requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem a Constituição e esta Lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.

§ 4º O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

§ 5º Para o exercício da atribuição de que trata o inciso VIII deste artigo, poderá o representante do Ministério Público:

a) reduzir a termo as declarações do reclamante, instaurando o competente procedimento, sob sua presidência;

b) entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

c) efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.

Art. 202. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.

Art. 203. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 204. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

Art. 205. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Capítulo VI Do Advogado

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos

procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.

§ 1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

§ 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

§ 3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

Capítulo VII

Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - do ensino obrigatório;

II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

IV - de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V - de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;

VI - de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;

VII - de acesso às ações e serviços de saúde;

VIII - de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.

IX - de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência, protegidos pela Constituição e pela Lei. (Renumerado do Parágrafo único pela Lei nº 11.259, de 2005)

§ 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido. (Incluído pela Lei nº 11.259, de 2005)

Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

Art. 210. Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I - o Ministério Público;

II - a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios;

III - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

Art. 211. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Art. 212. Para defesa dos direitos e interesses protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.

§ 1º Aplicam-se às ações previstas neste Capítulo as normas do Código de Processo Civil.

§ 2º Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e

certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 213. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

§ 1º As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.

Art. 215. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 216. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao poder público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 217. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Art. 218. O juiz condenará a associação autora a pagar ao réu os honorários advocatícios arbitrados na conformidade do § 4º do art. 20 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), quando reconhecer que a pretensão é manifestamente infundada.

Parágrafo único. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados ao décuplo das custas, sem prejuízo de responsabilidade por perdas e danos.

Art. 219. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Art. 220. Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto de ação civil, e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 221. Se, no exercício de suas funções, os juízos e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura de ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 222. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de quinze dias.

Art. 223. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez dias úteis.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, em sessão do Conselho Superior do Ministério público, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

§ 4º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu regimento.

§ 5º Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 224. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985.

Título VII
Dos Crimes e Das Infrações Administrativas
Capítulo I
Dos Crimes
Seção I
Disposições Gerais

Art. 225. Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na legislação penal.

Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

Art. 227. Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada

Seção II

Dos Crimes em Espécie

Art. 228. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena - detenção de dois a seis meses, ou multa.

Art. 229. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena - detenção de dois a seis meses, ou multa.

Art. 230. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que procede à apreensão sem observância das formalidades legais.

Art. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 233. (Revogado pela Lei nº 9.455, de 7.4.1997):

Art. 234. Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 235. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nesta Lei em benefício de adolescente privado de liberdade:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (Incluído pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la; (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – agente público no exercício de suas funções; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 242. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos

componentes possam causar dependência física ou psíquica: (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Art. 244. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida:

Pena - detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. (Redação dada pela Lei nº 13.440, de 2017)

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no **caput** deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no **caput** deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Capítulo II

Das Infrações Administrativas

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 246. Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação ~~ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números.~~ (Expressão declara inconstitucional pela ADIN 869-2).

Art. 248. Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, independentemente das despesas de retorno do adolescente, se for o caso.

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres: (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

Pena – multa. (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 1º Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 2º Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

Art. 251. Transportar criança ou adolescente, por qualquer meio, com inobservância do disposto nos arts. 83, 84 e 85 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 252. Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 253. Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, duplicada em caso de reincidência, aplicável, separadamente, à casa de espetáculo e aos órgãos de divulgação ou publicidade.

Art. 254. Transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação:

Pena - multa de vinte a cem salários de referência; duplicada em caso de reincidência a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.

Art. 255. Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congênere classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo:

Pena - multa de vinte a cem salários de referência; na reincidência, a autoridade poderá determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Art. 256. Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Art. 257. Descumprir obrigação constante dos arts. 78 e 79 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, duplicando-se a pena em caso de reincidência, sem prejuízo de apreensão da revista ou publicação.

Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Art. 258-A. Deixar a autoridade competente de providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros previstos no art. 50 e no § 11 do art. 101 desta Lei: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas a autoridade que deixa de efetuar o cadastramento de crianças e de adolescentes em condições de serem adotadas, de pessoas ou casais habilitados à adoção e de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 258-B. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o funcionário de programa oficial ou comunitário destinado à garantia do direito à convivência familiar que deixa de efetuar a comunicação referida no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 258-C. Descumprir a proibição estabelecida no inciso II do art. 81: (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Pena - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Medida Administrativa - interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada. (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Disposições Finais e Transitórias

Art. 259. A União, no prazo de noventa dias contados da publicação deste Estatuto, elaborará projeto de lei dispondo sobre a criação ou adaptação de seus órgãos às diretrizes da política de atendimento fixadas no art. 88 e ao que estabelece o Título V do Livro II.

Parágrafo único. Compete aos estados e municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos nesta Lei.

Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas

integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10.12.1997)

§ 1º-A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

§ 5º Observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a dedução de que trata o inciso I do **caput**: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - será considerada isoladamente, não se submetendo a limite em conjunto com outras deduções do imposto; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - não poderá ser computada como despesa operacional na apuração do lucro real. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-A. A partir do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física poderá optar pela doação de que trata o inciso II do **caput** do art. 260 diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º A doação de que trata o **caput** poderá ser deduzida até os seguintes percentuais aplicados sobre o imposto apurado na declaração: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - 3% (três por cento) a partir do exercício de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 2º A dedução de que trata o **caput**: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado na declaração de que trata o inciso II do **caput** do art. 260; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - não se aplica à pessoa física que: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

a) utilizar o desconto simplificado; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

b) apresentar declaração em formulário; ou (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

c) entregar a declaração fora do prazo; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - só se aplica às doações em espécie; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

IV - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 3º O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 4º O não pagamento da doação no prazo estabelecido no § 3º implica a glosa definitiva desta parcela de dedução, ficando a pessoa física obrigada ao recolhimento da diferença de imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual com os acréscimos legais previstos na legislação. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 5º A pessoa física poderá deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual as doações feitas, no respectivo ano-calendário, aos fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente municipais, distrital, estaduais e nacional concomitantemente com a opção de que trata o **caput**, respeitado o limite previsto no inciso II do art. 260. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-B. A doação de que trata o inciso I do art. 260 poderá ser deduzida: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Parágrafo único. A doação deverá ser efetuada dentro do período a que se refere a apuração do imposto. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-C. As doações de que trata o art. 260 desta Lei podem ser efetuadas em espécie ou em bens. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Parágrafo único. As doações efetuadas em espécie devem ser depositadas em conta específica, em instituição financeira pública, vinculadas aos respectivos fundos de que trata o art. 260. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-D. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem emitir recibo em favor do

doador, assinado por pessoa competente e pelo presidente do Conselho correspondente, especificando: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - número de ordem; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - nome, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e endereço do emitente; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - nome, CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do doador; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

IV - data da doação e valor efetivamente recebido; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

V - ano-calendário a que se refere a doação. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º O comprovante de que trata o **caput** deste artigo pode ser emitido anualmente, desde que discrimine os valores doados mês a mês. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 2º No caso de doação em bens, o comprovante deve conter a identificação dos bens, mediante descrição em campo próprio ou em relação anexa ao comprovante, informando também se houve avaliação, o nome, CPF ou CNPJ e endereço dos avaliadores. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-E. Na hipótese da doação em bens, o doador deverá: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - comprovar a propriedade dos bens, mediante documentação hábil; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - baixar os bens doados na declaração de bens e direitos, quando se tratar de pessoa física, e na escrituração, no caso de pessoa jurídica; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - considerar como valor dos bens doados: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

a) para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto de renda, desde que não exceda o valor de mercado; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

b) para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Parágrafo único. O preço obtido em caso de leilão não será considerado na determinação do valor dos bens doados, exceto se o leilão for determinado por autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-F. Os documentos a que se referem os arts. 260-D e 260-E devem ser mantidos pelo contribuinte por um prazo de 5 (cinco) anos para fins de comprovação da dedução perante a Receita Federal do Brasil. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-G. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do Fundo; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - manter controle das doações recebidas; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - informar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil as doações recebidas mês a mês, identificando os seguintes dados por doador: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

a) nome, CNPJ ou CPF; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

b) valor doado, especificando se a doação foi em espécie ou em bens. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-H. Em caso de descumprimento das obrigações previstas no art. 260-G, a Secretaria da Receita Federal do Brasil dará conhecimento do fato ao Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - o calendário de suas reuniões; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-J. O Ministério Público determinará, em cada Comarca, a forma de fiscalização da aplicação dos incentivos fiscais referidos no art. 260 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nos arts. 260-G e 260-I sujeitará os infratores a responder por ação judicial proposta pelo Ministério Público, que poderá atuar de ofício, a requerimento ou representação de qualquer cidadão. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-K. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 31 de outubro de cada ano, arquivo eletrônico contendo a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 260-L. A Secretaria da Receita Federal do Brasil expedirá as instruções necessárias à aplicação do disposto nos arts. 260 a 260-K. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 261. A falta dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, os registros, inscrições e alterações a que se referem os arts. 90, parágrafo único, e 91 desta Lei serão efetuados perante a autoridade judiciária da comarca a que pertencer a entidade.

Parágrafo único. A União fica autorizada a repassar aos estados e municípios, e os estados aos municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei, tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis.

Art. 262. Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

Art. 263. O Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

1) Art. 121

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de catorze anos.

2) Art. 129

§ 7º Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º.

§ 8º Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121.

3) Art. 136.....

§ 3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de catorze anos.

4) Art. 213

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de catorze anos:

Pena - reclusão de quatro a dez anos.

5) Art. 214.....

Parágrafo único. Se o ofendido é menor de catorze anos:

Pena - reclusão de três a nove anos.»

Art. 264. O art. 102 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte item:

"Art. 102

6º) a perda e a suspensão do pátrio poder. "

Art. 265. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal promoverão edição popular do texto integral deste Estatuto, que será posto à disposição das escolas e das entidades de atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 265-A. O poder público fará periodicamente ampla divulgação dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação social. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Parágrafo único. A divulgação a que se refere o **caput** será veiculada em linguagem clara, compreensível e adequada a crianças e adolescentes, especialmente às crianças com idade inferior a 6 (seis) anos. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 266. Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Parágrafo único. Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimentos acerca do disposto nesta Lei.

Art. 267. Revogam-se as Leis n.º 4.513, de 1964, e 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), e as demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

Carlos Chiarelli

Antônio Magri

Margarida Procópio

Este texto não substitui o publicado no DOU 16.7.1990 e retificado em 27.9.1990

ANEXO III



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Mensagem de veto

Vigência

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (Sinase)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

§ 3º Entendem-se por programa de atendimento a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas.

§ 4º Entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.

§ 5º Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento.

Art. 2º O Sinase será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos desta Lei.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à União:

I - formular e coordenar a execução da política nacional de atendimento socioeducativo;

II - elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas;

IV - instituir e manter o Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, seu funcionamento, entidades, programas, incluindo dados relativos a financiamento e população atendida;

V - contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo;

VI - estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade;

VII - instituir e manter processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas;

VIII - financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do Sinase; e

IX - garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos aos gestores estaduais, distrital e municipais, para financiamento de programas de atendimento socioeducativo.

§ 1º São vedados à União o desenvolvimento e a oferta de programas próprios de atendimento.

§ 2º Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) competem as funções normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização do Sinase, nos termos previstos na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que cria o referido Conselho.

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será submetido à deliberação do Conanda.

§ 4º À Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) competem as funções executiva e de gestão do Sinase.

Art. 4º Compete aos Estados:

I - formular, instituir, coordenar e manter Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União;

II - elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo em conformidade com o Plano Nacional;

III - criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais;

V - estabelecer com os Municípios formas de colaboração para o atendimento socioeducativo em meio aberto;

VI - prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto;

VII - garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional;

IX - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

X - cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade.

§ 1º Ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação estadual ou distrital.

§ 2º O Plano de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do **caput** deste artigo as funções executiva e de gestão do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.

Art. 5º Compete aos Municípios:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

§ 1º Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º Competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do **caput** deste artigo as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 6º Ao Distrito Federal cabem, cumulativamente, as competências dos Estados e dos Municípios.

CAPÍTULO III

DOS PLANOS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 7º O Plano de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei deverá incluir um diagnóstico da situação do Sinase, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º As normas nacionais de referência para o atendimento socioeducativo devem constituir anexo ao Plano de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborar seus planos decenais correspondentes, em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da aprovação do Plano Nacional.

Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Os Poderes Legislativos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de suas comissões temáticas pertinentes, acompanharão a execução dos Planos de Atendimento Socioeducativo dos respectivos entes federados.

CAPÍTULO IV

DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 9º Os Estados e o Distrito Federal inscreverão seus programas de atendimento e alterações no Conselho Estadual ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o caso.

Art. 10. Os Municípios inscreverão seus programas e alterações, bem como as entidades de atendimento executoras, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11. Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores;

b) a previsão das condições do exercício da disciplina e concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação; e

c) a previsão da concessão de benefícios extraordinários e enaltecimento, tendo em vista tornar público o reconhecimento ao adolescente pelo esforço realizado na consecução dos objetivos do plano individual;

IV - a política de formação dos recursos humanos;

V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado; e

VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva.

Parágrafo único. O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, os órgãos gestores, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 12. A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.

§ 1º Outros profissionais podem ser acrescentados às equipes para atender necessidades específicas do programa.

§ 2º Regimento interno deve discriminar as atribuições de cada profissional, sendo proibida a sobreposição dessas atribuições na entidade de atendimento.

§ 3º O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Seção II

Dos Programas de Meio Aberto

Art. 13. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa;

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

Parágrafo único. O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, semestralmente, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Art. 14. Incumbe ainda à direção do programa de medida de prestação de serviços à comunidade selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

Parágrafo único. Se o Ministério Público impugnar o credenciamento, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado, instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na Lei

nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), devendo citar o dirigente do programa e a direção da entidade ou órgão credenciado.

Seção III

Dos Programas de Privação da Liberdade

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

II - a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente;

III - a apresentação das atividades de natureza coletiva;

IV - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 desta Lei; e

V - a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei.

Art. 16. A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase.

§ 1º É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais.

§ 2º A direção da unidade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público.

Art. 17. Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário:

I - formação de nível superior compatível com a natureza da função;

II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos; e

III - reputação ilibada.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 18. A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 (três) anos.

§ 1º O objetivo da avaliação é verificar o cumprimento das metas estabelecidas e elaborar recomendações aos gestores e operadores dos Sistemas.

§ 2º O processo de avaliação deverá contar com a participação de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos Tutelares, na forma a ser definida em regulamento.

§ 3º A primeira avaliação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo realizar-se-á no terceiro ano de vigência desta Lei, cabendo ao Poder Legislativo federal acompanhar o trabalho por meio de suas comissões temáticas pertinentes.

Art. 19. É instituído o Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo;

II - assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados;

III - promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo; e

IV - disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo.

§ 1º A avaliação abrangerá, no mínimo, a gestão, as entidades de atendimento, os programas e os resultados da execução das medidas socioeducativas.

§ 2º Ao final da avaliação, será elaborado relatório contendo histórico e diagnóstico da situação, as recomendações e os prazos para que essas sejam cumpridas, além de outros elementos a serem definidos em regulamento.

§ 3º O relatório da avaliação deverá ser encaminhado aos respectivos Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e ao Ministério Público.

§ 4º Os gestores e entidades têm o dever de colaborar com o processo de avaliação, facilitando o acesso às suas instalações, à documentação e a todos os elementos necessários ao seu efetivo cumprimento.

§ 5º O acompanhamento tem por objetivo verificar o cumprimento das metas dos Planos de Atendimento Socioeducativo.

Art. 20. O Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento da Gestão do Atendimento Socioeducativo assegurará, na metodologia a ser empregada:

I - a realização da autoavaliação dos gestores e das instituições de atendimento;

II - a avaliação institucional externa, contemplando a análise global e integrada das instalações físicas, relações institucionais, compromisso social, atividades e finalidades das instituições de atendimento e seus programas;

III - o respeito à identidade e à diversidade de entidades e programas;

IV - a participação do corpo de funcionários das entidades de atendimento e dos Conselhos Tutelares da área de atuação da entidade avaliada; e

V - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

Art. 21. A avaliação será coordenada por uma comissão permanente e realizada por comissões temporárias, essas compostas, no mínimo, por 3 (três) especialistas com reconhecida atuação na área temática e definidas na forma do regulamento.

Parágrafo único. É vedado à comissão permanente designar avaliadores:

I - que sejam titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados ou funcionários das entidades avaliadas;

II - que tenham relação de parentesco até o 3º grau com titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados e/ou funcionários das entidades avaliadas; e

III - que estejam respondendo a processos criminais.

Art. 22. A avaliação da gestão terá por objetivo:

I - verificar se o planejamento orçamentário e sua execução se processam de forma compatível com as necessidades do respectivo Sistema de Atendimento Socioeducativo;

II - verificar a manutenção do fluxo financeiro, considerando as necessidades operacionais do atendimento socioeducativo, as normas de referência e as condições previstas nos instrumentos jurídicos celebrados entre os órgãos gestores e as entidades de atendimento;

III - verificar a implementação de todos os demais compromissos assumidos por ocasião da celebração dos instrumentos jurídicos relativos ao atendimento socioeducativo; e

IV - a articulação interinstitucional e intersetorial das políticas.

Art. 23. A avaliação das entidades terá por objetivo identificar o perfil e o impacto de sua atuação, por meio de suas atividades, programas e projetos, considerando as diferentes dimensões institucionais e, entre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I - o plano de desenvolvimento institucional;

II - a responsabilidade social, considerada especialmente sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do adolescente e de sua família;

III - a comunicação e o intercâmbio com a sociedade;

IV - as políticas de pessoal quanto à qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho;

V - a adequação da infraestrutura física às normas de referência;

VI - o planejamento e a autoavaliação quanto aos processos, resultados, eficiência e eficácia do projeto pedagógico e da proposta socioeducativa;

VII - as políticas de atendimento para os adolescentes e suas famílias;

VIII - a atenção integral à saúde dos adolescentes em conformidade com as diretrizes do art. 60 desta Lei; e

IX - a sustentabilidade financeira.

Art. 24. A avaliação dos programas terá por objetivo verificar, no mínimo, o atendimento ao que determinam os arts. 94, 100, 117, 119, 120, 123 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 25. A avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa terá por objetivo, no mínimo:

I - verificar a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares; e

II - verificar reincidência de prática de ato infracional.

Art. 26. Os resultados da avaliação serão utilizados para:

I - planejamento de metas e eleição de prioridades do Sistema de Atendimento Socioeducativo e seu financiamento;

II - reestruturação e/ou ampliação da rede de atendimento socioeducativo, de acordo com as necessidades diagnosticadas;

III - adequação dos objetivos e da natureza do atendimento socioeducativo prestado pelas entidades avaliadas;

IV - celebração de instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas diagnosticados na avaliação;

V - reforço de financiamento para fortalecer a rede de atendimento socioeducativo;

VI - melhorar e ampliar a capacitação dos operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo; e

VII - os efeitos do art. 95 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. As recomendações originadas da avaliação deverão indicar prazo para seu cumprimento por parte das entidades de atendimento e dos gestores avaliados, ao fim do qual estarão sujeitos às medidas previstas no art. 28 desta Lei.

Art. 27. As informações produzidas a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Atendimento Socioeducativo serão utilizadas para subsidiar a avaliação, o acompanhamento, a gestão e o financiamento dos Sistemas Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo.

CAPÍTULO VI

DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES, OPERADORES E ENTIDADES DE ATENDIMENTO

Art. 28. No caso do desrespeito, mesmo que parcial, ou do não cumprimento integral às diretrizes e determinações desta Lei, em todas as esferas, são sujeitos:

I - gestores, operadores e seus prepostos e entidades governamentais às medidas previstas no inciso I e no § 1º do art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e

II - entidades não governamentais, seus gestores, operadores e prepostos às medidas previstas no inciso II e no § 1º do art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. A aplicação das medidas previstas neste artigo dar-se-á a partir da análise de relatório circunstanciado elaborado após as avaliações, sem prejuízo do que determinam os arts. 191 a 197, 225 a 227, 230 a 236, 243 e 245 a 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 29. Àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram, sob qualquer forma, direta ou indireta, para o não cumprimento desta Lei, aplicam-se, no que couber, as penalidades dispostas na Lei nº8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências (Lei de Improbidade Administrativa).

CAPÍTULO VII

DO FINANCIAMENTO E DAS PRIORIDADES

Art. 30. O Sinase será cofinanciado com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os entes federados que tenham instituído seus sistemas de atendimento socioeducativo terão acesso aos recursos na forma de transferência adotada pelos órgãos integrantes do Sinase.

§ 3º Os entes federados beneficiados com recursos dos orçamentos dos órgãos responsáveis pelas políticas integrantes do Sinase, ou de outras fontes, estão sujeitos às normas e procedimentos de monitoramento estabelecidos pelas instâncias dos órgãos das políticas setoriais envolvidas, sem prejuízo do disposto nos incisos IX e X do art. 4º, nos incisos V e VI do art. 5º e no art. 6º desta Lei.

Art. 31. Os Conselhos de Direitos, nas 3 (três) esferas de governo, definirão, anualmente, o percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação.

Parágrafo único. Os entes federados beneficiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para ações de atendimento socioeducativo prestarão informações sobre o desempenho dessas ações por meio do Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo.

Art. 32. A Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os recursos do Funad serão destinados:

.....

X - às entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

.....” (NR)

“Art. 5º-A. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), órgão gestor do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), poderá financiar projetos das entidades do Sinase desde que:

I - o ente federado de vinculação da entidade que solicita o recurso possua o respectivo Plano de Atendimento Socioeducativo aprovado;

II - as entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sinase que solicitem recursos tenham participado da avaliação nacional do atendimento socioeducativo;

III - o projeto apresentado esteja de acordo com os pressupostos da Política Nacional sobre Drogas e legislação específica.”

Art. 33. A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. O Codefat poderá priorizar projetos das entidades integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desde que:

I - o ente federado de vinculação da entidade que solicita o recurso possua o respectivo Plano de Atendimento Socioeducativo aprovado;

II - as entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sinase que solicitem recursos tenham se submetido à avaliação nacional do atendimento socioeducativo.”

Art. 34. O art. 2º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 2º

.....

§ 3º O fundo de que trata o art. 1º poderá financiar, na forma das resoluções de seu conselho deliberativo, programas e projetos de educação básica relativos ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desde que:

I - o ente federado que solicitar o recurso possua o respectivo Plano de Atendimento Socioeducativo aprovado;

II - as entidades de atendimento vinculadas ao ente federado que solicitar o recurso tenham se submetido à avaliação nacional do atendimento socioeducativo; e

III - o ente federado tenha assinado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaborado o respectivo Plano de Ações Articuladas (PAR).” (NR)

TÍTULO II

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;

V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou **status**; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 36. A competência para jurisdicionar a execução das medidas socioeducativas segue o determinado pelo art. 146 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 37. A defesa e o Ministério Público intervirão, sob pena de nulidade, no procedimento judicial de execução de medida socioeducativa, asseguradas aos seus membros as prerrogativas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), podendo requerer as providências necessárias para adequar a execução aos ditames legais e regulamentares.

Art. 38. As medidas de proteção, de advertência e de reparação do dano, quando aplicadas de forma isolada, serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento, respeitado o disposto nos arts. 143 e 144 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 39. Para aplicação das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, será constituído processo de execução para cada adolescente, respeitado o disposto nos arts. 143 e 144 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e com autuação das seguintes peças:

I - documentos de caráter pessoal do adolescente existentes no processo de conhecimento, especialmente os que comprovem sua idade; e

II - as indicadas pela autoridade judiciária, sempre que houver necessidade e, obrigatoriamente:

- a) cópia da representação;
- b) cópia da certidão de antecedentes;
- c) cópia da sentença ou acórdão; e
- d) cópia de estudos técnicos realizados durante a fase de conhecimento.

Parágrafo único. Procedimento idêntico será observado na hipótese de medida aplicada em sede de remissão, como forma de suspensão do processo.

Art. 40. Autuadas as peças, a autoridade judiciária encaminhará, imediatamente, cópia integral do expediente ao órgão gestor do atendimento socioeducativo, solicitando designação do programa ou da unidade de cumprimento da medida.

Art. 41. A autoridade judiciária dará vistas da proposta de plano individual de que trata o art. 53 desta Lei ao defensor e ao Ministério Público pelo prazo sucessivo de 3 (três) dias, contados do recebimento da proposta encaminhada pela direção do programa de atendimento.

§ 1º O defensor e o Ministério Público poderão requerer, e o Juiz da Execução poderá determinar, de ofício, a realização de qualquer avaliação ou perícia que entenderem necessárias para complementação do plano individual.

§ 2º A impugnação ou complementação do plano individual, requerida pelo defensor ou pelo Ministério Público, deverá ser fundamentada, podendo a autoridade judiciária indeferi-la, se entender insuficiente a motivação.

§ 3º Admitida a impugnação, ou se entender que o plano é inadequado, a autoridade judiciária designará, se necessário, audiência da qual cientificará o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.

§ 4º A impugnação não suspenderá a execução do plano individual, salvo determinação judicial em contrário.

§ 5º Findo o prazo sem impugnação, considerar-se-á o plano individual homologado.

Art. 42. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.

§ 1º A audiência será instruída com o relatório da equipe técnica do programa de atendimento sobre a evolução do plano de que trata o art. 52 desta Lei e com qualquer outro parecer técnico requerido pelas partes e deferido pela autoridade judiciária.

§ 2º A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave.

§ 3º Considera-se mais grave a internação, em relação a todas as demais medidas, e mais grave a semiliberdade, em relação às medidas de meio aberto.

Art. 43. A reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável.

§ 1º Justifica o pedido de reavaliação, entre outros motivos:

I - o desempenho adequado do adolescente com base no seu plano de atendimento individual, antes do prazo da reavaliação obrigatória;

II - a inadaptação do adolescente ao programa e o reiterado descumprimento das atividades do plano individual; e

III - a necessidade de modificação das atividades do plano individual que importem em maior restrição da liberdade do adolescente.

§ 2º A autoridade judiciária poderá indeferir o pedido, de pronto, se entender insuficiente a motivação.

§ 3º Admitido o processamento do pedido, a autoridade judiciária, se necessário, designará audiência, observando o princípio do § 1º do art. 42 desta Lei.

§ 4º A substituição por medida mais gravosa somente ocorrerá em situações excepcionais, após o devido processo legal, inclusive na hipótese do inciso III do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e deve ser:

I - fundamentada em parecer técnico;

II - precedida de prévia audiência, e nos termos do § 1º do art. 42 desta Lei.

Art. 44. Na hipótese de substituição da medida ou modificação das atividades do plano individual, a autoridade judiciária remeterá o inteiro teor da decisão à direção do programa de atendimento, assim como as peças que entender relevantes à nova situação jurídica do adolescente.

Parágrafo único. No caso de a substituição da medida importar em vinculação do adolescente a outro programa de atendimento, o plano individual e o histórico do cumprimento da medida deverão acompanhar a transferência.

Art. 45. Se, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos, previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 3 (três) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo.

§ 1º É vedado à autoridade judiciária determinar reinício de cumprimento de medida socioeducativa, ou deixar de considerar os prazos máximos, e de liberação compulsória previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), excetuada a hipótese de medida aplicada por ato infracional praticado durante a execução.

§ 2º É vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

Art. 46. A medida socioeducativa será declarada extinta:

I - pela morte do adolescente;

II - pela realização de sua finalidade;

III - pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva;

IV - pela condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida; e

V - nas demais hipóteses previstas em lei.

§ 1º No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente.

§ 2º Em qualquer caso, o tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa.

Art. 47. O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente.

Art. 48. O defensor, o Ministério Público, o adolescente e seus pais ou responsável poderão postular revisão judicial de qualquer sanção disciplinar aplicada, podendo a autoridade judiciária suspender a execução da sanção até decisão final do incidente.

§ 1º Postulada a revisão após ouvida a autoridade colegiada que aplicou a sanção e havendo provas a produzir em audiência, procederá o magistrado na forma do § 1º do art. 42 desta Lei.

§ 2º É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

I - ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial;

II - ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em Unidade mais próxima de seu local de residência;

III - ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;

IV - peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 (quinze) dias;

V - ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar;

VI - receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação;

VII - receber assistência integral à sua saúde, conforme o disposto no art. 60 desta Lei; e

VIII - ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

§ 1º As garantias processuais destinadas a adolescente autor de ato infracional previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicam-se integralmente na execução das medidas socioeducativas, inclusive no âmbito administrativo.

§ 2º A oferta irregular de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto não poderá ser invocada como motivo para aplicação ou manutenção de medida de privação da liberdade.

Art. 50. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a direção do programa de execução de medida de privação da liberdade poderá autorizar a saída, monitorada, do adolescente nos casos de tratamento médico, doença grave ou falecimento, devidamente comprovados, de pai, mãe, filho, cônjuge, companheiro ou irmão, com imediata comunicação ao juízo competente.

Art. 51. A decisão judicial relativa à execução de medida socioeducativa será proferida após manifestação do defensor e do Ministério Público.

CAPÍTULO IV

DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

- I - os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II - os objetivos declarados pelo adolescente;
- III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV - atividades de integração e apoio à família;
- V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e
- VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

- I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;
- II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e
- III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Parágrafo único. O PIA será elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Art. 56. Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Art. 57. Para a elaboração do PIA, a direção do respectivo programa de atendimento, pessoalmente ou por meio de membro da equipe técnica, terá acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente.

§ 1º O acesso aos documentos de que trata o **caput** deverá ser realizado por funcionário da entidade de atendimento, devidamente credenciado para tal atividade, ou por membro da direção, em conformidade com as normas a serem definidas pelo Poder Judiciário, de forma a preservar o que determinam os arts. 143 e 144 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º A direção poderá requisitar, ainda:

I - ao estabelecimento de ensino, o histórico escolar do adolescente e as anotações sobre o seu aproveitamento;

II - os dados sobre o resultado de medida anteriormente aplicada e cumprida em outro programa de atendimento; e

III - os resultados de acompanhamento especializado anterior.

Art. 58. Por ocasião da reavaliação da medida, é obrigatória a apresentação pela direção do programa de atendimento de relatório da equipe técnica sobre a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual.

Art. 59. O acesso ao plano individual será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente e a seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

CAPÍTULO V

DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 60. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes:

I - previsão, nos planos de atendimento socioeducativo, em todas as esferas, da implantação de ações de promoção da saúde, com o objetivo de integrar as ações socioeducativas, estimulando a autonomia, a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias;

II - inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde;

III - cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências;

IV - disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;

V - garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde, por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - capacitação das equipes de saúde e dos profissionais das entidades de atendimento, bem como daqueles que atuam nas unidades de saúde de referência voltadas às especificidades de saúde dessa população e de suas famílias;

VII - inclusão, nos Sistemas de Informação de Saúde do SUS, bem como no Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo, de dados e indicadores de saúde da população de adolescentes em atendimento socioeducativo; e

VIII - estruturação das unidades de internação conforme as normas de referência do SUS e do Sinase, visando ao atendimento das necessidades de Atenção Básica.

Art. 61. As entidades que ofereçam programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e de semiliberdade deverão prestar orientações aos socioeducandos sobre o acesso aos serviços e às unidades do SUS.

Art. 62. As entidades que ofereçam programas de privação de liberdade deverão contar com uma equipe mínima de profissionais de saúde cuja composição esteja em conformidade com as normas de referência do SUS.

Art. 63. (VETADO).

§ 1º O filho de adolescente nascido nos estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo não terá tal informação lançada em seu registro de nascimento.

§ 2º Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.

Seção II

Do Atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa

Art 64. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial.

§ 1º As competências, a composição e a atuação da equipe técnica de que trata o **caput** deverão seguir, conjuntamente, as normas de referência do SUS e do Sinase, na forma do regulamento.

§ 2º A avaliação de que trata o **caput** subsidiará a elaboração e execução da terapêutica a ser adotada, a qual será incluída no PIA do adolescente, prevendo, se necessário, ações voltadas para a família.

§ 3º As informações produzidas na avaliação de que trata o **caput** são consideradas sigilosas.

§ 4º Excepcionalmente, o juiz poderá suspender a execução da medida socioeducativa, ouvidos o defensor e o Ministério Público, com vistas a incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda aos objetivos terapêuticos estabelecidos para o seu caso específico.

§ 5º Suspensa a execução da medida socioeducativa, o juiz designará o responsável por acompanhar e informar sobre a evolução do atendimento ao adolescente.

§ 6º A suspensão da execução da medida socioeducativa será avaliada, no mínimo, a cada 6 (seis) meses.

§ 7º O tratamento a que se submeterá o adolescente deverá observar o previsto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

§ 8º (VETADO).

Art. 65. Enquanto não cessada a jurisdição da Infância e Juventude, a autoridade judiciária, nas hipóteses tratadas no art. 64, poderá remeter cópia dos autos ao Ministério Público para eventual propositura de interdição e outras providências pertinentes.

Art. 66. (VETADO).

CAPÍTULO VI

DAS VISITAS A ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE

INTERNAÇÃO

Art. 67. A visita do cônjuge, companheiro, pais ou responsáveis, parentes e amigos a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa de internação observará dias e horários próprios definidos pela direção do programa de atendimento.

Art. 68. É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima.

Parágrafo único. O visitante será identificado e registrado pela direção do programa de atendimento, que emitirá documento de identificação, pessoal e intransferível, específico para a realização da visita íntima.

Art. 69. É garantido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito de receber visita dos filhos, independentemente da idade desses.

Art. 70. O regulamento interno estabelecerá as hipóteses de proibição da entrada de objetos na unidade de internação, vedando o acesso aos seus portadores.

CAPÍTULO VII

DOS REGIMES DISCIPLINARES

Art. 71. Todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar que obedeça aos seguintes princípios:

I - tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções;

II - exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório;

III - obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar;

IV - sanção de duração determinada;

V - enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a sanção a ser imposta ao socioeducando, bem como os requisitos para a extinção dessa;

VI - enumeração explícita das garantias de defesa;

VII - garantia de solicitação e rito de apreciação dos recursos cabíveis; e

VIII - apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica.

Art. 72. O regime disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal que advenha do ato cometido.

Art. 73. Nenhum socioeducando poderá desempenhar função ou tarefa de apuração disciplinar ou aplicação de sanção nas entidades de atendimento socioeducativo.

Art. 74. Não será aplicada sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar e o devido processo administrativo.

Art. 75. Não será aplicada sanção disciplinar ao socioeducando que tenha praticado a falta:

I - por coação irresistível ou por motivo de força maior;

II - em legítima defesa, própria ou de outrem.

CAPÍTULO VIII

DA CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO

Art. 76. O art. 2º do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

“Art. 2º

§ 1º As escolas do Senai poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senai e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

§ 2º ” (NR)

Art. 77. O art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

“Art. 3º

§ 1º As escolas do Senac poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senac e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

§ 2º ” (NR)

Art. 78. O art. 1º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. Os programas de formação profissional rural do Senar poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senar e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.” (NR)

Art. 79. O art. 3º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 3º

Parágrafo único. Os programas de formação profissional do Senat poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senat e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.” (NR)

Art. 80. O art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 429.

.....

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o **caput** ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.” (NR)

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81. As entidades que mantenham programas de atendimento têm o prazo de até 6 (seis) meses após a publicação desta Lei para encaminhar ao respectivo Conselho Estadual ou Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proposta de adequação da sua inscrição, sob pena de interdição.

Art. 82. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis federados, com os órgãos responsáveis pelo sistema de educação pública e as entidades de atendimento, deverão, no prazo de 1 (um) ano a partir da publicação desta Lei, garantir a inserção de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na rede pública de educação, em qualquer fase do período letivo, contemplando as diversas faixas etárias e níveis de instrução.

Art. 83. Os programas de atendimento socioeducativo sob a responsabilidade do Poder Judiciário serão, obrigatoriamente, transferidos ao Poder Executivo no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da publicação desta Lei e de acordo com a política de oferta dos programas aqui definidos.

Art. 84. Os programas de internação e semiliberdade sob a responsabilidade dos Municípios serão, obrigatoriamente, transferidos para o Poder Executivo do respectivo Estado no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da publicação desta Lei e de acordo com a política de oferta dos programas aqui definidos.

Art. 85. A não transferência de programas de atendimento para os devidos entes responsáveis, no prazo determinado nesta Lei, importará na interdição do programa e caracterizará ato de improbidade administrativa do agente responsável, vedada, ademais, ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo municipal, ao final do referido prazo, a realização de despesas para a sua manutenção.

Art. 86. Os arts. 90, 97, 121, 122, 198 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90.

.....

V - prestação de serviços à comunidade;

VI - liberdade assistida;

VII - semiliberdade; e

VIII - internação.

.....” (NR)

“Art. 97. (VETADO)”

“Art. 121.

.....

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária.” (NR)

“Art. 122.

.....

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

.....” (NR)

“Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações:

.....

II - em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias;

.....” (NR)

“Art. 208.

.....

X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção.

.....” (NR)

Art. 87. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

.....

§ 5º Observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a dedução de que trata o inciso I do **caput**:

I - será considerada isoladamente, não se submetendo a limite em conjunto com outras deduções do imposto; e

II - não poderá ser computada como despesa operacional na apuração do lucro real.” (NR)

“Art. 260-A. A partir do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física poderá optar pela doação de que trata o inciso II do **caput** do art. 260 diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

§ 1º A doação de que trata o **caput** poderá ser deduzida até os seguintes percentuais aplicados sobre o imposto apurado na declaração:

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - 3% (três por cento) a partir do exercício de 2012.

§ 2º A dedução de que trata o **caput**:

I - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado na declaração de que trata o inciso II do **caput** do art. 260;

II - não se aplica à pessoa física que:

a) utilizar o desconto simplificado;

b) apresentar declaração em formulário; ou

c) entregar a declaração fora do prazo;

III - só se aplica às doações em espécie; e

IV - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

§ 3º O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º O não pagamento da doação no prazo estabelecido no § 3º implica a glosa definitiva desta parcela de dedução, ficando a pessoa física obrigada ao recolhimento da diferença de imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 5º A pessoa física poderá deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual as doações feitas, no respectivo ano-calendário, aos fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente municipais, distrital, estaduais e nacional concomitantemente com a opção de que trata o **caput**, respeitado o limite previsto no inciso II do art. 260.”

“Art. 260-B. A doação de que trata o inciso I do art. 260 poderá ser deduzida:

I - do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente; e

II - do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente.

Parágrafo único. A doação deverá ser efetuada dentro do período a que se refere a apuração do imposto.”

“Art. 260-C. As doações de que trata o art. 260 desta Lei podem ser efetuadas em espécie ou em bens.

Parágrafo único. As doações efetuadas em espécie devem ser depositadas em conta específica, em instituição financeira pública, vinculadas aos respectivos fundos de que trata o art. 260.”

“Art. 260-D. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem emitir recibo em favor do doador, assinado por pessoa competente e pelo presidente do Conselho correspondente, especificando:

I - número de ordem;

II - nome, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e endereço do emitente;

III - nome, CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do doador;

IV - data da doação e valor efetivamente recebido; e

V - ano-calendário a que se refere a doação.

§ 1º O comprovante de que trata o **caput** deste artigo pode ser emitido anualmente, desde que discrimine os valores doados mês a mês.

§ 2º No caso de doação em bens, o comprovante deve conter a identificação dos bens, mediante descrição em campo próprio ou em relação anexa ao comprovante, informando também se houve avaliação, o nome, CPF ou CNPJ e endereço dos avaliadores.”

“Art. 260-E. Na hipótese da doação em bens, o doador deverá:

I - comprovar a propriedade dos bens, mediante documentação hábil;

II - baixar os bens doados na declaração de bens e direitos, quando se tratar de pessoa física, e na escrituração, no caso de pessoa jurídica; e

III - considerar como valor dos bens doados:

a) para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto de renda, desde que não exceda o valor de mercado;

b) para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens.

Parágrafo único. O preço obtido em caso de leilão não será considerado na determinação do valor dos bens doados, exceto se o leilão for determinado por autoridade judiciária.”

“Art. 260-F. Os documentos a que se referem os arts. 260-D e 260-E devem ser mantidos pelo contribuinte por um prazo de 5 (cinco) anos para fins de comprovação da dedução perante a Receita Federal do Brasil.”

“Art. 260-G. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem:

I - manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do Fundo;

II - manter controle das doações recebidas; e

III - informar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil as doações recebidas mês a mês, identificando os seguintes dados por doador:

a) nome, CNPJ ou CPF;

b) valor doado, especificando se a doação foi em espécie ou em bens.”

“Art. 260-H. Em caso de descumprimento das obrigações previstas no art. 260-G, a Secretaria da Receita Federal do Brasil dará conhecimento do fato ao Ministério Público.”

“Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade:

I - o calendário de suas reuniões;

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.”

“Art. 260-J. O Ministério Público determinará, em cada Comarca, a forma de fiscalização da aplicação dos incentivos fiscais referidos no art. 260 desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nos arts. 260-G e 260-I sujeitará os infratores a responder por ação judicial proposta pelo Ministério Público, que poderá atuar de ofício, a requerimento ou representação de qualquer cidadão.”

“Art. 260-K. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 31 de outubro de cada ano, arquivo eletrônico contendo a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas

bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos.”

“Art. 260-L. A Secretaria da Receita Federal do Brasil expedirá as instruções necessárias à aplicação do disposto nos arts. 260 a 260-K.”

Art. 88. O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. A dedução a que se refere o **caput** deste artigo não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do imposto devido.” (NR)

Art. 89. (VETADO).

Art. 90. Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA
José
Guido
Alexandre
Miriam
Maria do Rosário Nunes

Eduardo
Rocha
Santos

ROUSSEFF
Cardozo
Mantega
Padilha
Belchior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.1.2012 retificado em 20.1.2012

*

APÊNDICES

APÊNDICE I

Solicitação e Autorização de Adaptação do Questionário

Correio eletrônico enviado no dia 25/03/2015:

Exma. Dra. Geísa Conceição Teixeira Macambira,

Sou Rinete Emiliana Alves de Souza, professora efetiva do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries do município de Solidão/PE e advogada, graduada em Ciências – Habilitação em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira – FAFOPAI e em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, e especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de Teologia Integrada – FATIN, em Programação do Ensino de Matemática pela Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns – FFPG, e em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Joaquim Nabuco, aluna regularmente matriculada no curso de Mestrado em Ciências da Educação na Área de Especialização em Administração Escolar, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT.

Estou no momento trabalhando na minha dissertação, sob orientação da Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, brasileira, e co-orientação da Professora Doutora Ana Paula Silva, portuguesa. O objetivo da minha pesquisa é analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão).

Pretendo aplicar um questionário com os alunos de 02 (duas) Instituições Públicas da Cidade de Recife e Solidão, Estado de Pernambuco, Brasil. Gostaria de solicitar sua autorização para utilizar o questionário Macambira (2011): “BULLYING: Averiguando as Percepções de Educadores Sobre o Bullying”. O mesmo será utilizado de forma devidamente referenciada, com a realização de algumas modificações pertinentes em razão aos objetivos da dissertação.

Desde já agradeço pela atenção.
Cordialmente,

Rinete Emiliana Alves de Souza
Professora e Advogada
Mestranda em Ciências da Educação
Especialista em Gestão Escolar – Especialista em Programação do Ensino de Matemática –
Especialista em Direito Penal e Processo Penal
Professora da Escola Municipal José Gonçalves do Nascimento – Advogada Autônoma

Resposta enviada por correio eletrônico no dia 25/03/2015:

Minha querida, fico feliz em poder ajudá-la, claro que você poderá usar o questionário e me ponho a disposição em algo mais se for preciso. abraços.

APÊNDICE II

Questionário Adaptado



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Mestranda: Rinete Emiliania Alves de Souza

e-mail: rineteklly_6@hotmail.com

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Aluno(a):

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão). Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa, seu nome não precisa aparecer.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

QUESTIONÁRIO

(Macambira, 2011)

Q1. Questionário:

1.1. Data:

1.2. Hora:

Q2. Identificação do Questionado:

- Qual a sua idade? : _____ anos
- Gênero:
 - a) ☐ Masculino
 - b) ☐ Feminino
- Período:

- a) ☐ Manhã b) ☐ Tarde c) ☐ Noite

Q3. Você observa atos de violências nessa escola praticados por alunos:

- a) ☐ Sempre b) ☐ Nunca c) ☐ Às vezes d) ☐ Um

Q4. Na sua opinião, quem mais pratica atos violentos e qual a faixa etária:

- a) ☐ Meninos b) ☐ Meninas

- I) ☐ 14-16 anos II) ☐ 17-21 anos III) ☐ Acima de 21 anos

Q5. Qual o local que na maioria das vezes acontece essas violências na sua escola:

- a) ☐ Na sala de aula b) ☐ Nos banheiros c) ☐ No pátio d) ☐ No refeitório
- e) ☐ No caminho da escola f) ☐ Em outro local, qual? _____

Q6. Quais os procedimentos adotados quando o aluno pratica violência nessa escola:

Encaminhado no âmbito escolar:

- a) ☐ Ao professor b) ☐ Ao educador de apoio
- c) ☐ À direção d) ☐ Aos pais/ responsáveis

À direção promove:

- a) ☐ Notificação por escrito aos pais/ responsáveis
- b) ☐ Instauração e autuação de procedimento disciplinar
- c) ☐ Orientação, apoio e acompanhamento temporários
(psicólogos, assistentes sociais e programas de proteção)

Encaminhado/comunicado à autoridade competente do órgão:

- a) ☐ Conselho Tutelar b) ☐ Delegacia de Polícia

c) ☐ Ministério Público

d) ☐ Judiciário

Há punições aplicadas:

a) ☐ Não

b) ☐ Ao aluno

c) ☐ Aos pais/responsáveis

OBS1: no caso positivo, quais: _____

OBS2: outros procedimentos são adotados: _____

Q7. A escola possui programas de orientação para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis:

a) ☐ Nunca houve

b) ☐ Não

c) ☐ Sim, qual: _____

Q8. Quais são os tipos de violência que já presenciou e/ou que ocorrem nessa escola e que mais te preocupam:

a) ☐ Nunca houve

b) ☐ Físicas (empurrões, bater, chutos, cutucões, socos, ferir, beliscar, atirar objetos na vítima)

c) ☐ Verbais (insultar, apelidos, xingar, gozações, piadas ofensivas, caçoar, deboches, ameaças)

d) ☐ Constrangimentos sociais (humilhação, ridicularização, exclusão, isolamento, descaso, etc.)

e) ☐ Constrangimentos simbólicos (preconceitos, aterrorizar, desigualdades, discriminação, etc.)

f) ☐ Material contra o patrimônio e equipamentos da escola (pichação, depredação, roubo, furto)

Q9. Você já sofreu algum tipo de violência praticada por aluno:

a) ☐ Não

b) ☐ Sim () Física () Verbal () Constrangimento social () Constrangimento simbólico

Q10. Você já participou de algum evento, curso, seminário e/ou palestra sobre violência, promovido:

Na sua escola:

- a) ☐ Sim b) ☐ Nunca houve c) ☐ Houve, mas não participei
e/ou

Fora da escola:

- a) ☐ Sim b) ☐ Não c) ☐ Houve, mas não participei

Q11. Você é capaz de identificar:

Os tipos de violência:

- a) ☐ Sim, quais? _____ b) ☐ Não, Por quê?

A relação entre o ato de violência, infração, conduta descrita como crime ou contravenção penal:

- a) ☐ Sim, qual? _____ b) ☐ Não, Por quê?

As medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis:

- a) ☐ Sim, quais? _____ b) ☐ Não, Por quê?

Q12. Como você se sente no ambiente escolar:

- a) ☐ Seguro b) ☐ Inseguro c) ☐ Ameaçado d) ☐ Constrangido e) ☐ Humilhado

Q13. Você já sofreu algum tipo de violência praticada por algum servidor/empregado da escola – Exemplo: diretor (a), professor (a), porteiro (a), zelador (a), merendeiro (a):

- a) ☐ Não b) ☐ Às vezes
c) ☐ Sim () Física () Verbal () Constrangimento social () Constrangimento simbólico

Q14. Em caso afirmativo (Q9 e/ou Q13), assinale o que você fez:

- a) ☐ Nada b) ☐ Gritou

c) ☐ Chamou o professor

d) ☐ Chamou alguém da direção

e) ☐ Chamou os pais/ responsáveis

f) ☐ Outras autoridades
(Conselho de Tutelar;
Delegacia de Polícia;
Ministério Público,
Judiciário).

Q15. Você já praticou ou pratica algum tipo de violência contra algum membro da comunidade escolar – Exemplo: aluno (a), diretor (a), professor (a), porteiro (a), zelador (a), merendeiro (a):

a) ☐ Não

b) ☐ Às vezes

c) ☐ Sim () Física () Verbal () Constrangimento social () Constrangimento simbólico

Q16. Em caso afirmativo (Q15), você ou seus pais/responsáveis receberam alguma punição:

a) ☐ Não, quais punições poderiam ter sido aplicadas? b) ☐ Sim, qual? _____

Q17. Você já ouviu falar do professor mediador:

a) ☐ Não

b) ☐ Sim

Q18. Na sua escola tem professor mediador:

a) ☐ Sim

b) ☐ Não

c) ☐ Já existiu

Q19. Você acredita que os problemas de conflitos e violência na escola estão relacionados aos fatores culturais, familiares e sociais, associados ao despreparo de profissionais e instituições:

a) ☐ Sim

b) ☐ Não

OBS1: em caso negativo, cite as causas da violência no ambiente educacional:

Q20. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Você já tem conhecimento dessa lei:

a) ☐ Sim, cite como você teve conhecimento.

b) ☐ Não

APÊNDICE III

Guião de Entrevista



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Mestranda: Rinete Emiliana Alves de Souza

e-mail: rineteklly_6@hotmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Professor(a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão). Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Qual a sua cor:
- Formação e tempo:
- Função e tempo:
- Tempo de experiência docente:

Q2. Conhecimento acerca de Violência

- O que é violência para você?
- Você considera a escola que trabalha violenta? Quais são os tipos de violência que já presenciou/ou que ocorrem nessa escola e que mais te preocupam? Se não, por quê?
- Com que frequência acontecem essas violências?
- Qual a faixa etária do infrator?

- Como são as formas dessas violências (**violência na escola:** exógenas – defora para dentro, **violência da escola:** endógenas – de dentro para fora, ou é a **violência para com a escola:** instituição – contra o patrimônio)?
- Qual o local da escola e horário que acontece essas violências (ex: sala de aula, banheiro, corredores, na entrada da escola, no intervalo, na quadra, sala da direção, etc.)?
- Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem? Qual? O que você fez?
- Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

Q3. Práticas educativas acerca de Violência Escolar

- Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência? Como?
- Quais os procedimentos adotados quando há problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?
- Há medidas aplicadas ao infrator, aos pais ou responsáveis?

Q4. Políticas Públicas e Violência Escolar

- Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis? Quais?
- Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?
- Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA?
- Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola, mais precisamente na sala de aula?
- Como transformar uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?
- O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

APÊNDICE IV

Guião de Entrevista



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Mestranda: Rinete Emiliana Alves de Souza

e-mail: rineteklly_6@hotmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Educador(a) de Apoio:

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão). Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Qual a sua cor:
- Formação e tempo:
- Função e tempo:
- Tempo de experiência docente:
- Tempo de experiência no cargo de Educador(a) de Apoio dessa escola:

Q2. Conhecimento acerca de Violência

- O que é violência para você?
- Você considera a escola que trabalha violenta? Quais são os tipos de violência que já presenciou/ou que ocorrem nessa escola e que mais te preocupam? Se não, por quê?
- Com que frequência acontecem essas violências?
- Qual a faixa etária do infrator?

- Como são as formas dessas violências (**violência na escola**: exógenas – defora para dentro, **violência da escola**: endógenas – de dentro para fora, ou é a **violência para com a escola**: instituição – contra o patrimônio)?
- Qual o local da escola e horário que acontece essas violências (ex: sala de aula, banheiro, corredores, na entrada da escola, no intervalo, na quadra, sala da direção, etc.)?
- Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem? Qual? O que você fez?
- Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

Q3. Práticas educativas acerca de Violência Escolar

- Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência? Como?
- Quais os procedimentos adotados quando há problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?
- Há medidas aplicadas ao infrator, aos pais ou responsáveis?

Q4. Políticas Públicas e Violência Escolar

- Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis? Quais?
- Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?
- Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA?
- Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola, mais precisamente na sala de aula?
- Como transformar uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?
- O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

APÊNDICE V

Guião de Entrevista



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Mestranda: Rinete Emiliana Alves de Souza

e-mail: rineteklly_6@hotmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Diretor(a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar a interferência das políticas públicas no âmbito da prevenção e repressão da violência escolar, no ensino médio, em 02 (duas) cidades do litoral (Recife) e sertão (Solidão). Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Qual a sua cor:
- Formação e tempo:
- Função e tempo:
- Tempo de experiência docente:
- Tempo de experiência no cargo de Direto(a) dessa escola:

Q2. Conhecimento acerca de Violência

- O que é violência para você?
- Você considera a escola que trabalha violenta? Quais são os tipos de violência que já presenciou/ou que ocorrem nessa escola e que mais te preocupam? Se não, por quê?
- Com que frequência acontecem essas violências?
- Qual a faixa etária do infrator?

- Como são as formas dessas violências (**violência na escola**: exógenas – defora para dentro, **violência da escola**: endógenas – de dentro para fora, ou é a **violência para com a escola**: instituição – contra o patrimônio)?
- Qual o local da escola e horário que acontece essas violências (ex: sala de aula, banheiro, corredores, na entrada da escola, no intervalo, na quadra, sala da direção, etc.)?
- Sua escola tem professor mediador? Você sabe quais são as atribuições do professor mediador escolar? Em sua opinião, de que forma o mediador pode atuar para evitar e diminuir os problemas de conflitos e violência da escola?
- Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

Q3. Práticas educativas acerca de Violência Escolar

- Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência? Como?
- Quais os procedimentos adotados quando há problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?
- Há medidas aplicadas ao infrator, aos pais ou responsáveis?

Q4. Políticas Públicas e Violência Escolar

- Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração (conduta descrita como crime ou contravenção penal), como também das medidas aplicadas ao infrator, aos seus pais ou responsáveis? Quais?
- Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?
- Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA?
- Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola, mais precisamente na sala de aula?
- Como transformar uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?
- O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

APÊNDICE VI

Respostas da Entrevista



Hoje Quinta Feira, 17 de Dezembro de 2015 As 9h33m iniciaremos a entrevista com a Primeira professor da escola Erem Sizenando Silveira, Recife Pernambuco.

Professora entrevistadora: Rinete

Idade: 47 anos , **Gênero:** Masculino **Cor:** Branca

Formação: Graduação em Historia, Técnico em Saneamento,

Tempo: 10 anos

Tópico2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão: O que é violência para você?

R: De maneira geral acho que toda forma de agressão que você faz com a outra pessoa tanto física mais a violência psicológicas, por exemplo, e outras formas até de violência que eu não saberia classificar agora, por exemplo, você vai em um ônibus de repente entra alguém de uma determinada religião que quer passar uma palavra, eu acho isso uma forma de agressão por que de repente já fere a religiosidade do outro que não é a mesma, então elementos desse tipo.

Questão: Você considera a escola que trabalha violenta?

R: Não , de forma alguma em linhas gerais não eu já trabalhei em escolas que eu diria , até voltando a essa ideia anterior de que forma de violência, agressão nunca vi uma agressão física, e agressão verbal é aquela coisa de adolescente das que presenciei que é aquela coisa que a gente contorna ali que a gente tem dentro de família então no meu olhar no pouco tempo que tenho de que eu conheço da escola eu não considero, dentro dessa situação eu não vejo , vejo outra brincadeira que a gente poderia enquadrar no Bullying mais que às vezes até entre eles mesmos eles dão um desconto , a gente traz , traz a consciência trabalha alguns conceitos, pequenas violências são do cotidiano até por que eu tenho um perfil muito rígido no sentido que disciplina, eu acho que tudo sobre tudo no começo quando a brincadeira é por uma situação de cor de uma maneira desrespeitosa ainda que não intencionalmente, ainda que às vezes a gente converse e eles quando chamam diz

não professor estou chamando ele de negão mais, será que ele se sente ofendido às vezes ele não esta nem sempre ofendendo por que aquilo não é intencional mais, que a gente conhece que tem dentro da sociedade se eu considero isso dessa forma acho que vez ou outra a gente tem mais violência aquela violência física, formas de agressão, por exemplo, pelos alunos a gente percebe que algumas até acha engraçado isso e aí você conscientizar que isso começa a gerar uma forma de violência e lá na frente isso pode se desdobrar, quando a gente a agressão do homem com a mulher, aquela ideia do machismo, do patriarcalismo, que a mulher tem um lugar específico e que ele é a gente ver um pouco isso ainda que incipiente e se a gente não trabalhar nesse primeiro momento isso lá na frente pode gerar, por exemplo, eu tenho na disciplina de direitos humanos é uma aula por semana em cada turma, eu acho que talvez uma pessoa de português ou matemática como eles tem carga horária maior eles possam te dizer-te de uma resposta e vão ter claro um outro olhar que o meu.

Questão: Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R: nossa faixa etária, por exemplo, é dos 14 aos 17 anos, eu vejo que são pessoas mais jovens um ou outro são pessoas com 17 anos eu tenho observado principalmente isso nas turmas de 1º ano que é uma turma que está vindo de outra escola de outro olhar e está se adequando, mas na outra escola que eu atuei por nove anos, eu percebia isso nas turmas iniciais, que são turmas que vêm de outro processo que chega numa realidade diferente ela começa a se adequar então geralmente pessoas mais jovens, numa faixa de 15 anos.

Questão: Quais são as formas dessas Violências?

R: Eu não vi aqui ao patrimônio da escola, mais, por exemplo, às vezes o que eu vejo nesses pequenos elementos um monte de atos externos internamente você tem? Tem por exemplo tivemos os jogos escolares internos agora que eram jogos pela paz, obviamente que no ambiente de disputa a uma agitação maior então adolescente e disputava você tem certa animosidade e começa aquela coisa que a gente vai ganhar e encima disso mais o pessoal trabalhou isso, eu não presenciei físico, mais algumas verbalizações, algumas agressão, quando era percebido isso o pessoal chagava junto, ou menos ou mais existente que o professor tenha, e no segundo momento aquela discussão, geralmente quando cega depois dos jogos eu chamo gente olhe, aí aquela ideia que eles apadrinham então é minha turma aqui internamente estou nessa sala então eu brinco, eu tiro, eu vou perturbar, mais se é algum de fora então eu já opa não, é como se dissesse assim é meu não meche, então aí estava primeiro ano tão contra segundo ano tal, aí era aquela coisa de primeiro e primeira tal, eu presenciei no momento isso onde os alunos.

Questão: Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem, qual e o que fez?

R: Aqui não, acho que no meu terceiro ano como professor em uma escola aqui na região norte, ele começa a ser grosseiro eu digo a ele estava exacerbando e digo

pra ele melhor você para por que você já esta chegando, ai é muito chato independente de qualquer coisa existe limites então ele fala mal ele faz uma ofensa pessoal, e eu não vou te dar parte mais na minha aula você não fica, e eu levo até a secretaria e ele começa a falar mais alto, continua o xingamento e chega ao determinado momento ele vira e vem eu agredir, ele tenta eu agredir fisicamente mais ai eu bloqueie a agressão dele e o secretario que já tinha escutado os gritos dele as ofensas já estava se encaminhado chega o segura e o leva a direção e lá eles tomam a providencia, inicialmente eles iriam expulsa-lo, mais posteriormente acharam melhor transferi-lo mais eu tinha dito que na minha sala ele não voltaria.

Questão: Para você quais os aspectos causadores no ambiente educacional?

R: Olha no ambiente educacional a minha impressão é que essas pequenas provocações elas são como um estopim o gatilho pra situações anteriores aqui ou em outras escolas, sobretudo que eu vejo que há uma disciplina há uma autoridade e não autoritarismo sou contra a forma de autoritarismo, mais eu entendo e acredito que autoridade ela deve fazer parte ele deve ficar muito claro, olha isso aqui é um ambiente e obvio minha aula, por exemplo, ela chega um determinado momento que a gente brinca a essa liberdade mais ela não ultrapassa a ponto de prejudicar a pratica, de prejudicar a transmissão do debate a aula, então a grande impressão em alguns momentos eu olho e observo eu procuro verificar, geralmente são de pessoas de determinadas localidades, de determinadas Aírias, mais sobre tudo e às vezes de Aírias consideradas de baixo risco, sem risco mais, sobretudo onde a família esta bem estruturada, eu vou dizer pouco em relação ao montante mais o que tenho observado , quando eu vejo eu pergunto olha o que foi que aconteceu , teve alguns casos em que fulano estava envolvido com droga, fulano esta consumindo drogas você vai olhar ou pai ou mãe, ele não tem uma família um núcleo familiar ou é criado com os avos, outro ou outra, por exemplo, algumas garotas que não foram criadas pelos pais foram criadas pelos avos, aquela ideia que os avos às vezes da fisicamente tudo, mas não tem essa boa relação não conversa a própria formação dos pais por vezes é um elemento que a gente percebe ate por que é aquela velha ideia não se se mito, não tenho esses dados mais é como se a escola fosse resolver tudo quando na realidade a gente é um complemento, mesmo nessa ideia da escola integral ela não esta perfeita acho que ele precisa outros elementos pra ficar, por vezes o que nos temos é uma escola de tempo integral não uma escola integral, eu acho que uma escola integral ela tem que oferecer outros elementos e não apenas aqueles elementos que estão no papel, ela precisam positivamente. Não é. Só uma conjuntura mais é permite que os professores mais a gente tenha que cumprir uma carga horaria e realmente você, você às vezes perde um pouco até possibilidade de trabalhar outras formas de trazer outros elementos, claro trazer aquele conteúdo obrigatório àquela necessidade mais você trazer outros elementos que são fundamentais e que são feitas pelos professores aqui e vários projetos paralelos mais que esses projetos não têm um alcance maior e agente que esta como professor, a gente que sabe que eles poderiam ter um alcance maior por

que você tem um tempo muito limitado, eu dou aula aqui mais dou aula em outro lugar também, mais a maioria dos professores tem outra jornada a noite então você obviamente não consegue avançar em determinados projetos e o que seria integral nessa, é que você pudesse sentar com professor de Arias e de outra Arias e fazer algo mais em relacional um projeto mais amplo que você consiga isso ainda é feito, mas eu tenho a sensação de que você poderia alcançar, mas dentro da escola, então na maioria dos elementos que eu vejo são situações externas que às vezes são potencializadas é um aluno que é muito calmo ai as pessoas começam a brincar que ele é muito calado, mais ele tem uma carga de formação de pais separados, de pais que brigam sós pra você ter ideia não aqui, mas eu tive uma aluna que chegou e disse professor eu tinha tudo pra não dar certo e eu perguntei por quê?E ele relata em breves linhas o quer que eu possa dizer uma das coisas que ela diz é que as nove anos ela teve que ficar de costas ela, a irmã e a mãe e escutar o pai apanhando dentro de casa por que o pai estava envolvido o trafico. Ai às vezes a gente relata isso você não tem um acompanhamento social da escola, na unidade então pra você conseguir isso você não tem orientação eu não tenho a formação por, mas que eu possa entender eu não tenho a formação nessa aria para ir e dar uma assistência maior, mais em linhas gerais o que eu vejo é algo externo algo que vem de fora uma situação em que a ausênciado estado em cumprir suas funções, sobretudo no que diz respeito à questão da família é uma família muito desestruturada ela traz um estrago violento e olha que eu não sou religioso muito menos conservador mais acho que tem alguns elementos que são assim gritantes.

Tópico 3Praticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência?

R: Ai eu acho que tu precisarias entrar em contado com a coordenadora eu não saberia te precisar essa informação ate como te falei o pouco tempo que estou aqui não participei de algumas reuniões que sempre tem em início de semestre, início de bimestre, é como estou te dizendo como não vejo algo tão gritante certo, as coisas que eu vejo são muito da ordem disciplinar então se trabalha muito isso e por mais agitados que os alunos sejam eu acho que cada caminho é um professor , quando um professor ele tem o domínio da sala ele não se nega a deixar as coisas claras deixando eu não falo isso mais uma vez com autoritarismo mais com alteridade acho que isso evita bastante pelo menos nesseperfil de uma escola urbana que recebe públicos de deferentes locais, e não é um local fechadinho de uma comunidade que ai você poderia ter uma caracterização, mas especifica.

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola?A quem você encaminha o infrator?

R: Olha pelo que eu vi pelo que eu testemunhei é isso o aluno é chamado acredito que ele passa logo pela coordenação pedagógica, e a direção e dependendo da infração o normal que eu vejo em linha geral é o de que dependendo obvio da inflação a comunicação com os pais à presença dos pais ou responsáveis para tentar identificar.

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Mais uma vez eu te digo em relação você tem que ver com a coordenadora ela seria mais especifica. Mais pela normalidade sim tem alguma coisa geralmente em outras escolas desde aquela suspensão especifica no determinado momento dos casos mais graves uma transferência não presenciei isso aqui.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão: Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? Quais?

R: O que eu posso adiantar, por exemplo, dentro dessa disciplina de direitos humanos isso é discutido, como todos esses elementos a questão do idoso, a questão Maria da penha, questão da homofobia tudo esta dentro do conteúdo de direitos humanos mostrando algumas leis todas as escolas passam e lembram e ai eu nunca lembro a lei que o desacato a um funcionário a um professor, um funcionário público dentro do momento que ele esta exercendo é passivo de punição, tudo isso é sempre discutido.

Questão: Como se efetiva a politica de atendimento dos diretos da criança e do adolescente na escola?

R: Essa não vou saber te responder.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da politica pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: dentro das disciplinas a gente trabalha justamente isso a questão do respeito a discussão de autoridade ,mais ai essa é uma questão muito especifica e lamentavelmente não vou poder te ajudar pelo pouco tempo que estou aqui .

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da politica pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Olha na sala de aula dentro dessa situação por exemplo em BH é trabalhar especificamente alguns elementos e dentro de outras disciplinas estou te falando

pelo meu procedimento mais obviamente é outro elemento que você precisa falar com a coordenadora.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: é a presença da comunidade na escola, nos projetos, mais efetivamente eu acho que são poucos projetos que passam uma ideia a sociedade que no momento que se organiza determinadas políticas públicas isso por se não estou dizendo que não exista projetos mais estou dizendo que efetivamente essas situações no atendimento real a família que não é apenas um projeto isolado mas é articular esses projetos e a presença do estado efetivamente e não apenas na fala no discurso, eu não vejo a presença do estado a gente ver uma diminuição de um determinado contingente tudo isso reflete você entra no atendimento em excelência na sala você combate regular a educação a reconstrução da pessoa claro que sim é a prevenção, eu converso com algumas pessoas que vimos isso, então se ele faz eu não vejo mais se enquanto estado não estiver presente na primeira chuva se não tem um bom alicerce desmorona.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Aqui eu acho tão pequeno, independente de qualquer coisa é tão mínima que eu acho que aqui é tranquilo a não ser que tenha outros elementos que eu não tenha contato, mais aqui eu acho que a forma até por que o público é muito específico que dizer é diverso por que eles vem de várias regiões então eu acho que teria que ver talvez olhar esses casos, eu conversava a alguns anos que agora por outro lado por exemplo você tem uma polícia que precisa de muito humano ainda que mau remunerada, mau aparelhada por exemplo o combate esse questão da corrupção que esta em alta a cola é uma corrupção e você esta criticando tanto isso mais você esta cometendo, então são essas coisas essas pequenas contraversão, pequenos desvios que lá na frente como te falei anteriormente o caso do camarada que é extremamente machista, arrogante e trata a menina como se você é um pedaço que eu tenho que usar pro meu prazer, se você identificar isso, eu particularmente vou trabalhando mais obviamente você não pode chegar tão incisivo, pra chamar a atenção de adolescente precisa de todo o cuidado como isso, mais eu acho que um dos elementos fundamentais eu acho que a presença do estado externo e dentro de uma escola a presença de um profissional não sei especificamente qual o problema a gente escuta casos nas escolas de violência doméstica e eu penso que é a presença de um profissional nessa área, eu vou deixar de te respeitar? eu até brinco que meu time embora seja o melhor é diferente do teu a gente discute isso e trabalha isso na tentativa de você acordar um pouco pra mostra que as pessoas são diferentes em todos os sentidos não sei se essa é a coisa certa a fazer, existe uma lei ela vai dizer o que vai ser direito o que vai ser possível, mais ainda te falo que

meu olhar olhando fulano e sicrano ,passo um bom tempo com a turma por mais que você entre poucas vezes a ter esse filem

Hoje Quinta Feira,17 de Dezembro de 2015 As 10h37m iniciaremos a entrevista com a Segundoprofessor da escola Erem Sizenando Silveira,Recife Pernambuco.

Professora entrevistadora:Rinete

Idade:39 anos**Gênero:**Masculino **Cor:**Branco

Formação:Pós-graduado e tenho varias graduações, sou formado em filosofia, História, direito, pedagogia, psicanálise e atualmente estou fazendo educação física

Função: professor**Tempo:**10 estado 4 anos em rede privada

Tempo de experiência docente: 15 anos

Tópico 2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão: O que é violência para você?

R: Qualquer agressão física, agressão psicológica , na verdade o termo violência vem dos gregos e violência era até uma questão climática uma chuva forte era chamada de violencie , então violência hoje em dia subtendesse como um ataque físico ou moral a pessoa.

Questão:Você considera a escola que trabalha violenta?

R: Não , aqui na escola como é uma escola de nível médio cheios de adolescentes , tem aquele clima de achar que adolescentes é muito intempestivos eu vejo o contrario aqui eu vejo um pessoal muito solidário, muito compreensivo, muito unido entre eles , aqui ou lá tem um arranho de comunicação mais nada mais que isso , arranhos de comunicação é os termos que eu prefiro dar mesmo quando tem assim um atrito nada que eu não precise nem segurar o aluno basta impor a voz um pouco mais alta que eles reconhecem que erraram e pedem desculpas e nada que vá a agredir tanto .por que assim o que ocorre é um tipo de palhaçada , uma coisas desagradável mais brincadeira não pode ser chamado ,brincadeira é quando todos os envolvidos saem sorrindo não um sai ofendido ou machucado dali , ai geralmente é muito raro acontecer algo que as vezes nem precisar de interferência do professor entre eles um acaba repensando e pedindo desculpas um ao outro ,vamos dizer mensal.

Questão:Qual a faixa etária do infrator?

R: Como os alunos daqui são todos entre 14 e 16 anos de idade a faixa etária é essa.

Questão:Quais são as formas dessas Violências no caso é de dentro para fora ,de fora para dentro ?

R:Já que inclui essa violência de dentro para fora, essa é mas frequente como aqui é uma escola de centro e ao lado de parque então aqui acontece muitos furtos , acontece muitos roubos por exemplo os trombadinhas ficam na redondeza e roubam constantemente celulares e carteiras de alunos daqui ,é violência externas ou seja ultimamente os policiais tem passado mas tempo aqui dentro mas constantemente os alunos da escola eram roubados não só fora dos muros e na redondeza da escola como dentro os ladroes entravam no pátio da escola e muitas vezes roubavam os alunos , as vezes aqueles casais de namoradinhos que se afasta um pouquinho fica mais perto do muro uma coisa ou outra então os ladroes por volta constantemente roubavam os alunos aqui dentro da própria escola, é por isso que agora tem mais policias presente por que a diretora começou a ficar muito em cima pedindo uma constância maior da patrulha escola

Questão:Qual local e horário que acontece essas violências

R: Geralmente na chegada ou saída que é o momento que os alunos estão chegando de casa aqui ou estão largando , então os ladrões em volta estão constantemente roubando principalmente celulares e fones de ouvidos dos alunos

Questão:Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem, qual e o que fez?

R: Sofri sim , nunca por parte de aluno , sofri uma vez por conta de um professor uma vez aqui da escola é bem problemático, difícil de se conviver ele já praticou o ato com outras professoras , como ele já é recorrente no assunto ela já esta respondendo a secretaria de educação por conta por conta disso ele esta respondendo um processo na parte administrativa esta ate pra sair da escola por que não foi um fato isolado comigo foi com uma sequência de professores mais comigo pra não da margem a outros eu fui e denunciei na policia

Questão:Para você quais os aspectos causadores de violênciano ambiente escolar ?

R: É que as vezes um não ver a opinião do outro como um opinião diferente , leva a opinião do outro como uma opinião errada , opinião diferente da minha é uma opinião errada , todos tem um bom gosto, todo mundo acha que o outro é que tem mau gosto por gostar de uma coisa que o outro não gosta , ai você nunca ver aquele gosto comum um gosto diferente ver como um mau gosto, se você gosta de amarelo você acha que quem gosta de azul é que tem mau gosto , se você gosta de musica X e X o que não gosta daquela musica que você gosta, e gosta da musica que você

não gosta é que tem o mau gosto, aí eu sempre digo o que é ter mau gosto é você gostar de algo que o outro não gosta, o que ter opinião errada é o outro ter uma opinião diferente da sua uma opinião errada e não uma opinião diferente então esse ponto de vista do ser humano em achar que ele a referencia em gosto em opinião em atitude.

Tópico 3 Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência?

R: Tem desde o início do ano os alunos estão chegando à escola, a gente faz os projetos sempre trabalhando a questão do Bullying, o Bullying que é muito falado hoje em dia que está muito na moda é uma coisa que a turma acha que é uma coisa nova, nova é a palavra o ato sempre existiu e sempre vai existir por que o ser humano não aceita as diferenças aqui na escola em relação a Homossexualidade há esse problema é que percebe claramente aqui que vários alunos e principalmente alunas homossexuais e não se percebe nenhuma rejeição por parte dos outros alunos eles conseguem conviver com eles facilmente, as vezes o Bullying é mais por causa de caçoar um do outro por conta de time, teu time não presta aquela discussão em fim uma coisa ou outra mais sobre a homossexualidade não existe isso aqui, é entre os alunos a gente percebe que essa aceitação está muito maior do que entre os adultos hoje em dia eles convivem na maior tranquilidade e tem até uma lição para os adultos em relação a assim mais é grupo bom.

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R: Comigo nunca ocorreu um caso pra precisar encaminhar, o comum quando acontece algo de pequeno porte os professores mesmo resolve, mais em alguns casos não podem ser omitido da coordenação então encaminha esse a coordenação ou a gestão, aqui nós temos 3 (Três) patamares de encaminhar o aluno, nós temos a coordenação pedagógica, temos a coordenadora de disciplina que é uma psicóloga que atua aqui na escola e não é toda as escola do Estado que tem essa função mais nós temos isso aqui e que trabalha muito em comum com os pais ela está sempre ligando para os pais para falar das frequências dos atrasos dos alunos que chegam atrasados constantemente quando tem muitas faltas ela liga para os pais para comunicar e muitas vezes os pais não sabia que o aluno estava faltando e muitas vezes descobre que os pais não estava sabendo da quantidades de faltas então está sempre em contato escola e família, por conta disso a gente consegue um trabalho muito bom ou quando não resolve nessas duas estancias aí é levado para a gestão, já ocorreu de outro tipo de violência como por exemplo os pais não aceita a homossexualidade da filha ou do filho, ameaça a tirar da escola ou proíbe de vir pra escola ou uma coisa ou outra, ou não comparece a escola quando

chamada pela gestão para acompanhar algum andamento aí a gestão vai e ameaça e diz que denuncia para o conselho tutelar então a família por receio vem e resolve normalmente.

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Como eu te falei, não posso falar nessas medidas por que estarei entrando em contradição já que te falei que aqui não ocorre isso, não ocorre essas violências grandes, é comunicado aos pais é uma comunicação óbvia ocorreu isso, ou tal coisa, mais nada de punição. Nada que mereça essa palavra.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão: Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? E quais?

R: Esse esclarecimento tomamos com o conselho tutelar, por questão de vizinhança fica fácil o conselho tutelar a fazer palestras aqui na escola explicando tudo isso então constantemente tem isso aí a gente chama o conselho tutelar e às vezes até mesmo a patrulha escolar alguns sargentos vem aqui e fazem palestras com os alunos para tirar deles aquelas ideias que são menores e podem fazer e não terá punição a isso fica clara e que muitas vezes até a família responde por isso é logo esclarecido no começo do ano e em relação a depredação do patrimônio que eu acho que tem algo que diz respeito a isso, aqui na escola é o contrário eles não só não depredam como ele é que fazem as coisas, nós fizemos uma campanha um projeto onde os alunos pintaram o Banheiro, ajeitaram bancas, lavaram a escola então às vezes eles discutem entre eles que o dia de fulano fare e outro fulano sujou então eles mesmos discutem com isso se eles chegarem na sala e estiver muito suja eles procuram a direção e pergunta porque não mandou o pessoal fazer hoje, às vezes eles reclamam tanto que pra eles não reclamar mais eles trazem vassoura e deixa na sala, vassoura, pá, balde, observe a sala está vendo que não está tão suja, esta razoavelmente limpa por que eles estiveram aqui e eles é quem mantem isso aqui assim, então em relação a depredação do patrimônio a gente não temos essa mazela aqui na escola.

Questão: Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R: É como te falei, já com palestras no início do ano com o pessoal do conselho tutelar e o pessoal da patrulha escolar e fora o trabalho cotidiano de cada professor.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Bem a nossa clientela é uma clientela muito boa, mais querendo ou não é uma escola de centro não uma escola de bairro os alunos não são da circo vizinhança são de bairros cada um ais distante e ate de outras cidades aqui temos alunos de Paulista, temos aluno de Olinda , de Jaboatão tudo distante ate de Camaragibe tem aluno aqui ,então fica meio complicado por que não tem uma clientela homogenia é muito heterogenia por que uma parte vem da rede privada e o nível é X e a outra parte vem de escola do município e o nível é Y , então homogeneizar e trabalhar digamos de forma coesa é meio complicado no inicio do ano você nivelar comportamentos, atitudes visão de mundo etc.. Mais isso ai é logo trabalhado no inicio do ano.

Temos aqui uma cadeira especifica pra isso que é a cadeira de direitos humanos, apesar de direitos humano ser trabalhado na sociologia ser trabalhado na filosofia ser trabalho na outra de disciplina nos temos uma cadeira que foca especificamente nisso e essa cadeira tem alguns conteúdos que é voltado para questão de politicas publicas para crianças e adolescentes, a questão dos direitos humanos ,a questão do ECA e sucessivamente .

Questão:Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da politica pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Temos na rede integral uma visão de que não é bom aborda a questão do tema negativo , em vez de nos pegarmos e falarmos da violência na sala de aula em vez de falar sobre isso vamos falar da paz, vamos falar do respeito e não só focar numa questão negativa ,não falar sobre violência , falar sobre o respeito , a solidariedade fale nesses fatores positivo ou seja se a gente que trazer a discussão do Bullying ao em vez de falar ada violência do Bullying vamos falar do respeito, vamos falar da aceitação , vamos falar dos fatores positivos.

Questão:Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: O respeito , os professores geralmente o mau de uma boa parte de professores não generalizando e exigirem respeito , respeito não se exige se faz por merecer , se os professores dão o respeito ao jovens aos adolescentes recebera isso em troca eu aqui constantemente com os meus alunos não mim chamam de senhor ou de professor mim chamam só de Enilton isso gera uma a proximidade e eu nunca precisei gritar pra calar a boca ou gritar pedindo silencio eu entro na sala e mim calo eles percebem que quero silencio e se calam também , os professores apenas exigem eu não preciso exigir obediência eu basto estimula a consideração eu digo o eu não quero que vocês mim respeitem basta mim considerar , eu não quero mim obedeçam basta ter consideração por mim se vocês tiverem consideração por mim não vai ter que mim obedecer, ai eu digo tem dois tipos de pai ,tem aquele pai que quando vai trabalhar o filho sente falta e chora por que queria que o pai ficasse em casa , e tem aquele pai que quando vai trabalhar o filho sente um alivio por que esta

ficando livre daquele pai naquela hora , tem pai que quando esta chegando do trabalho o filho corre pra abraçar no meio da rua , o outro pai quando esta chegando o filho entra pra se esconder , ai eu digo a mesma coisa é com os professores então cada professor tem sua forma de um quer impor o medo se você não obedecer vou tirar um ponto, vou marca hoje na prova , vou mandar pra direção e tem aquele outro professor que não precisa fazer nada disso por que ele atrai simplesmente pelo respeito pela consideração ,pela amizade e ai eu não vou precisar pedir silenciai eu caladinho e se cala todo mundo é muito melhor assim eu prefiro segui o método salesiano , o método do dom Bosco,

Questão:O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R:Bem se eu for minimizar uma escola dessa aqui eu chegaria no céu , eu não vejo nada daquilo que a imprensa mostra , violência, agressão ao professor , eu trabalhei em três escolas publicas ao longo de minha temporada no estado e nem uma das três ,eu tive atritos com alunos ou vi atritos graves de aluno com professor , eu não vejo eu não vejo essa coisa que a imprensa mostra com os adolescentes eu não vejo isso na vida real , eu não vejo nada daquilo eu não estou negando que exista mais eu ainda não trabalhei com esse tipo de realidade .

Hoje Quarta-Feira,20 de Abril de 2016 As 14h55m iniciaremos a entrevista com a Terceiro professor da escola Erem Sizenando Silveira,Recife Pernambuco.

Professora entrevistadora: Rinete

Idade:47anos**Gênero:**Masculino**Cor:**Pardo

Formação:Licenciado em Geografia e Bacharel em Geografia pela Universidade federal de Pernambuco

Tempo de Formação: 24 anos**Função:** professorcom duas disciplinas geografia e empreendedorismo**Tempo:**nessa escola desde 2013

Entrei em julho de 1993 no estado na escola que trabalhei passei em torno de 5 (cinco) anos em sala de aula, depois mais 15 (quinze) anos em direção de escola voltando pra sala de aula agora em 2013.

Tempo de experiência docente:23 anos

Tópico 2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão: O que é violência para você?

R: Pra mim violência é toda a forma de agressão, constrangimento, o que causa medo, o que pode causar vergonha, o que causa ameaça ou até a Morte, algum dano.

Questão: Você considera a escola que trabalham violenta, quais são os tipos de violência que já presenciou ou que ocorre nessa escola e que mais te preocupa? Se não, porque ?

R: Primeiro se eu considero essa escola violenta ! Não de forma alguma, qual o tipo de violência que eu tenha presenciado se for contra a uma pessoa, foi Bullying mais ai foi a única que eu vi. Agora contra o patrimônio tem a pichação mais é de forma muito rara , então não é tão preocupante por que a gente tratou e resolveu.

Não a um trabalho sistemático nesse sentido, mais assim nos temos disciplinas como direitos humanos que trabalha essa questão além de outras trabalha essa questão na disciplina anualmente trabalha, e assim de uma disciplina de outra disciplina de alguma forma em algum tema de acordo com a disciplina é tocado nesse assunto e é trabalhado de alguma forma.

Questão: Com que frequência acontece essas violências?

R: Raramente, por exemplo, esse ano foi identificado, eu não estava presente, foi lá em baixo nos forms notificados que um grupo de alunos praticarem Bullying com um de nossos alunos, porém foi feito ai um trabalho de conscientização em se já como foi identificado foi um grupo grande foi identificados só alguns nomes através de uma conversa com eles na turma, foi reconhecido o erro e foi revertido isso ai sem maiores problemas.

Questão: Qual a faixa etária do infrator?

R: Creio que tenha sido o primeiro ano então a faixa etária do 1º ano é entre 13 e 16 anos aproximadamente.

Questão: Quais são as formas dessas Violências no caso é de dentro para fora, de fora para dentro?

R: Bem a violência que falei dentro da escola seria praticamente um desentendimento ou outro mais não chega a tanto, e agente identifica como essa escolase localiza no centro da cidade um lugar bastante aberto ,já aconteceu vários casos externos aqui próximo a escola no entorno da escola como por exemplo assalto.

Questão: Qual local e horário que acontece essas violências

R: Na escola como falei local seria no pátio ou próximo a quadra próximo aos muros, que aconteceu justamente pratica de assalto é mais externos.

Questão: Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem, qual e o que fez?

R: Não ! Nenhum tipo.

Questão: Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

R: As vezes o incentivo de outros colegas normalmente vem de uma questão externa para dentro da escola, por exemplo poderia sugerir algum filme , alguma novela, televisão que possa influenciar a trazer essa violência para dentro da escola alguma coisa que acontece na comunidade que pode de repente se achar comum normal e trazer pra dentro da escola, mais seria coisas que eles trazem e não acontece e desenvolve aqui dentro.

Tópico 3: Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento escolar ele envolve ações de prevenção e repressão à violência e como?

R: Bem vou falar o seguinte, dentro do planejamento de cada disciplina acredito que efetivamente só na disciplina sociologia e direitos humanos principalmente direitos humanos que tem uma parte mais especial pra alguns tipos de violência, agora na escola durante as reuniões interdisciplinares normalmente a gente sugere quando há necessidade sugere temas mas eu não me lembro ultimamente ter sugerido esse tema por conta justamente por não acontecer essas violências aqui, não é comum se fosse um pouco mais comum ou quando acontece a gente pensa numa ação pra tentar minimizar ou resolver aquela questão .

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R: Procedimento se for um caso que o professor presenciou um exemplo é chamado a coordenação dependendo do caso se for mais leve a própria coordenação pode conversar apenas com o aluno , tipo um apelido uma coisa que ele disse mais agressiva com o colega , pode ter o nível de chegar apenas na coordenação e conversar e resolver com o aluno , se tratando de uma coisa um pouco mais grave aí o procedimento seria a coordenação encaminhar para a direção que chamaria os pais para conversar e tentar resolver junto aos pais , e não houve esse caso espero que não haja , mais se fosse um caso ainda mais grave poderia ser encaminhado para o conselho tutelar e se tratasse ainda de uma coisa mais emergencial uma violência assim poderia até ser encaminhado até a GPCA se fosse o caso.

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Normalmente a gente pensa no que eu poderia chamar agora de o nome agora de castigo pedagógico, seria mais ou menos o seguinte foi identificado um aluno que está apelidando praticando uma espécie de Bullying com o colega e esse aluno iria

afazer um trabalho uma pesquisa sobre Bullying seria o castigo dele claro em consonância com os pais faria essa pesquisa e daria em sala de aula uma aula um seminário sobre o assunto para os seus colegas, no sentido dele se apropriar do assunto e perceber nele o erro, perceber que aquilo é errado e de repente também levar para os colegas uma forma para que também os colegas não pratiquem esse tipo de violência seria mais ou menos isso.

Tópico 4: Políticas públicas e violência escolar:

Questão: Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? E quais?

R: É como falei, existe uma disciplina que está mais próxima do assunto a disciplina de direitos humanos e cidadania, é tratada assim como por exemplo, eu o ano passado estava com essa disciplina direitos humanos nos 3º anos e eu trabalhei várias legislações, eles preparavam os seminários e davam aulas sobre os pontos principais daquela legislação, por exemplo eu trabalhei o estatuto da criança e do adolescente uma das equipes escolheram trabalhar o estatuto da criança e do adolescente então eles se preparavam falavam para os alunos e montavam um debate sobre o direito da criança e do adolescente mais não só o direito a ter por que perceber que ali tem os direitos e deveres, tem as punições também em cada caso, então eles conheceram um pouco melhor então para mim já é uma forma de ação para chamar atenção sobre essas formas de violência que as vezes ele nem considera como violência.

Questão: Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R: Eu volto à questão de direitos humanos em algumas outras disciplinas é citado uma vez ou outra dependendo da situação, dependendo do assunto e como eu disse se há dentro de um projeto, por exemplo, a professora de história nossa ela nesse momento está com um grupo numa oficina debatendo sobre a questão de gêneros e aí dentro dessa questão de gênero ela também fala sobre Bullying, e também fala sobre discriminação e também se toca no assunto violência, se toca no assunto respeito em relação ao outro, então em alguma oficina também pode ser tratado esse tipo de assunto.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Primeiro eu boto a dificuldade que seria interessante se todas ou pelo menos a maioria das disciplinas trabalhasse de alguma forma o estatuto, mais aí a gente vê uma questão de tempo nosso por que nós temos a nossa disciplina para cumprir o

nosso programa e as vezes por isso a gente não remete a esse assunto, têm a questão também de não estar no planejamento não é cobrado em planejamento e aí termina acontecendo o seguinte o professor de direitos humanos trabalha e nós só citamos durante o momento das aulas não todos os professores se não em uma ação específica quando a gente acha que há uma necessidade e agente aproveita uma determinada ação que acontece com os alunos na escola aí a gente puxa também essa questão da violência.

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Eu acho que precisaria até mais de políticas públicas ligada à escola relacionada à violência e agente sabe que não somos o exemplo de violência mais eu já trabalhei por exemplo em escolas muito mais violenta e mesmo em sala de aula vários tipos de violência porém não há uma política pública certa voltada eles sugerem que trabalhem esse assunto, sugere que trabalhe em todas as disciplinas mas não tem um encaminhamento pra isso, uma preparação ou uma capacitação dos professores de tratar sobre essa violência eles dizem façam mas aí não a um acompanhamento você pode até ir atrás tem setores na gerência de educação, tem setores na secretaria de educação tem um pessoal especialista nisso você pode recorrer a esse pessoal a alguma orientação mas não que eles façam uma coisa digamos assim sistemática pra gente, tem que ser assim no tempo e de tal forma, mas eles dizem a gente que trabalhe e se precisar de alguma material ou de alguma orientação eles tem uma equipe sim que eles orientam a gente se for necessário.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Primeira coisa pra gente principalmente nos professores que ele diz não existe outra forma de ensinar se não for através do exemplo, primeira coisa a postura seu exemplo sua vivência aqui a amizade o dia a dia a relação que você tem com os alunos eu acho que essa tem que ser a mais tranquila a mais amigável de apoio e etc.. possível dentro das nossas possibilidades e tempo e tal seria esse nosso exemplo, mais através de promover debates promoção de palestras de ações dentro do assunto eu por exemplo trabalhei em DHC ano passado como eu estou em empreendedorismo eles escolheriam algumas questões inclusive envolvia também violência tipo, violência contra o idoso, contra criança e adolescente, no trânsito nos estádios então eles escolhiam entre outros temas também sobre o respeito e sobre essa questão da violência e eles fariam uma campanha de conscientização que a gente sabe que empreendedorismo normalmente faz campanha publicitária pras empresas mas existe também pra diferenciar uma campanha de conscientização então aí eu oriento eles sobre o que é uma campanha de conscientização, o que é um slogan, como trabalhar com imagem essa linguagem toda e eles produzem, normalmente eu faço isso ano a ano

independente de DHC ,eles produzem cartazes como a campanha de conscientização a determinado respeito criam frases , fazem os cartazes e a gente espalha pela escola também já é uma forma de trabalhar de chamar atenção nos temas inclusive Bullying.

Questão:O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Não parar essas ações seja elas quais forem , seja uma conversa informal , seja ela uma palestra dentro das possibilidades, seja ela uma disciplina, trabalhos envolvendo essa temática, ações envolvendo isso seja uma coisa continua por que as vezes se faz uma campanha uma determinada situação um determinado tempo e essa campanha para, então eu acho que ela deve ser continua nunca parar que ai realmente você tem a esperança de minimizar ate de erradicar qualquer forma de violência.

Hoje terça-feira-Feira,18 de outubro de 2016 As 15h15m iniciaremos a entrevista com a Educadora de Apoiada escola Erem Sizenando Silveira,Recife Pernambuco.

Professora entrevistadora:Rinete

Idade:56,**Gênero:**feminino **Cor:**Negra

Formação:Licenciada em letras , especialização em letras língua estrangeira e portuguesa e especialista em capacitação pedagógica,**Tempo de Formação:**

Função:Coordenação pedagógica **Tempo:**10 anos

Tempo de experiência docente: 20 anos

Tempo de experiência como coordenador dessa escola: 10 anos

Tópico 2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão: O que é violência para você?

R:Violência é quando você não só agride fisicamente, mais existe a violência psicológica, existe a violência verbal, existe a violência que que tolhe a liberdade do outro limita , pode seus direitos tudo isso pra mim é violência e a pior pra mim é a violência psicológica.

Questão:Você considera a escola que trabalham violenta, quais são os tipos de violência que já presenciou ou que ocorre nessa escola e que mais te preocupa?Se não ,porque ?

R:Eu não acho minha escola violenta , eu acho que dentro da faixa etária por que a nossa faixa etária é de adolescentes de 14 e 15 anos , no máximo você encontra cinco ou seis que seja maior de idade com 18 anos , a grande maioria é adolescentes entre 13,14,15 e 16 anos , temos assim uma certa facilidade de intermediar isso com tranquilidade , as vezes o que acontece são alunos de outras escolas quando tem jogos as vezes eles tentam insulta-los e eles revidam, mais dentro da escola entre eles não eles são bem tranquilos

Questão:Com que frequência acontece essas violências?

R:Por exemplo, por a gente ser uma escola de referencia, o lanche ateos que vieram de outras escola que não compreendam que a nossa filosofia é diferente das regulares ai eles se sentem ofendidos, isso acontece no inicio do ano geralmente quando começa o ano letivo eles começam a se sentirem assim agredidos por que os meninos tem lanches e eles vem de uma outra escola de certa organização diferenciada eles se sentem , depois eles se acostumam hoje eles esta vivendo um momento bem tranquilo ,a gente passou um período que tivemos que mudar o horário de intervalo mais agora a gente voltou por que nos estamos aqui pra educar e esta na maior tranquilidade eles estão respeitando os novos horários .

Questão:Qual a faixa etária do infrator?

R:

Questão:Quais são as formas dessas Violências no caso é de dentro para fora, de fora para dentro?

R:Agente temos essa outra escola, temos o Valdemar e esta bem tranquilo muito tranquilo não é violência de agredir é só violência de xingamento.

O que acontece as vezes mais é de fora para dentro da escola que como a gente aqui é uma escola aberta , mais que a gente contorna direitinho a dificuldade da gente é que é uma escola aberta

Questão:Qual local da Escola e horário que acontece essas violências

R:No inicio do ano é mais no horário de merenda, as vezes a interna uma discussãozinha entre eles que a gente contorna como já falei , o desentendimento um xingamento as vezes na sala de aula mais não é com frequência não , agora as externas são mais no pátio la em baixo.

Questão:Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem, qual e o que fez?

R:Já sofre por um professor aqui ,não somente eu mais outros colegas ele era assim meio desajustado meio que não respeitava muito a gente ate que ele foi transferido da escola ele era muito assim as coisas tinha que ser do jeito que ele queria , ele não respeitava a maioria e ele sempre agredia verbalmente os colegas de trabalho é tanto que a gente tentou varias vezes apazigua amenizar as coisas mais chegou um

ponto de que a gestora teve que devolver ele, nos denunciemos ele sempre a gente dialogava e chegou um tempo que ele começou a implicar com aluno, e os pais começaram a se envolverem e isso foi bater na ouvidoria então todas nos fomos chamadas

Questão: Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

R: Eu acho que a falta de respeito, eu acho que quando se respeita isso não existe agora eu digo muito aqui a gente não tem esse tipo de violência agressiva, desentendimento entre profissionais mais com essa professor.

Tópico 3 : Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento escolar ele envolve ações de prevenção e repressão à violência e como?

R: A gente trabalha muito com o diálogo, o que a gente coloca é geralmente quando a um desentendimento de uma aluno com um professor, aluno com aluno eles mandam pra coordenação e a gente tenta conversar, quando a coisa extrapola o nosso ambiente a gente conversa com os pais e pedimos também a ajuda da patrulha escolar, ela é preparada pra isso para nos orienta dizendo o que que a gente pode fazer se for uma coisa muito seria.

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R: Aqui a gente nunca teve essa história de infrator, a gente probleminhas que a gente tenta contornar como a gente tem esse acompanhamento dessas pessoas que ficam na escola e são preparadas para isso, quando a um caso assim roubo na escola então ela nos orienta tomar os procedimentos legais.

Questão: As medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Não por que geralmente a gente tenta apaziguar quando os pais vêm mesmo, a gente mostra pra eles os problemas conversa com eles e a gente resolve entre a gente.

Tópico 4: Políticas públicas e violência escolar:

Questão: Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? E quais?

R: Por exemplo a questão da mídia, a gente sempre conversa fotografar o outro, fazer chacota com o outro na mídia, então sempre conversa passo sempre em sala de aula socioeducativo os professores também, mostrando pra eles, por eles serem menores de idade os pais responde então eles tem que tomar cuidado com isso por exemplo, expor as pessoas na mídia é crime, danificar o patrimônio público é crime, depredar um bem público é crime então eles tem essa consciência do que é uma contravenção penal eles tem essa consciência agente mostra é tanto que a gente tinha deles chegarem quebrando as coisas, tirava sua foto e colocava na mídia e a gente diminuiu muito através do dialogo.

Questão: Como se efetiva a politica de atendimento dos diretos da criança e do adolescente na escola?

R: Também a gente começa a trabalhar com o dialogo com a conversa inclusive a gente tem um componente curricular aqui de direitos Humanos e cidadania que é o DHC.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da politica pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: é por que as vezes não podemos tomar determina atitudes que esbarra no ECA, então você tem que ter esse conhecimento pra não infligir as normas do ECA, quem trabalha mais isso é o componente curricular de direitos humanos os outros apenas dependendo dos acontecimentos ocorridos em sala de aula é que eles vão também conscientizar os estudantes dos artigos do eca, a família também esta tendo conhecimento que as vezes a família entrega as coisas totalmente a escola e na realidade a gente precisa dessa associação desse estreitamento de família e escola.

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da politica pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Através do dialogo

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Eu acho que o primeiro passo pra isso, por que aqui estou dizendo que a realidade da gente é outra, mais eu vou mim colocar dentro dessa comunidade eu acho que a primeira coisa é você estimular é conseguir levantar a alto estima dessas pessoas valorizando pra que eles se sintam pessoas pertencentes ao seu meio social e que elas tenham o poder de transforma por que se a gente nega isso não vai consegui eu acho que a questão da alto estima ela é fundamental.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Como já lhe falei eu não vim cinto trabalhando numa escola violenta, eu vou idealizar uma sei que é um trabalho difícil mais se a gente conseguir valorizar esses adolescentes pra que eles se citam como já falei pra que eles se citam pertencentes a esse meio social você consegue se não erradicar pelo menos minimizar.

Hojeterça-feira, 25 de outubro de 2016 as 16h28miniciaremos a entrevista com a Diretora da escola Erem Sizenando Silveira, Recife Pernambuco.

Professora entrevistadora: Rinete

Idade: 38 anos , **Gênero:** Feminino **Cor:** Parda

Formação: Letras, pós graduação em gestão educacional **Tempo de Formação:**
Função: Tempo:

Tempo de experiência docente: 1 ano 8 meses

Tópico 2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão: O que é violência para você?

R: Qualquer atitude que venha ferir a outra pessoa, qualquer atitude que venha ferir fisicamente ,verbalmente é uma violência

Questão: Você considera a escola que trabalham violenta, quais são os tipos de violência que já presenciou ou que ocorre nessa escola e que mais te preocupa? Se não ,porque ?

R: Nessa escola a violência ocorre muito pouco, a gente já teve alguns problemas de bullying , saber bullying mais que foi facilmente resolvidos inclusive esse 1 ano e 8 meses creio que só vivi duas situações desse tipo , agora a gente tem muito problema com o entorno com violência no entorno devido a estrutura física ser muito aberta pessoas de fora entra na escola e terminam praticando violência aqui dentro , a gente já teve assalto lá em baixo aos nossos estudantes , já teve brigas de outras pessoas que não eram estudante da escola e isso amedronta nossos estudantes a maior violência que eu encontro no Sizenando Silveira na verdade não é feita pelos alunos da escola e sim por outras pessoas que adentra.

Questão: Com que frequência acontece essas violências?

R:

Questão: Qual a faixa etária do infrator?

R:entre 16 e 20 anos

Questão:Quais são as formas dessas Violências no caso é de dentro para fora, de fora para dentro?

R:A gente tem a violência para com a escola casos de pichação , e tem violência isógena de fora pra dentro.

Questão:Qual local da Escola e horário que acontece essas violências

R:Parte externa vem da parte externa da aria comum entre as unidades do complexo, geralmente na saída ou nos intervalos.

Questão:Sua escola tem professor mediador?

R:Com esse nome não, não existe professor mediador com esse nome na função existe as coordenadoras a educadora de apoio e existe uma psicóloga que exerci a função de sócio educacional que trabalha como mediador faz isso também.

Questão:Você Sabe quais são as atribuições de um professor mediado e em sua opinião de que forma o mediador pode atuar para evitar e diminuir os problemas de conflitos e violências da escola?

R: Bem como falei não existe um professor mediador, então não existe essa função dentro da escola, essas professoras que eu acabei de citar elas fazem a mediação elas procuram conversar, se percebe alguma situação de dificuldade do estudante previamente elas convençam explica elas entram em contato com osfamiliares e isso faz com que evite muita coisa ,trabalha temas como Bullying na escola e isso faz com que a gente não tenha muitos casos não.

Questão:Na sua opinião o mediador ele pode atuar para evitar ou diminuir os problemas de conflitos ?

R:Sim, obvio se a gente tem um baixo índice talvez seja a esse tipo de trabalho prévio também.

Questão:Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

R: Primeiro a falta de respeito isso gera violência, não respeitar as diferenças, a falta de conhecimento do outro, dentro do programaintegral existe a filosofia dos protagonistas e o desenvolvimento do aprender a ser , aprender a conviver com os outros acho que dentro do programa integral as escolas tentam aprofundar o máximo nesse tipo de conhecimento e isso gera uma

Tópico 3 : Praticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento escolar ele envolve ações de prevenção e repressão à violência e como?

R: Sim , a prevenção através de conversas, de palestras ,através de projetos que trabalha e respeita as diferenças , e a repressão a violência ela é necessária sim e quando acontece algum tipo de situação a gente recorre a outras instancias

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violências nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R:Acabei de falar, a gente recorre tanto a patrulha escola quanto ao conselho tutelar pra tentar resolver da melhor forma possível.

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R:Sempre dentro do que tem no nosso regimento a gente procura da as punições (necessárias) pra que sirva de exemplo pra outros pra que aquilo não venha a se repetir

Tópico 4: Políticas públicas e violência escolar:

Questão:Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? E quais?

R:Procuramos sempre explicar e mostra pra eles que atitudes de inflação devem ser sim resolvidas com aqueles órgão de competência então não cabe a nos educadores resolver problemas de inflação , então a gente chama a patrulha escolar o coronel Claudio que era o comandante da patrulha escolar sempre nos deu muito apoio com relação a esse tipo de situação ,o conselho tutelar os conselheiros Daniele e Thalys da RPA 1 sempre estão presentes conosco ,inclusive fazendo palestras também falando sobre isso aos pais desde a primeira reunião no inicio do ano no encontro família e escola pra que os pais temem ciência da responsabilidade que eles tem também.

Questão:Como se efetiva a politica de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R:o que é direito e o que é dever , no inicio do ano é apresentado pra eles o que eles tem direitos e os deveres daquele estudante.

Questão:Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da politica pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: O principal desafio é fazer com que eles entendam os deveres, os direitos eles tem na pontinha da língua mais os deveres demoram um pouquinho pra que eles consigam absorver-los dai a gente encontra principalmente a dificuldade nesse

trabalho eles demoram um pouquinho a dificuldade é a ação da consciência de cada um.

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Como falei anteriormente tudo isso é trabalhado, tanto pelos educadores de apoio tanto pela sócia educacional no início do ano na recepção dos estudantes novatos a gente faz praticamente uma semana de trabalho pra que eles entendam qual a filosofia da escola como que eles devem entender os processos da escola da escola integral os próprios alunos fazem essa recepção os alunos de 2º ano é quem recebe os alunos dos 1º anos são elaboradas as atividades por eles mesmo ai eles conseguem capitar muita coisa com os próprios alunos falando e outro trabalho também é deito pelo professor de direitos humanos que a gente tem a disciplina de direitos humanos desde o 1º ano até o 3º.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: A violência hoje esta uma coisa tão natural, as pessoas estão acostumada que são coisas habituais que na verdade não deveria ser era pra ser uma coisa fora da realidade, mais como transforma essa unidade fazendo cada dia mais o trabalho da ética, da cidadania , trazer a família pra dentro da escola pra que os próprios estudante passem pra seus familiares também tanto trabalho que eles fazem dentro da escola que termina afetando a família, a questão da violência mesmo que muitos tem dentro de casa problemas com violência domestica, violência contra a mulher não sabe pedir ajuda isso eles aprendem aqui na escola e a gente consegui atingir as famílias ,então um trabalho de ética e cidadania voltados pras famílias também e transformaria.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Que não exista preconceito, trabalhar o máximo possível pra chegar nas famílias e a gente consiga um amplo de forças policia , conselho tutelar, família , sem estudar sem o que falta é isso trabalhar o objetivo de vida pra jovens que estão por ai e envereda para o mundo do crime e trazer dificuldades pra nossas escolas e pra outros lugares.

Hoje terça feira , as 13h30m 04 de novembro de 2015 iniciaremos a entrevista com a Primeira professora da escola Nossa Senhora de Lourdes, que respondera 4 (quatro) item da pesquisa.

Professora entrevistadora :Rinete

Professor (a) entrevistado (a):

Idade:33

Gênero:Feminino

Cor: Branca

Formação:Especialização em literatura

Tempo de formação:10 anos

Tempo de função: 15 anos

Tópico2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão :O que é violência para você ?

R: Violência pra mim são atos que agredem a moral das pessoas, agredem os físicodelas, agredem a moral. são agressões físicas ,verbais que venha estabelecer atrito entre as pessoas.

Questão :Você considera a escola que trabalha violenta ?

R:Não

Questão :Quais os tipos de violência que já presenciou o que ocorre nessa escola o que mais te preocupa?

R:Apesar de ser uma escola pacata, as formas de violência que existe é mais ligada ao **Bullying** que são os alunos trocando apelidos, algumas farpas por conta de notas , questão sobre namoricos mais nada muito serio , é coisa muito difícil um ato de violência bastante seria que tenha que chamara policia ou concelho tutelar praticamente não tem esses atos aqui na escola .

Questão :Com que Frequência acontece essas violências ?

R: A questão do **Bullying** algumas agressões verbais, acontecem geralmente na sala de aula mesmo , na hora da aula quando a gente esta dando alguma aula um aluno sempre se preocupa com o outro e começa a tirar brincadeiras que não são de bom gosto então ai acontecem os atritos geralmente a gente reclama no momento que acontece no momento do ocorrido e eles param ,mais as vezes isso vai sendo acumulado depois eles acabam realmente tirando as outras pessoas do sossego delas e ficam praticando realmente o **Bullying** por que é diferente de um apelido apenas , o **Bullying** ele é constante é uma perseguição então existe não muitos

casos de **Bullying** com perseguições mais a gente sabe que tem alunos nessa escola que são perseguidos poucos mais tem.

Questão :Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R: Geralmente eles estão no 1º ano do ensino médio , de 14 e 15 anos mais ou menos isso.

Questão :Quais são as formas dessas Violências Elas são violências de fora para dentro da escola que são exógenas, endógenas que são de dentro pra fora ? Ou é uma violência para com a escola contra o patrimônio da escola? Como Você descreveria isso ?

R: Á também essa violência contra o patrimônio da escola, não é que eles quebrem por que querem as vezes eles com brincadeiras de mau gosto uns com os outros eles acabam quebrando algumas coisas da escola , vidros das janelas as vezes uma banca , mais não assim em relação em jogar em outro aluno é mais com brincadeiras que eles criam entre eles e acabem quebrando as coisas da escola e geralmente quando acontece algumas questão assim de **Bullying** é dentro da escola mesmo mais também aparecem questões que são gerados fora por exemplo alunos que se desentendem dentro do transporte escola então esse vem pra escola ,alunos que se desentendem com pessoas que não estudam da escola então as vezes esse tipo de violência vem pra escola , já ouve casos não agora mais já ouve casos que alunos eram ameaçados por pessoas da rua da comunidade por alguma coisa que eles também provocaram eu mim lembro que ouve ameaças com esse tipo de coisa assim, alguém de fora ameaçar um aluno ai a gente teve que procurar a autoridade pra nos ajudar.

Questão: Qual local da escola e horário que acontecem essas violências ?

R:A maioria de nossas aulas são no período da tarde, temos turma a noite também , acontece essas coisas tipo de Bullying mesmo na própria sala de aula nos corredores da escola as vezes no momento do intervalo que troca de professor só que não é uma coisas constante, no dia a dia é muito calmo isso vem acontecer em momentos que agente nem espera que já tem passado tento tempo sem acontecer nada que assim uma vez ou outra acontece assim uma discussão entre alunos ,mas não chegam a se agredirem fisicamente ,na maioria das vezes fina na agressão verbal.

Questão:Você já sofreu algum tipo de violência ? Por quem,qual e o que fez ?

R: Já sofri, não nessa escola , eu ensinava em uma escola municipal e um aluno na faixa de uns 12 anos ,ele atirou uma caneta contra mim , e essa caneta quase perfura meu olho , eu fui diretamente para a direção levei o menino e lá chamaram o pai e tomaram a atitude , falaram ao pai do comportamento do menino , o pai o levou pra casa e lá deve resolvido conversado com ele, depois disso o menino assistiu aula normal não mim fez nenhum mau .

Questão: Para você quais os aspectos causadores no ambiente educacional ?

R: Eu tenho certeza que principalmente a faixa etária que a gente trabalha que são mais adolescentes, eles tem uma mentalidade muito diferente, eles querem aparecer muitos deles não tem uma assistência em casa uma família estruturada, e eles muitas vezes veem na forma de chamar a atenção uma forma de violência como o Bullying mesmo, eles quando eles começam a tratar outros colegas com o Bullying eles se firmam como pessoas poderosas dentro da escola, então isso faz com que eles apareçam de alguma forma, então que os pais passem a procurar a escola por conta deles, então já começa a chamar a atenção dos pais, que os professores de certa forma comentem, apontem pra eles em alguns momentos de reuniões isso pra muitos deles isso pra muitos deles isso é um ato até de heroísmo.

Tópico 3 Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão : Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão a violência ?

R: Sim, nós temos o PPP da escola que todo os anos nós reformulamos através de um encontro pedagógico, e lá nós temos um encaminhamento pra um projeto sobre o Bullying que é algo presente nas nossas salas de aulas e lá nós tentamos procurar formas de amenizar esse problema uma vez que a violência ela é pregada em todas as partes, na própria casa deles os pais dizem, não é pra bater mais também não é pra chegar em casa apanhado. Se chegar em casa apanhado você vai apanhar novamente, então essa estrutura familiar induz que eles sejam violentos então o que a gente faz, a gente procura amenizar essas formas, procura estabelecer com eles vínculos de amizade de professor e aluno e entre os próprios alunos agente procura conscientizar que é muito difícil é muito difícil a questão da conscientização é algo que a gente tem que trabalhar mais com afecção, com afetividade do que mesmo com palavras dizendo o que é certo ou errado, por que eles estão numa fase de carência, carência afetiva dos pais, carência afetiva de uma pessoa que eles se interessam, carência de sociedade, se voltar pra esses jovens que nós estamos no tiroteio sem armas, a sociedade joga eles dentro de uma escola e o professor tem que educar, tem que ser mãe, tem que ser pai e infelizmente a gente não tem essa condição com todos a gente faz o que pode com o que a gente acha a situação mais complicada mais salvar a todos a gente não pode.

Questão : Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola ? a quem você encaminha o infrator ?

R: Bem quando á problemas assim tão complicados que na própria sala de aula a gente não consegue resolver, então a gente encaminha a direção da escola para que o gesto junto com a coordenadora a educadora de apoio eles conversam com a pessoa que praticou certo tipo de violência e quando a necessidade na maioria das

vezes os pais são chamados ou responsáveis , só que a casos que os pais também não conseguem resolver então a gente tenta resolver dentro da escola , quando isso ultrapassa nossos limites então gente chama o conselho tutelar, só nunca precisou chamar realmente a policia mais o conselho tutelar já veio a nossa escola algumas vezes e já nos ajudou a resolver alguns problemas

Questão :A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis ?

R: Sim, o infrator ele fica responsável por nos ajudar em alguns projetos da escola ele fica responsável por essa ajuda ,então o professor de educação física ele tem um projeto na escola que é (atleta bom tira notas boas) , se essa pessoa for do meio do atletismo for do meio dos jogos ele só vai poder participar desse jogos se ele tiver um bom comportamento , então dependendo do aluno ele vai ser encaminhado pra determinado professor ,vai subestimar aquela matéria que ele se identificou que ele se apagou mais , então aquele professor ele vai trabalhar com aquele aluno de alguma forma pra que ele se recupere em relação ao comportamento dele para que ele reflita sobre os atos que ele cometeu, atos arados ai a gente tenta reunir e ver qual a melhor forma de conversar com esse aluno e trata o problema dele.

Aos pais são chamado também na direção, conversasse com eles ,pede que apoie mais os filhos e acompanhe mais na escola, punição aos pais não temos é só uma chamada para que eles venham mais a escola , é como um medico que diz seu corpo esta dando sinais que você esta precisando de olhar mais pra ele , esta precisando olhar mais esses sinais , então a gente diz ao pai que o filho é mais ou menos esses sinais , dando o sinal de que ele precisa de mais atenção então ele tem que destina mais tempo pra isso.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão :Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravensão penal ?como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis ? e quais ?

R:Como já falei , por a escola não ser tão violeta apesar de que mesmo sendo pequena sempre aparece atos de violência as vezes contra as coisas da escola, as vezes também contra o professor mas bate boca do que realmente agressão física, mais a gente já teve caso de professores que foram agredidos não por alunos da escola, que estão estudando hoje mais por alguns que já foram nossos alunos e certo momento entraram na nossa escola , como nos conhecemos a todos como a comunidade é pequena , esse aluno chegava assistia aula normal e por conta de amizade ele permanecia na escola e um certo dia essa pessoa da comunidade , ela chegou a querer agredir ao professor e o diretor conseguiu contorna a situação , e assim mesmo em meios a essas coisa a gente ainda não se alertou organizar esse

programa de orientação pra conscientizar os alunos contra o ato de violência essa organização ela é feita periodicamente , uma vez ao ano quando a gente trabalha o projeto do Bullying ai a gente trabalha outras formas de violência não somente o Bullying, o Bullying é por que a gente dá esse nome ao projeto .mais a gente trabalha outras formas de violência em períodos do ano , dois meses no ano mais ou menos é que a gente faz esse trabalho de intervenção junto com o aluno , mais no dia adia quando acontece a gente sempre senta conversa com as pessoas envolvida e geralmente a gente tem um bom resultado ,com a conversa a gente conseguiu resolver muita coisa.

Ai nesses programas ele já prever as medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis ?

Não, porque não há um programa , assim uma coisa planejada já com tudo , determina crime, ou determinado delito que situações a gente vai adotar, existe uma conversa uma reunião que se chama conselho de classe que reúne os professores e a gestão e quando o caso é muito grave reúne também os pais do aluno e o aluno que é vítima e o agressor, pra gente tentar resolver em conjunto sobre aquela questão , mais assim não tem nada estabelecido que vai acontecer isso com o aluno, como professor com qualquer pessoa em relação a esse atos de crime, de violência .

Questão: Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R: Bom isso ai todos nos temos um conhecimento ate por que nos lidamos com jovens, sempre no inicio do ano a gente faz essa chamada , a gente leva esses direitos e os deveres por que eles precisam saber dos direitos , mais eles tem também necessidade de entender e saber dos deveres que eles tem , cada direito requer um dever , então a gente sempre achou a necessidade de todo inicio de ano trabalhar com o próprio aluno esses deveres, e na medida do possível a gente sempre tenta colocar os direitos deles em primeira via, ate por que esse é o fato realmente de que a escola tem que fazer , colocar o jovem adolescente em primeiro lugar , esta sempre se adequando ao que eles pensam ao que eles sabem, pra gente conseguir trabalhar com eles.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Bom , essa questão realmente dos direitos e deveres eles serem aplicados ,a gente já vê de cara , então diz no estatuto da criança e do adolescente que a criança tem direito ao lazer , tem direito a educação de qualidade , tem direito a saúde , tem direito a alimentação eles tem muitos direitos , mais infelizmente esses direitos são negados dentro da própria casa deles e na sociedade como um geral, então nos como escola agente como professor o que a gente podemos oferecer dentro da escola o que vem pra escola oferecer , a gente abre , então por exemplo merendas

tem nunca falta, quando algum aluno adoece a gente procura levar ao hospital , as vezes que não há medico nem enfermeiro ,então esses alunos são encaminhados para a cidade mais próxima , se não tem alguém responsável vai alguém da escola acompanhado ou então a gente procura alguém da família do aluno pra acompanhar, então a gente faz na medida do possível o impossível a gente não pode então a gente faz tudo na medida do possível pra que se efetive esse atendimento que é direito de todos.

Questão:Você pontuaria algum desafio alguma dificuldade que você teve para materializar para conseguir que eles tivessem esses direitos?

R: A questão do material escola, nos sabemos que hoje é muito bom ele tem livros até hoje pra artes , só não tem livro hoje pra educação física mais todas as matérias eles tem livros , então eu já alcancei uma época no estado mesmo que os alunos não tinham livro nem de português e nem de matemática, então a gente tinha que anotar o conteúdo no quadro , perdia quatro ou cinco aula anotando o conteúdo pra passar duas apenas explicando pra fazer uma prova essas são as dificuldades que eu encontrei nesse cumprimento desses direito que eles tem, direito a uma educação de qualidade ,hoje não posso dizer que a educação ela esta com a qualidade alta ,mais a nossa escola comparando ao que foi antigamente esta muito bem, hoje os alunos do ensino médio eles recebem tabletes a merenda é boa e de qualidade eles não reclamam da merenda, agora que a dificuldade vem , a questão da internet que hoje é algo que esta presente em tudo então eles sentem muita falta eles querem o Wi-Fi liberado mais a gente sabe também essa dificuldade também de tanto ter internet liberada pra eles tanto que a gente professor nem a gente tem e também a dificuldade de organiza isso dentro da sala de aula que que eles prestem atenção as nossas aulas , então é isso organizar essa internet pra que eles realmente estejam estudando estejam ligados no que a gente planejou com relação a programas de internet e wi-fi .

Questão:Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Essas ações educacionais em relação ao cotidiano escola elas são abrangidas aparte do que a gente tem como meta , é ter todos os alunos na plena solidariedade sempre estudando, primamos realmente por essa paz e essas ações são articuladas aparte do momento que a gente sente a necessidade , então a gente traça metas nesse projeto como já citei o Bullying traçando outras metas a serem cumpridas em relação as formas de violência, a gente faz uma pesquisa de campo dentro da escola e ver quais são os atos de violência que os alunos acham que sofrem mais dentro da escola e aparte dessa pesquisa a gente ataca mas os problemas mais complicados então se tiver mais caso de Bullying a gente vai trata mais Bullying , se tiver mais agressão física então a gente vai trata com os alunos mais agressão física, então vai depender do que nossa clientela daquele ano vai apontar.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Tudo é jogado pra educação todos dizem que a educação ela transforma, então quem sou eu pra dizer que não é !então a escola ela tem mais essa carga pesada que é de tirar ate a violência das ruas , mais a gente faz o nosso trabalha aqui dentro ,então eu acho que surte efeito surte frutos , se a gente consegui que um filho de uma pessoas drogada , que apesar da comunidade ser pequena nos temos pessoas que os pais se drogam e eles com certeza já viram, já se drogaram sabem como faz e chega a nossa escola então a gente percebe logo que essas pessoas elas tem um comportamento diferente dos outros e agente tenta conversa por alto fazer um planejamento de uma aula diferente pra chegar no problema daquela pessoa ou daquele grupo de pessoas então aparte disso ai a gente começa um trabalho maior ,a gente começa jogando as sementinhas e depois a gente tenta colhe-las ai a gente trabalha esse projeto , a gente achou que essa forma de projeto ela é muito boa na sala de aula com conteúdo , quando o aluno aprende o conteúdo na sala de aula no fim ele faz tudo nas atividades, quando as atividades são realizados em sala de aula eles tiram nota boa , quando vai pra uma prova escrita os alunos se dão mau , quando a gente faz um projeto eles se envolve de um jeito que você olha para aquele aluno ,e diz mais esse aluno ele nem falava, mas no projeto ele falou , então o projeto ele trás aquela estrelinha que estava apagada ela se acende , ai a gente acha que surte mais efeito, então a gente vai e procura os professores mais adequados pra determinada arias ,eles coordenam mais a escola toda se envolve então o projeto ele é multidisciplinar.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: A única coisa que eu vejo ainda difícil consegui fazer é chamar a comunidade pra dentro da escola , então os pais eles vem , mais eles vem obrigados como pai dos alunos , então se seus pais não vinher você não entra , por que é pra saber das notas deles , pra ter ciência do que esta acontecendo com seu filho na escola , então é assim que muitos mais comparecem a escola forçados ,então é uma dificuldade que agente acha , eu acho que se os pais vinhece mais a escola eles observassem mais o que os filhos deles fazem dentro da escola , eles iriam perceber o que eles fazem em casa que muitas fezes eles não prestam atenção e o que eles estão falando na rua por que a escola é um reflexo do que eles são la fora , eles não são uma pessoa dentro da escola e outra pessoa fora dela, eles são a mesma pessoa a diferença é a seguinte , o pai não presta atenção nas coisas que o professor presta as vezes o aluno em casa não da um pingo de trabalho mais será que o pai tem tempo realmente de ver, o que o filho esta fazendo e na escola como a gente tem o contado maior, então muitas vezes fica mais fácil o professor detectar por exemplo tem um aluno nosso, que ele não enxergava bem e o pai sempre dizendo que era por que ele era preguiçoso não gostava de estudar e aparte de uma triagem feita aqui na escola do programa do governo pra da óculos aos alunos a

gente percebeu que o problema dele era visual então isso ai poderia amenizar muita coisa, é um menino trabalhoso , é um menino que briga muito na sala de aula ,quem sabe ele enxergando ele vendo as coisas após ele utilizar o óculos ele não vai melhorar , então eu tenho esperança de que ele melhore em alguns aspectos e como esse exemplo existem vários.

Hoje terça-feira 3 de novembro de 2015 às 14:30 iniciaremos a entrevista com a segunda professora da Escola Nossa Senhora de Lourdes a entrevista é composta por quatro itens onde o primeiro item trata da Identificação do entrevistado.

Idade 38 anos

Genero : Feminino

Cor: Parda

Formação: especialização em língua portuguesa

Tempo de formação 10 anos

Professora 18 anos

Tempo de experiência é o mesmo tempo 18 anos

Tópico 2 : Trata do conhecimento acerca da violência

Questão :O que é violência para você ?

R: Agressão física e psicológica a violência pode ser também a violência no trânsito pode ser familiar também tudo aquilo que agride a pessoa estado natural né que elas fogem da sua paz da sua tranquilidade normal causas do transtorno pessoal.

Questão: você considera a escola que trabalha violenta? Quais os tipos de violência que já presenciou O que ocorre nessa escola e que mais te preocupa ?se não por quê ?

R:Não!eu não Considero a escola em que eu trabalho violenta, assim Às vezes acontece uma simples discussão entre alunos brigando por causa de namorado essas coisas que não chega assim a evolução maior quando chegar precisar de fazer um boletim de ocorrência não é assim tão grave assim há poucos dias Aconteceu um probleminha aqui na nossa escola por causa de uma fofoca , de uma aluna que tem um noivo,ai um colega estava com brincadeiras de mau gosto, chegou em casa e falou pro noivo e no outro dia o noivo veio e agrediu fisicamente e esse menino que brincou com ela isso aconteceu a uns 15 dias por aí aqui na turma do 3º B, a família veio conversou com o diretor não sei se o caso foi ate a justiça provavelmente sim, mais assim tudo se resolveu naturalmente depois o diretor procurou acalma as coisas , é raro acontecer.

Questão :Com que Frequência acontece essas violências ?

R: É como eu disse é um caso assim raro , aconteceu esse ano desse tipo que não foi nem tão grave, mais fica as rinchas da sala, o coleguinha de sala faz uma coisa uma brincadeirinha de mau gosto ai a atitude do diretor foi pedir pra essa menina ir para outra sala a menina que chegou e disse pro noivo e que o noivo veio e agrediu esse menino não teve mais nada além disso.

Questão :Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R: Geralmente são adolescentes aparte de 14 anos,nos temos alunos de 14 a 19 anos as vezes temos uma idade maior mais são poucos , são mais assim entre 14 e 19 anos.

Questão :Como são as formas dessas Violências ?

R: Como eu falei são raros os casos de violência na nossa escola, acho que é uma escola abençoada acho que por conta do nome de santa, mais quando acontece as formas que são de fora nesse caso que eu citei foi de fora pra dentro da escola, começou o problema aqui dentro mais a violência mesmo só ocorreu por que veio alguém de fora que no caso foi o noivo dessa menina que é aluna da escola ele já estudou aqui mais não estuda mas ele veio e fez essa agressão mais é como eu disse dentro aqui mesmo a gente não ver briga assim como a gente ver na televisão , dos meninos que se pegam e brigam , e que tem agressão contra os professores eu já trabalho aqui já a muito tempo e nunca nenhum aluno mim agrediu nem fisicamente nem psicologicamente a gente tem um ambiente realmente de paz eu considero para os dias de hoje com tanta violência

Questão: Qual local da escola e horário que acontecem essas violências ?

R:Quandoacontece geralmente é nos horários das aulas , nesse caso ocorreu antes da aula dificilmente dentro quando o professor esta na sala , nesse caso que eu citei o menino veio antes de começar as aulas a gente começa de 12h30m ele veio bem antes das 12h30m, antes do professor entrar e assim geralmente é quando eles estão mais aglomerados na hora do intervalo as vezes tem alguma coisinha mais não é nada grave assim entre eles lá , as vezes a gente esta no intervalo na sala dos professores e escuta uma gritaria dai os outros grita é briga é briga, as vezes é uma brincadeira de mau gosto que rapidinho se resolve.

Questão:Você já sofreu algum tipo de violência ? Por quem,qual e o que fez ?

R: Eu não Inem na escola nem fora graças a Deus não .

Questão:Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional ?

R: Então são brincadeiras de mau gosto , o Bullying ,o apelido pode gerar brigas é violência que as vezes , a gente já teve assim a muitos anos atrás quando eu estudava mesmo por conta do Bullying dos apelidos de mau gosto também pode ser

por conta dos namorados ,namoricos ciúmes essas coisas geralmente são os casos que mais acontece que não só aqui mais talvez no Brasil inteiro e talvez até no mundo todo é esses os motivos , apelidos , bullying a questão dos namoros.

Questão :O que levaria a causar o Bullyingou esses apelidos ?

R: geralmente é a má formação da educação, a falta de humildade e humanidade por que eles muitas vezes são adolescentes e não se colocar no lugar do outro se esse apelido ou essa brincadeira de mau gosto fosse com ele , ele não iria gostar, com os outros adolescentes essa questão ate do racismo por que tem apelidos á cabelo disso isso já é um motivo o causador eu acho que seja a falta de educação , a falta ate da conversa da família, na escola os professores procura a gente tem projetos voltados pra isso , aqui a gente não conhece casos de drogas dentro da escola, mais a gente sabe que por ai a fora existe ,mais ai a gente tem projetos voltados pra esses questão de orientação do incentivo a eles não se drogarem , o Bullying a gente também tem um projeto contra o Bullying e outros também que busca essa melhoria e relacionamento no ambiente.

Tópico 3 Praticas educativas acerca de violência escolar:

Questão :Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão a violência como?

R: Sim !como já falei com os projetos, alguns dos nossos projetos são voltados pra isso , por que quando a gente tem um projetos de drogas incentiva a eles não usar , não provar , não experimentar, mostrar pra eles as consequências das drogas que vai resultar consequentemente em violência ,tão os projetos são mais voltados o Bullying também essa questão do incentivo eles perceberem também que ninguém é melhor que ninguém que todos somos diferentes com nossas qualidades , então é mais assim voltado pra prevenção mesmo .

Questão :Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola ? a quem você encaminha o infrator ?

R: Em primeiro lugar se acontecer alguma coisinha dentro da sala de aula , a gente orienta eles a falar com o professor que estiver na sala e se for um caso mais grave a gente leva a direção e lá geralmente o diretor vai conversar com essas pessoas que estão envolvidas nesse caso e depois se for preciso levar sei lá ate o conselho tutelar a justiça dependendo do caso.

Questão :A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis ?

R:Sim, pelas poucas vezes que já teve aqui, a questão das medidas nétransferir alunos pra outra sala , nesse caso que citei o diretor pediu para menina ir pra outra sala pra evitar , conversa com aos pais juntamente com os professores procurar

entender o que aconteceu por que aconteceu, na medida a gente procura acalmar assim as coisas por meio de conversa que não precise ir ate o ponto mais extremo , assim uma conversa mais maleável assim acalmar os ânimos que muitas vezes as famílias ficam muitos nervosas quando eles se envolve em casos de violência então a gente procura conversa uma conversa mais amigável.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão :Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz ou seja para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contraversão penal, como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis ? e quais ?

R:Além dos projetos a gente também trabalha os temas na sala de aula , eu como professora de direitos humanos eu trabalhei nesses bimestres anteriores, por exemplo bimestre passado em turma do 2º ano , eu trabalhei o tema racismo, então com esse tema eles começam a refletir para eles entender que o racismo é crime que gera violência e que a pessoas de sentia assim agredida por conta do racismo ela pode procurar a justiça e ter uma indenização nesse sentido de ser violentada , ela pode recorrer a justiça e pode acalmar um pouco o que afeto psicologicamente , dependendo do caso até fisicamente em caso de violência por conta do racismo.

Nas turmas do primeiro anos 1º A e B também, eu trabalhei no 3º Bimestre sobre a questão do direito da mulher , da igualdade de gênero que ninguém é melhor que ninguém , independente que seja homem ou mulher ,então a gente trabalhou essa questão da mulher ser vista igual em direitos ao homem , trabalhamos a lei Maria da Penha , que é uma lei que protege a mulher dos seus direitos e tudo isso pra que eles vão percebendo que a gente tem leis, e essas leis a gente tem que cumprir e procurar viver em um ambiente mais saudável por que se a escola vive em paz se na escola as coisas estão bem isso vai responder lá na sociedade na comunidade.

Questão:Como se efetiva a politica de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R: Então a gente procura trazer algumas pessoas pra conversar na escola em algumas palestras , as vezes a gente traz o conselho tutelar pra conversa já que conhece um pouco mais o estatuto conhece mais do que nós do estatuto da criança e do adolescente, eles da orientação eles já foram convidados pra vir aqui na escola para falar sobre isso ,então é uma forma de que a gente também tem o conhecimento do que acontece

Questão:Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da politica pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Então a gente tem algumas dificuldades por que assim, por mais que a nossa escola não tenha assim tanto problemas quanto a violência, mais a gente tem que procurar prevenir, prevenir é melhor que remediar como diz o ditado, essa prevenção as vezes a gente eu como professora já trouxe os meninos do conselho tutelar pra dar palestras , mais assim eu acho que eles precisaria vim mesmo sem ser convidados, eu trouxe na minha aula no conteúdo que deu pra envolve-los , mais eles poderiam passar assim ves por outra né, se oferecer pra passar de sala em sala , por que quando eu trouxe veio pra minha sala as outras não viram a palestra deles então eles poderiam vir mais vezes , eu acho que a dificuldade da gente pode ser essa em ter essas pessoas mais próximas da gente , a policia militar a gente sabe que tem um projeto que os militares obrigatoriamente tem que ficar algum tempo em frente as escolas ou até mesmo dentro da escolas e nos não temos isso aqui, é como eu disse a gente não esta livre de acontecer alguma coisa mais grave nessa escola por que são jovens são pessoas assim eufóricas , pessoas que se estressa facilmente , é mais do conselho tutelar do nosso município e assim até pra gente tomar mais conhecimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes , mais assim apoio das famílias na escola que a gente não tem eles vem , mais acho que talvez seja a cultura do nosso lugar os pais dos estudantes eles vem na escola mais eles vem quando são chamados pra reunião pra comemorar dias dos pais dia das mães são poucos que vem assim por iniciativa própria a gente não tem assim , a gente faz projetos faz muitas coisas assim pra envolver as famílias, convida e no dia não vem a maioria umas das dificuldades assim isso é pra efetivar asse melhor relacionamento do convívio no ambiente escolar seria o apoio da família como eu estava dizendo , a questão da policia né , que eles devem esta presente na escola no momento que a escola estiver funcionando eles veem Raramente aqui na escola assina o ponto que é pra eles vim sempre todos os dias , eles vem assina e rapidamente vão embora normalmente ,não é que a gente quer que eles fiquem aqui viajando a escola o tempo todo mais assim, na hora do intervalo os alunos ficam mais soltos , dessem uma passada talvez só em ele esta andando os alunos já por ser pessoas divergentes eles já iriam perceber que estão mãos amparados em todos os sentidos por que quando ocorre algum problema de violência da escola a carga fica toda pra escola, pro diretor ,professor e tudo e a família só culpa e joga a responsabilidade , quando na verdade é responsabilidade de um grupo de pessoas.

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da politica pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: Então são os projetos como já disse , que a gente tem projetos voltados pra essa prevenção , tanto projetos interdisciplinar que envolve todas as disciplinas , como o projetos de drogas que a gente tem e o de Bullying ,mais também dentro das aulas a gente procura trabalhar esses temas dependendo da turma buscando essa questão da diminuição de uma melhor relação entre eles já que são pessoas assim de

culturas , somos todos da mesmo lugar mais sempre tem uma diferença de comportamento entre eles né , e cultura então a gente precisa fazer isso.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Em primeiro lugar a educação que não é só dada na escola, mais sim principalmente nas famílias eu acho que é um dos pontos principais, e a família procurar ter mais limites com os filhos e se eles tem os limites nas sua família com os filhos esse filho vai também ter limite na sociedade, na escola ,onde ele estiver , então seria a família em primeiro lugar, a escola também buscar fazer sua parte na questão da educação e eu acho que a sociedade em geral que pode fazer parte ,transforma fazer com que os cidadãos que são adolescentes, crianças que nossa clientela é mais de adolescentes que hoje eles são adolescentes no futuro serão adultos , que sejam adultos educados , adultos cidadãos , cumpra seus direitos seus deveres assegurados mais também tenha seus direitos mais também tenha seu deveres em todos os sentidos , para assim haver uma sociedade mais harmônica mas em paz.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Então a minha sugestão é que , a família busque seja mais presente na escola e que a escola procure assim como já faz , procurar resolver os conflitos de forma mas tranquila mas suave e assim como já disse , não tem muitos casos de violência mais o pouco que a gente tem agente pode erradicar , conversando , educar , ate saber conversa por que muitas vezes o jovem ele já é assim meio cheio de energia ,então se a gente vai gritar com eles a tendência deles também é grita é ficar irritado , e uma conversa assim mas cara-a-cara, para saber muitas vezes assim o que é que eles estão passando na vida deles , talvez até eu enquanto professora que muitas vezes a gente ver um aluno ou ele desligado demais ou ele agitado demais , ou ele conversador demais e a gente simplesmente reclama , briga e diz que ele não que estudar, que é isso é aquilo, mais muitas vezes essa aluno esta passando por um problema em casa na família , um problema financeiro as vezes dificuldade de sobrevivência em casa e a gente não conhece não sabe , pode esta passando por discussão entre o pais algum problema mais pessoal e esta refletindo na escola no comportamento deles , então a minha sugestão é que a gente procure enquanto educadores conhecer um pouco mais dos nossos jovens nossos estudantes , conhecer a vida deles um pouquinho mais de perto por que quando a gente conhece a gente já vai trata de uma forma diferente.

Questão: Você tem falado da questão de duas pessoas que viriam a que na escola que assinavam um ponto e logo depois saia poderia falar um pouco mais sobre esse sistema ?

R: Não , não são pessoas , que dizer são pessoas , mais é a PM a policia militar eles tem , que também não sabia fiquei sabendo outro dia em uma reunião sobre a realidade em que nos vivemos , os nossos problemas essa questão da violência que pode ocorrer dentro da escola e eu fiquei sabendo né que os policias eles devem e tem até uma lei pra isso que também não conheço que eles devem esta passando pelas escolas públicas do estado de Pernambuco pra ver o que esta acontecendo talvez ate conversar com os professores e tudo mais e eu serio nunca presencie eles passando no corredor da escola conversando ,não sei se é por que a gente é uma escola muito calma e tranquila e eles não sinta a necessidade , mais eu já vi outro dia eles aqui tirando foto e tudo mais ai eu procurei saber o por que , eu fiquei sabendo que é isso que eles devem passar pelas escolas sempre eu não tenho também muita informação sobre isso , mais a informação pelo menos que fiquei sabendo é que eles devem esta vindo sempre na escola , eu estou aqui sempre a tarde talvez eles venham a noite , não sei mais a tarde quando eu estou aqui eu não vejo passar na escola , raramente eu vejo então não sei porque que eles não vem, sinceramente não sei

Hoje Sexta-feira 5 de Fevereiro de 2016 às 12:35 iniciaremos a entrevista com a Terceira professora da Escola Nossa Senhora de Lourdes a entrevista é composta por quatro itens onde o primeiro item trata da Identificação do entrevistado.

Idade 35 anos
Genero :Feminino
Cor: branca
Formação: matemática

Tempo de formação 15 anos
Função: professora
Tempo de experiência :10 anos

Tópico 2 : Trata do conhecimento acerca da violência

Questão :O que é violência para você ?

R:Qual que atitude de degrida a imagem, o ego da pessoaseja física ou não é um tipo de violência.

Questão: você considera a escola que trabalha violenta?

R: Não é violenta levando ela pra o pé da letra que assim que leva o outro a se machucar fisicamente no ego com o Bullying não é não , aqui não tem a gente tem assim situações que um colega brinca com o outro apelidando ai o outro não gosta mais daqui a pouco já estão juntos novamente então por isso eu não considero que é uma violência. Talvez que eles façam sem saber que é uma violência ,por exemplo quando a gente diz isso aqui é um tipo de violência , a gente tem o projeto do Bullying que a gente trabalha mais no entanto mesmo agente trabalhando eles não deixa de fazer , mais a gente percebe que eles não esta querendo denegri a imagem

do outro nem esta querendo subestimar o colega mais acaba de uma certa forma a gente se preocupando que a coisa mais tarde vai ter uma consequência maior .

Questão :Com que Frequência acontece essas violências ?

R: é muito esporádico as situações ,uma vez ou outra perdida na sala de aula.

Questão :Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R:Nosso alunado é bem dentro da faixa etária da serie que ele esta , tem em media de 15 a 17 anos .

Questão :Como são as formas dessas Violências ?

R: É como disse a forma é mais verbal, é da escola entre os alunos agora da estrutura física da escola não, é dentro entre eles mesmo se a gente considerar isso como uma violência pra eles a gente percebe mesmo que não é intenção de ser um tipo de violência mais entre eles é como se fosse uma brincadeira mais acontece entre eles e dentro da sala de aula mesmo.

Questão: Qual local da escola e horário que acontecem essas violências ?

R:Na sala de aula na maioria das vezes posso dizer que é na sala de aula mesmo entre os próprios colegas.

Questão:Você já sofreu algum tipo de violência ? Por quem,qual e o que fez ?

R: Nunca , aqui dentro da escola não nenhuma aluno muito pelo contrario eles mim respeita muito.

Questão:Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional ?

R: Assim como é uma realidade da gente , a gente ver em jornais direto situações em outros locais , acho que a sociedade em se o local que a pessoa vive , a família a estrutura da família acho que influencia muito também nisso acho que até por uma questão assim de não ter um poder aquisitivo melhor que o outro , aí já começa as piadinhas aquilo acaba irritando e isso faz com que ele tome uma atitude mais grave com relação a isso eu acredito que essas situações assim possam gerar uma violência assim entre eles .

Tópico 3 Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão :Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão a violência como?

R: Nos temos o projeto Bullying, todo o ano a gente vivencia esse projeto então a gente trabalha todo o tipo de discriminação tanto no projeto Bullying quanto no da África, novembro que é da consciência negra e até embutido assim na sala de aula a gente sempre assim falando de questão desse tipo, quando a uma brincadeira de mau gosto pode não ser naquele momento uma coisa assim tão planejada, mais naquele momento vai estar falando então já é uma ação, pra que aquela situação não ocorra novamente e planejamento mesmo no papel a gente tem o projeto Bullying, projeto consciência negra.

Questão :Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola ? a quem você encaminha o infrator ?

R: A direção é quem toma essas providências se for necessário chama os pais ou responsáveis do infrator, mais isso é uma coisa que não é da realidade da gente não.

Questão:A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis quando acontece esses pequenos conflitos como você mencionou?

R: Como aqui a gente não tem, nunca teve caso assim tão extremo então eu nem sei responder. Por que a gente nunca teve essa situação mais assim ao aluno as medidas que a gente vê é chamar o responsável pra que ele tenha conhecimento daquela situação e ele por se só tome as providências com seu filho ou seus responsáveis, a casos de pessoas que moram com os tios com os avós, então os responsáveis são quem geralmente tomam as providências.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão :Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal, como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis ? e quais ?

R: Programas eficaz eu acho que não, a gente tem esses projetos que a gente busca eficácia através dele, mais dizer que é um programa eficaz e dizer que a gente não vai mais ter isso aqui, por que eu acho que eficaz e você aplicar uma vez e nunca mais acontecer aquele tipo de situação.

Mais a gente no projeto Bullying por exemplo a gente mostra que uma situação de crime, mostra a lei e tudo, qual a consequência para uma pessoa que pratica esse tipo de situação, a discriminação racial, a lei a punição então nesses projetos é colocado essas situações agora se é eficaz não pode dizer que seja por que daqui a pouco aconteça uma situação dessa se fosse eficaz não aconteceria novamente.

Questão: Como se efetiva a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na escola?

R: A gente já trabalhou até o ECA nas classes, nas turmas mostrando os direitos e deveres que ele tem assim que inicia o ano letivo, a escola tem normais começa planejando as normais da escola, os direitos e deveres que ele tem na escola, agente também está colocando esses direitos e deveres da criança e do adolescentes dentro das normais da escola também então eu acredito que seja uma política de atendimento desses direitos dentro da própria escola.

Questão: Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: É a própria consciência do aluno pra saber que aquilo, eles cobram muito direito, e cadê o dever eles tem direitos mais tem os deveres também a cumprir, então eu acho que o maior desafio é fazer eles cumprirem o dever, eles cobram muitos os direitos mais o dever é mais difícil da gente conscientizar que eles devem cumprir também.

Questão: Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R: As ações pedagógicas são sempre tomadas em conjunto então se acontecer alguma situação mais grave então reúne toda a escola, pedagógico, administrativo todo um âmbito escola e a gente busca resolver em conjunto então o que for tomando as decisões cada um dando uma ideia e a gente achando que aquela ideia vale a pena tentar a gente faz ela.

Questão: Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Primeiramente o convívio familiar acredito que a família ela está transferindo um papel dela para a escola, aí muitas vezes não sempre a escola nessa questão de ser muito cobradas em exames extra escolar como SAEP, então se foca mais na questão de conteúdo não questão social não que ela não se preocupe, nesse projetos por exemplo a gente busca sempre associar a cidadania junto ao ambiente escolar só que pra a gente ter uma sociedade menos violenta eu acho que tem que começar pela família e a escola é um complemento dela, até por que eles passam muito tempo na escola principalmente aqui que a gente tem dois dias que passa o dia inteiro com os alunos então eu acredito que a relação familiar juntamente com a educação é que pode transformar essa comunidade.

Questão: O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R: Como a gente não tem casos de violência, acredito que esse laço entre escola e família, aqui a gente não tem mais em outros casos a gente sabe que existe isso

não é por que a gente não tenha aqui na escola vai dizer que não existe , mais a relação entre escola e família esse elo é quem vai favorecer com que não aconteça ou acabe onde existe , por que assim a gente não tem os pais 100% na escola mais todas as vezes que ele é solicitado eles estão presentes e a gente sempre busca dizer isso então venham saber como esta a vida escolar do seu filho ,venha participar dos projetos por que a gente tem muitas coisas boas que os alunos fazem e os pais nem conhece então se ele esta na escola então ele vai saber disso , vai começar a valorizar mais o trabalho do filho então esse elo entre escola e família faz com que essa violência não aconteça ate por que pelos valores que a escola e a família transmite só vai favorecer que a pessoa seja uma pessoa de bem.

Hoje Sexta-feira , 05 de Fevereiro de 2016 as 11h50m iniciaremos a entrevista com a Educadora de Apoio da escola ERM Nossa Senhora de Lourdes , que respondera 4 (quatro) item da pesquisa.

Professora entrevistadora :Rinete

Professor (a) entrevistado (a):

Idade:37 anos

Gênero:Feminino

Cor: Branca

Formação:Letras,com especialização em coordenação pedagógica

Tempo de Experiência docente : 15 anos (7 anos como professor e 8 anos na coordenação)

Tempo de experiência no cargo de educador de apoio dessa escola :8 anosna coordenação pedagógica .

Tópico 2 : Trata do conhecimento acerca da violência

Questão :O que é violência para você ?

R: Eu acho que violência é qualquer tipo de violação, seja violação física ou violação de direitos.

Questão :Você considera a escola que trabalha violenta ? Quais os tipos de violência que já presenciou o que ocorre nessa escola o que mais te preocupa? Se não e por que ?

R: Eu considero que a escola que eu trabalho não seja assim tão violenta, até por que é um reflexo do que a gente tem na sociedade o município é pequeno e as pessoas se conhecem , e então não existe tanta violência mais onde existe seres humanos relações existe sempre algum tipo de violência ,ela pode ser física como falei ou simbólica que é aquela de violação de direitos que não é tão evidente ,então eu acho que todo o reflexo de uma sociedade a escola tem sim momentos que a violência acontece dentro da própria escola.

Questão :Com que Frequência acontece essas violências ?

R: Nos temos casos por exemplo de aluno com aluno no relacionamento entre eles, que seriam casos de Bullying por exemplo, as vezes de aluno verbalmente com o professor , agora casos de violência física nos não temos relatos aqui nessa escola não , pelo menos nesse tempo eu não mim lembro de nenhum caso de violência física não , mais a frequência eu acho assim que acontece no cotidiano não saberia precisar em termos de tempo assim , com que frequência isso aconteceria mais de certa forma acontece ai a gente procura intervi no caso de violência de Bullying , a gente tem o projeto de Bullying e os professores também trabalha a questão dos valores que faz parte do trabalho do professor e da própria escola como um todo , a questão de violência verbal ,também chama pra secretaria agora a frequência é muito sutil, esses casos assim são muitos sutis por que a violência física ela chama muito a atenção mais essas outras nem tanto, fica parecendo que faz parte do cotidiano da escola então a gente não relata , por que agente tem um caderno pra relatar essas ocorrências não só de violência, mais de indisciplina de outras coisas que acontecem na escola e a gente não relata essas pequenas coisas que na verdade são formas de violência então não da pra gente precisar.

Questão :Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R: nos temos aqui alunos de 14 a 17 anos que são os alunos do ensino médio, é mais ou menos nessa faixa etária e temos aluno do noturno mais não tem muito problema com eles nesses casos é mais com os adolescentes . quanto mais jovens eu acho que quando a gente tinha o ensino fundamental era lá no 6º ano , mais agora agente só vai ter ensino médio , agora os alunos que a gente pega do 1º ano a gente tem mais problemas por que ele chega de outra escola e não estão ambientados com as regras com a disciplina da escola , e ate se acostuma coma disciplina com as regras eles tentam burla essas regras e as vezes surgem situação de violência ou de conflito , 14 anos seria mais ou menos a faixa.

Questão :Como são as formas dessas Violências ?

R: Violência na escola no caso eles praticando entre eles algumas forma de violência que seria o caso do Bullying acho que Bullying é o que mais acontece , a maioria dos casos é uma violência que vem de fora com quem eles começam a discursão lá, porque nossos alunos são muitos da zona rural então eles saem de casa uma hora antes , as vezes alguma discussão alguma birra um problema entre

eles surgem nesse percurso e acaba eles querendo resolver a questão aqui dentro da escola que é o espaço que eles vão ficar o dia inteiro praticamente por que a escola é semi-integral três dias eles ficam o dia inteiro , não querem deixar pra depois não podem esperar o dia todinho pra resolver então tentam resolver dentro da escola então vem de fora pra dentro. Contra o patrimônio nos temos muito pouco graças a Deus a gente não tem relatos de pichação, depredação do patrimônio eles tem esse cuidado ate por que a escola é pequena esta todo mundo sempre vendo e a violência nascer aqui dentro eu acho que é muito difícil, só no caso daquela violência simbólica que falei que é muito sutil as vezes uma violação de uma coisa que o aluno quer , que é importante pra ele e a escola não da espaço pode ser nesse sentido mais é muito sutil de perceber .

Questão: Qual local da escola e horário que acontecem essas violências ?

R: Geralmente no intervalo eles ficam assim , por que todos os professores se concentram aqui e fica o porteira ali, e eles ficam sois né pra lá então vês enquanto a gente tem que ir lá , alguém vem dizer o esta acontecendo isso no banheiro fulano disse isso e isso comigo, ou vai resolver com fulano se não eu vou acerta com ele ,então antes da violência surgiu fazemos uma intervenção , geralmente no horário de intervalo por que quando é momento de aula o professor percebe antes da coisa avançar e já corta né, mais eu acho que no intervalo o pátio e o banheiro é o local preferido

Questão: Você já sofreu algum tipo de violência? Por quem, qual e o que fez?

R: Já , violência verbal por parte de uma aluno que veio , na verdade ele soube que eu tinha dito , a gente tem uma banda na escola e nos iriamos ter um evento e nos contratamos uma pessoa para tocar e os meninos vieram pergunta por que não colocaram a banda da escola , eu disse por que não da certo pois esse evento é regional eles tocam essas musicas mais modernas coisas de jovem, e a gente queria uma coisa mais regional por que era um recital de poesia e alguém foi disse que eu tinha dito que a banda não iria tocar por que não dava certo, ou no entender deles por que não prestava , ele veio falar comigo já não perguntando , mais mim agredindo verbalmente dizendo por que eu achava que a banda não prestava então a violência não foi na palavra foi no Tom de voz, ele já chegou no tom agressivo questionando por que eu não iria colocar a banda da escola e iria contrata uma outra banda , então foi uma forma de violência , eu mandei ele baixar o tom de voz e explicar pra ele os motivos por que iria ser a banda de fora e não a da escola , por que não casava com aquele momento , tinha que ser uma musica mais regional , de pé de serra , que falace do sertão , que era o tema da gente e expliquei pra ele.

Questão: Para você quais os aspectos causadores de Violência no ambiente educacional?

R: Eu acho que a violência acontece , uma por que é reflexo do que a gente ver na sociedade , a sociedade em se esta ou é violenta não sei, e estimula isso você não

ouvir o outro, você não deixar por menos, você não ser solidário então eu acho que acontece por conta desse reflexo as pessoas não querem mais dialogar, por que eu acho que quando dialogam resolve-se tudo não existiria violência se houvesse dialogo eu acho que o principal causador é isso é a questão de não haver dialogo, as pessoas serem muito influenciáveis pela mídia e ser da paz ou uma cultura de paz passou a ser fora de moda você fica isolado, você fica fora do grupo, se você tem um pensamento diferente do que é pregado na mídia que é a ostentação de você em que veste tal roupa, você tem que agir de determinado modo, você tem que ouvir determinadas musicas e não existe o respeito, por que se não existe o respeito e o dialogo não existira a violência de nenhuma forma.

Tópico 3 Práticas educativas acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência?

R: A gente trabalha mais com a prevenção por que na verdade essa repressão a gente não conseguiu fazer, o nosso papel é mais educar, então a gente tem o projeto Bullyin que a gente trabalhava com o ensino fundamental e agora a gente não vai mais ter o ensino fundamental não sei se a gente vai continua com o projeto a gente vai planejar isso, temos cultura de paz que agente sempre trabalha o incentivos as regras da escola para que se houve o cumprimento não vai existe conflitos e o importante não vai existe violência então é mais no sentido da prevenção por que repressão a gente não tem como fazer.

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R: Então quando a gente tem um problema de violência, primeiro passo é tentar resolver em sala de aula, então o professor tenta resolver se ele não conseguiu ele vem pra direção, tenta resolver com o diretor depois a gente chama o pai do aluno infrator, chama o pai ou responsável as vezes é uma vó, as vezes é uma tia ou a mãe então a gente chama o responsável e tenta resolver com ele depois disso se não conseguiu o conselho tutelar por que são todos menores, então já teve casos de juntar todo esse pessoal depois de todo esse processo ainda juntar, professor, aluno, pai, gestão, conselho tutelar aqui nessa sala de professores para tentar resolver casos de uma aluno que a gente tem o conselho da escola, então juntou o conselho todinho todos os professores aquele professor que estava no momento, o aluno, o pai e o conselho tutelar pra tentar resolver. Os nossos casos não são caos graves então geralmente a gente conseguiu resolver aqui.

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Praticamente não existe medidas, por que a gente tenta resolver dialogando e tentando minimizar aquela situação que gerou o conflito então se é de um colega com

o colega , pra fazer com que eles reflitam ver quem errou , no caso pedir desculpas , chama o pai e deixa ciente da situação mais na verdade é um tipo de punição não existe por que a gente esta aqui pra educar não pra punir. Por exemplo numa escola do passado o aluno poderia ser colocado em suspensão , por tantos dias a gente não pode mais fazer isso , tem legislação que a gente não pode colocar o aluno pra fora e mesmo por que nossos alunos chegam aqui as 7h da manhã o carro só vai leva-los embora as 5h30m a gente bota esse aluno pra fora ele vai ficar na rua , a gente vai ter que responder por eles ai nos teríamos em mão um problema muito maior , então a gente tenta resolver na base do dialogo, de chama o pai , de chamar o outro pai , se é questão de dois alunos três , chama todos esses pais ,chamas os alunos conversa e tenta resolver dentro da escola mais punição não tem como a gente aplicar não é nosso papel também

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão :Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal ?como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis ? e quais ?

R:Se a escola tem programas pra isso ?não ! a gente trabalha assim com a questão de projetos , por exemplo a gente tem o projeto na sema da consciência negra que trabalha a questão do racismo então quando a gente trabalha esse projeto então quando a gente trabalha esse projeto agente trabalha assim que racismo é crime , que como crime existe punições legais , quando a gente trabalha sobre a violência sexual em agosto o abuso sexual de menores então a gente trabalha e trabalha dizendo que isso ai é crime e pra isso tem penalidade então isso ai perpassa não existe um programa mais vai perpassando o currículo da escola e a própria vivencia de projetos quando a gente trabalha ai vai trazendo isso pra cá mais não como um programa como você pergunta aqui uma coisa especifica pra isso não, quando a gente trabalha a questão do Bullying também , quando a gente trabalha a questão do respeito, ao patrimônio que a gente trabalha as regras da escola já disse que isso também é crime e como crime você vai responder e todos os outros projetos que a gente trabalha se tem uma ligação com a questão de legislação a gente sempre coloca pra eles mais não especificamente como programa , a gente menciona a legislação mais não tão claramente ou especificamente como você esta perguntando

Questão:Como se efetiva a politica de atendimento dos diretos da criança e do adolescente na escola?

R: Em algumas disciplinas a gente favorece mais trabalhar esses temas , por exemplo sociologia que a gente trabalha tanto o estatuto da criança e do adolescentes como trabalha o do idoso, a gente fez um trabalho com os dois ano passado então trabalhou todinho em sala de aula os dozes estatutos e basicamente

isso dentro dessas disciplinas a gente não tem um programa para isso a gente trabalhou dentro de sociologia , dentro de filosofia mais eles tem conhecimento então eles sabem mais do que a gente, a questão do estatuto da criança principalmente por que é algo que esta em defesa dos direitos deles então eles tem um certo conhecimento sobre isso e a escola não pode ficar alheia também , a gente leva pra sala de aula dentro do currículo dessas disciplinas.

Questão:Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da política pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Eu acho que o desafio sempre existe , por que um dos desafios é que por exemplo pra trabalhar esses temas em sala de aula a gente não tem professor com formação desses temas que seria professor formado em sociologia , em filosofia ou alguém que estudasse muito essas legislação então no caso eles vão estudar pra poder passar pro aluno então eles vão aprender primeiro pra depois ensinar , já existe desafio ai do professor ter que aprender pra poder ensinar agora a questão de colocar em pratica eu acho que não ,por que a questão dos direitos a gente tenta respeitar no dia-a-dia , de ver o adolescente no processo de formação , de criar condições pra que ele se desenvolva que ele aprenda de criar situações em que ele possa interagir com os outros aprender a respeitar as diferenças , eu acho de um modo geral a gente tem os desafios mais a gente tenta superar com trabalho coletivo assim no dia-a-dia da escola.

Questão:Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da política pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R:Como eu já disse na outra pergunta a gente tenta articula através das ações que a gente coloca no projeto politico pedagógico que a gente tem lá projetos pra refletir ou combater esses tipos de violência , tem o de Bullying tem o projeto de cultura de paz , a gente tem o projeto afro que é a questão afro brasileiro , contra o racismo e o preconceito, a gente tem o de violência sexual , agora esse ano a gente vai colocar sobre a cultura indígena que tem uma legislação que pede que a escola trabalhe a gente vai refletir sobre isso também , o direito dos índios a contribuição deles pra nossa cultura, pra nossa língua ,pra nossa culinária pra tudo, então essa articulação esse combate a violência acontece através de se trabalhar esses temas dentro desses projetos .

Questão:Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Acho que a educação e o esporte , que a gente ver por exemplo aqui na escola a gente ver o quanto os alunos são atraídos pelo esporte ,não sei se é por que a gente tem um professor que motiva muito os alunos a participarem eu acho que se o aluno

tiver dentro de uma escola boa, dinâmica que além do trabalho com conteúdo com currículo mais ofereça que ele desenvolva suas habilidades artísticas também se ele gosta de dança , de pintura , de leitura ou no âmbito do esporte eu acho que ele não vai ter tempo de se envolver em questão de violência de drogas e outras coisas desse tipo não , então educação , esporte e cultura.

Questão:O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R:.Eu acho que erradicar a violência é impossível, por que nas relações humanas sempre vai surgir alguma forma de violência por que eu estou entendendo violência como um conflito não só aquela violência física , então eu acho que minimizar é isso mesmo é respeitar os direitos pra que não haja aquela violência simbólica , é oferecer formas dos alunos se desenvolverem ,aprenderem de forma dinâmica , torna a escola um espaço atrativo é onde ele queira esta onde ele se sinta valorizado onde ao mesmo tempo ele possa aprender eu acho que isso ai não erradica mais minimiza e muito a violência na escola

Hoje terça feira, 03 de novembro de 2015 as 11h30m

Professora entrevistadora:Rinete

Professor (a) entrevistado (a):

Idade:40 anos

Gênero:Masculino

Cor: Pardo

Formaçãotempo :Pós graduando desde 2004

Tempo de função: Gesto desde 2013

Tempo de experiência docente: 9 anos

Tempo de experiência no cargo de diretor dessa escola :2 anos e alguns meses

Tópico 2: Trata do conhecimento acerca da violência

Questão:O que é violência para você?

R:É todo o ato que de forma prejudicial afete o outro seja ele moral ou físico.

Questão:Você considera a escola que trabalha violenta?Quais os tipos de violência que já presenciou o que ocorre nessa escola o que mais te preocupa?

R:Eu achoela não violenta, o que a gente ver normalmente são discussões rápidas entre alunos mais que não tem a violência propriamente ditas , desde que estou aqui só teve uma , que assim partiu de fora para dentro da escola.

Questão:Com que Frequência acontece essas violências?

R: Quase nunca.

Questão:Qual a faixa etária do infrator que cometem esses atos?

R: O que aconteceu foi de maior idade já tinha mais de 18 anos .

Questão:Quais são as formas dessas Violências Elas são violências de fora para dentro da escola que são exógenas, endógenas que são de dentro pra fora? Ou é uma violência para com a escola contra o patrimônio da escola? Como Você descreveria isso?

R: Como já falei foi de fora para dentro e foi um ex-aluno que se desentendeu lá fora e veio resolver a situação dentro da escola , ele deu um murro no aluno essa foi a mais grave que eu acho que já teve aqui dentro

Questão: Qual local da escola e horário que acontecem essas violências?

R:No intervalo, mais essa que aconteceu foi logo no inicio da aula, mais normalmente é no intervalo e se acontecer é no intervalo.

Questão:Sua escola tem professor mediador ?

R:Não!

Questão:Você saberia dizer as atribuições de um professor mediador na escola?

R:Eu acho que seria de intervi, e criar estratégias para que isso nem acontecesse e quando acontecesse procurar busca os fatos e procurar intervi para não gerar uma coisa pior.

Questão:Em sua opinião de que forma o mediador pode atuar para evitar e diminuir os problemas de conflitos e violência da escola?

R: Eu acho que criando estratégias de palestras, de orientação mesmo para que isso não ocorra.

Questão:Para você quais os aspectos causadores de violência no ambiente educacional?

R: Eu acho que seja a desestrutura familiar, agitação, stressacho que esses são fatos mais que causa que traz eu acho que normalmente eles traz de fora para dentro da escola , a escola fica como se fosse uma concentração varias pessoas com vários problemas e qualquer momento elas podem explodir.

Tópico 3 Pratica educativa acerca de violência escolar:

Questão: Na sua escola o planejamento envolve ações de prevenção e repressão à violência? e como ?

R: Sim , é colocado no PPP palestras e ações da prevenção da violência.

Questão: Quais os procedimentos adotados quando a problemas de violência nessa escola? A quem você encaminha o infrator?

R: É chamado a direção então na direção a uma conversa saco não se resolve , a gente normalmente envia para o conselho tutelar

Questão: A medidas aplicadas ao infrator aos pais ou responsáveis?

R: Aqui na escola não , quando se tem sempre uma advertência ao próprio aluno sempre se tenta resolver primeira coisa é aqui dentro, se não consegui se realmente for coisa que ultrapasse nosso poder é que a gente manda para fora, mais normalmente é aqui dentro eu nunca deixo transparecer não se tenta resolver realmente é deixar a situação branda que a gente não precise esta encaminhado pra outro setores e ai já vai gerar um outro problema maior, foge da mão da escola quando sai acho que a escola não tem mais o poder de esta circulando com o problema aqui a gente tenta resolver realmente.

Tópico 4 Políticas públicas e violência escolar:

Questão: Em sua opinião a escola possui programas de orientação eficaz para conscientizar os alunos que o ato de violência é uma infração conduta descrita como crime ou contravenção penal? Como também das medidas aplicadas ao infrator aos seus pais ou responsáveis? Quais?

R: Programas eu acho que seriam as palestras , o programa que a escola tem é essa se ela é eficaz acho que sim por que não temos quase casos de violência , então isso de busca muito no sentido da eficácia do jeito que agente previne , que a gente combate , do que é conversado do que é buscado com a comunidade toda escola isso reflete de não se ter o problema.

Questão: Como se efetiva a politica de atendimento dos diretos da criança e do adolescente na escola?

R: Como eu já disse é colocado no PPP, com temas transversais, palestras, chamada de autoridades pra sempre se dar palestras e sempre deixar em evidencia todo essa assunto que é o estatuto.

Questão:Quais os desafios enfrentados pelos docentes para materialização da politica pública do estatuto da criança e do adolescente?

R: Acho que é formação adequada , tudo se busca a gente vai assim a gente vai fazendo mais assim não se tem uma formação especifica para aquilo , a gente vai muito no arranjo , a gente vai fazendo vai aprendendo com o tempo não se tem uma estrutura do estado mesmo em relação a isso.

Questão:Como são articuladas as ações pedagógicas no campo da politica pública educacional e da violência no cotidiano da escola mais precisamente na sala de aula?

R:Acho que como tema transversal, a gente sempre tenta trabalhar dessa forma.

Questão:Como transforma uma comunidade marcada pela violência cotidiana em uma relação que tenha como parâmetro a cidadania?

R: Acho que a traves de ações voltadas para capacitar, esses jovens, é aquela historia (mente vazia ,casa do diabo) então quando a gente capacita esse jovem , quando a gente coloca o esporte , quando a gente coloca o estudo em primeiro lugar , acho que eles se sentem ocupado e deixam mais essa parte da criminalidade , da violência , aqui na escola mesmo a gente faz muito isso então uma das coisas é não negar o acesso da escola em horário nenhum pros alunos , então sempre eles estão a hora que eles quiserem vim eles vem , então aqui dentro eles vão ter , estudo, vão esta treinando, um xadrez , vão esta fazendo uma bola , então isso ai é melhor que deixar eles na rua , a mente sempre ocupada sempre melhora muito.

Questão:O que você sugere para erradicar ou minimizar a violência nessa escola?

R:É deixar o aluno sempre ocupado, e com isso faz com que ele não pense tanto em violência, e sempre assim uma gestão ativa e participativa sempre junto dele se acontecer alguma coisa tentar resolver o mais rápido possível e não deixar uma bola de neve.